

Guia CIELB

para Pastores e Igrejas

1ª edição

Aprovada em AGO do dia 18/09/2021

2ª edição

Aprovada em AGO do dia 10/06/2023

3ª edição

Aprovada em AGO do dia 01/06/2024

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
A Deus toda a glória	6
Elaboração do Guia	6
SEÇÃO I — OBJETIVO DO GUIA	7
1. Estabelecer clareza	7
2. Fortalecer a identificação	7
3. Promover o alinhamento	7
4. Proporcionar um guia prático	7
5. Oferecer diretrizes claras	7
SEÇÃO II — IDENTIDADE DA CIELB	8
1. Natureza da CIELB	8
A. Movimento ou organização	9
B. Interdependência	9
2. História da Igreja Evangélica Livre no Brasil	9
A. Suíços e alemães evangelizando seus compatriotas	10
B. Organização da primeira Igreja Evangélica Livre do Brasil — Voltada para imigrantes	13
C. O Surgimento das primeiras Igrejas Evangélicas Livres de Missão no Sul do Brasil — Os primeiros missionários da Missão Evangélica Livre Alemã	16
D. A unificação da Igreja Evangélica Livre para os imigrantes com a Igreja Evangélica Livre dos brasileiros	20
3. Missão	22
4. Visão	22
5. Valores das Igrejas Evangélicas Livres no Brasil	22
A. A centralidade das Escrituras para a crença e prática da igreja	22
B. Valorização da experiência pessoal de conversão	22
C. A Ceia para todos os crentes, mas que tenham uma identidade de conversão pessoal, que estejam em comunhão com Deus e com a sua Igreja	22
D. Batismo, apenas mediante demonstração clara de conversão pessoal	22
E. A interdependência entre as igrejas locais	22
F. Uma aliança de igrejas que facilita a ação missionária	22
G. Comunhão com outras igrejas bíblicas	22
H. Forte identidade relacional	23
I. A estrutura de liderança não é hierárquica	23
J. Resolução de conflitos, através do reconhecimento de autoridade pela comunidade representada	23
K. Nossa confissão de fé	23
L. Reconhecimento do Credo Apostólico e a herança histórica e teológica da reforma protestante	23
M. Como a fé, o testemunho vivo e batismo são as únicas exigências de se tornar membro de Igreja Evangélica Livre, a porta da igreja é larga e estreita ao mesmo tempo	23
N. A Igreja Evangélica Livre adota o princípio agostiniano: Nas coisas essenciais, a unidade;	

nas coisas não essenciais, a liberdade; em todas as coisas, o amor. (Santo Agostinho)	23
6. Princípios das Igrejas Evangélicas Livres	23
A. Compõe as Igrejas Evangélicas Livres pessoas regeneradas por Jesus Cristo, e que vivem debaixo do seu Senhorio	23
B. A Bíblia, a Palavra de Deus, é a única fonte e base para os princípios que regem a vida espiritual, a vida de fé e prática das Igrejas Evangélicas Livres	23
C. As condições para uma pessoa tornar-se membro de uma Igreja Evangélica Livre	23
a) O membro da Igreja compromete-se a frequentar com regularidade as atividades da IEL	23
b) O membro deverá manter comunhão com os demais membros	23
c) É privilégio de cada membro contribuir financeiramente com proporcionalidade, regularidade, generosidade, espontaneidade e alegria para o sustento da Igreja	23
d) Todo membro deverá zelar pela autenticidade de sua vida íntima e pessoal com o Senhor Jesus, e deverá manter-se afastado de todo e qualquer vício e pecado	23
e) O candidato a membro oriundo de outra igreja	23
f) O membro aceita que a disciplina é o resultado do verdadeiro amor ao disciplinado	24
D. As Igrejas Evangélicas Livres são comunidades, destinadas a viver e praticar os mandamentos e as ordenanças que o Senhor determinou à sua Igreja	24
E. As Igrejas Evangélicas Livres constituem uma parte da Igreja universal que professa a fé viva na pessoa do Senhor Jesus Cristo	24
F. Conforme a Bíblia, o batismo é o testemunho da união do crente com Cristo, na semelhança da sua morte, como também de sua ressurreição (Romanos 6.3-4). Praticamos o batismo do cristianismo primitivo, por imersão na água, após o batizando ter feito publicamente a sua profissão de fé	24
G. A Ceia do Senhor é uma ordenança de Cristo para os seus discípulos	24
H. A Igreja participa conscientemente do desejo dos pais de dedicar seus filhos ao Senhor, desde a mais tenra idade, não os tornando, porém, membros da Igreja através deste ato	24
I. As Igrejas Evangélicas Livres não se identificam com sociedades secretas e nem delas tomam parte	24
7. Declaração de Fé	24
A. Da Bíblia Sagrada (Bibliologia)	24
B. Deus (Teologia)	24
C. De Jesus Cristo (Cristologia)	24
D. Do Espírito Santo (Pneumatologia)	25
E. Do homem (Antropologia)	25
F. Do pecado (Hamartiologia)	25
G. Da salvação (Soteriologia) — arrependimento, justificação e santificação	25
H. Da vida cristã	25
I. Da Igreja (Eclesiologia)	26
J. Dos anjos e dos demônios (Angeologia e Demonologia)	26
K. Da evangelização	26
L. Das ordenanças	26
M. Do fim dos tempos (Escatologia)	26
SEÇÃO III — ESTRUTURA DA CIELB	27
1. Modelo e conceitos de liderança	27
2. Princípios de liderança	28

A. Autoconsciência	28
B. Crescimento holístico e equilibrado (ser, saber e fazer)	28
C. Mordomia da própria vida	29
D. Transparência na comunicação.	29
E. Tomada de decisões	29
F. Administração de conflitos	29
G. Fracasso/Sucesso	29
H. Sofrimento	29
I. Espírito de equipe	29
J. Prestação de contas	30
K. Avaliação de eficácia	30
L. Sistema de reconhecimento	30
3. Estrutura organizacional	30
A. CIELB — Convenção das Igrejas Evangélicas Livres no Brasil	30
a) SPI — Secretaria de Plantação de Igrejas	30
b) CED — Conselho de Ética e Doutrina	30
B. CONRIEL	30
a) CONRIEL Sul	31
b) CONRIEL Paraná Sul	31
c) CONRIEL Oeste PR e MS	31
d) CONRIEL Sudeste	31
e) CONRIEL Nordeste	31
C. AMEGLOBAL — Agência Missionária Evangélica Global	31
D. EEE — Editora Evangélica Esperança	31
E. SETIEL — Seminário Teológico nas Igrejas Evangélicas Livres	31
F. MEIB — Missão Evangélica Independente no Brasil	32
G. AMB — Allianz Mission no Brasil	32
H. Nova Estrutura Interna na CIELB	32
SEÇÃO IV — RESPONSABILIDADES	34
1. Do presidente da CIELB	34
2. Do presidente da CONRIEL	34
3. Da CONRIEL (Convenção Regional das Igrejas Evangélicas Livres)	35
4. Das igrejas	36
A. Forma de governo das Igrejas Evangélicas Livres do Brasil	37
B. Da contribuição das igrejas para a CONRIEL	37
C. Presbíteros	37
D. Termo ético	40
SEÇÃO V — INTEGRAÇÃO	42
1. De novos obreiros (pastores e missionários)	42
A. Fase de recrutamento	42
B. Fase de acompanhamento	42
C. Fase de consolidação	42
D. Carta de introdução ao processo de integração de obreiros	43
2. De obreiros e obreiras ou missionários e missionárias	43
3. De outras igrejas e seus pastores	44
4. De seminaristas	45
5. Redirecionamento de obreiros	46

6. De novas igrejas	47
SEÇÃO VI — QUESTÕES DOUTRINÁRIAS	49
1. Aborto	49
2. Batismo e plenitude com Espírito Santo	51
3. Casamento, divórcio e novo casamento	56
4. Dons espirituais — Prática e uso de dons na igreja	61
5. Homossexualidade	65
6. Igreja e política	67
7. Ministério feminino na CIELB — Oportunidade para mulheres com seus dons	69
8. Ordenanças	73
A. Ceia	73
B. Batismo	75
9. Soberania de Deus e responsabilidade humana — Calvinismo, Arminianismo	82
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS	86
Sites consultados	87

INTRODUÇÃO

A Deus toda a glória

Como comunidade dos santos, remidos e regenerados pelo poder vivificador do Salvador, declaramos que todo louvor e glória devem ser dados ao Deus único e verdadeiro, invisível e glorioso, cheio de majestade e honra, santo e soberano, eterno e amoroso. Como disse Agostinho:

“O Pai, o Filho e o Espírito Santo, isto é, a própria Trindade, una e suprema realidade, é a única Coisa a ser fruída [*una quaedam summa res*], bem comum de todos. Se é que pode ser chamada Coisa e não, de preferência, a causa de todas as coisas — se também puder ser chamada causa. Não é fácil encontrar um nome que possa convir a tanta grandeza e servir para denominar de maneira adequada a Trindade. A não ser que se diga que é um só Deus, de quem, por quem e para quem existem todas as coisas (Rm 11.36)”. (AGOSTINHO, 2002)

Elaboração do Guia

A diretoria da CIELB nomeou um grupo de trabalho para a elaboração desse GUIA. Participaram desse grupo: Ditmar Pauck, Nonato Vieira, Nelson Alles, Sérgio Abreu e Werner Kroker.

Depois de aprovado o texto inicial pela Diretoria da CIELB, foi submetido a todas as CONRIEIS com seus Pastores e Presbíteros e então revisado pelos representantes de cada CONRIEL em conjunto com o grupo de trabalho.

Finalmente o texto recebeu aprovação na Assembleia Geral Ordinária da CIELB em setembro de 2021.

SEÇÃO I

OBJETIVO DO GUIA

1. Estabelecer clareza referente à identidade teológica (doutrinária), prática e relacional da IEL (DNA).
2. Fortalecer a identificação com a mentalidade, valores e princípios da IEL.
3. Promover o alinhamento de obreiros e igrejas em relação aos conceitos e práticas da IEL.
4. Proporcionar um guia prático que direcione aspectos de convivência, relações, estrutura, processos e funcionalidade institucional nas relações entre Pastores, Igrejas e Instituições (CONRIEL, SPI, SETIEL, AMEGLOBAL, CIELB, EEE, CED e AMB).
5. Oferecer diretrizes claras sobre a definição/distinção de questões de natureza diretiva e consultiva viabilizando a condução criteriosa e objetiva de processos de tomada de decisões.

SEÇÃO II

IDENTIDADE DA CIELB

1. Natureza da CIELB

A. Movimento ou organização

Em quais aspectos fazemos parte de um movimento e em quais aspectos somos uma organização de igrejas?

Para a compreensão adequada da relação de identidade da Igreja Evangélica Livre no Brasil e a ligação com o grupo de igrejas livres no mundo, visto como um movimento, se faz necessário pontuar sobre os elementos fundantes dessa possível identidade. O que é identidade? O termo é estudado mais amplamente na sociologia, especialmente quando se trata de identidade nacional, racial, étnica, social... Existe um conjunto de elementos que compõe a identidade de um povo, de um grupo, de uma família. Como a intenção aqui não é focar no termo identidade, citaremos apenas um elemento da identidade de um grupo social ou religioso, que é a história pela qual estão todos irmanados, ou seja, possuem uma origem histórica em comum.

Isto posto, podemos voltar nossa atenção para responder à pergunta: Por que e em que aspecto a Igreja Evangélica Livre é um movimento? Primeiro, é correto dizer que a Igreja Evangélica Livre é um movimento em razão da sua identidade histórica com eventos da ação do Espírito Santo de Deus no século XVIII, especialmente na Europa, que recebeu o nome de pietismo, que por sua vez, viu nascer no seu seio, um movimento de nascimento de igrejas livres, independentes do Estado e independentes de grupos denominacionais hegemônicos.

Uma bonita obra regida pelo Espírito Santo estava ocorrendo em Genebra, mas ao mesmo tempo em Berna e em algumas cidades alemãs, depois na Espanha e posteriormente nos Países Baixos. Sem conexão desses discipuladores, pregadores e fomentadores de grupos de estudos da Palavra de Deus, algo do Espírito Santo estava acontecendo e desencadeando experiências de avivamentos e dando origem a grupos de comunidades de fé livres.

Baseado nessa origem histórica em comum, todas as Igrejas Evangélicas Livres se consideram parte de um movimento de igrejas que surgiu no século XVIII.

A história é um dos principais elementos identitários para um grupo que compartilha de uma origem em comum, e é pela história que surge um outro elemento fundamental para uma identidade — os *sentimentos*. Estes são aspectos que conferem identidade às Igrejas Evangélicas Livres como movimento. Não temos uma estrutura que possibilite ingerência de uma convenção internacional sobre igrejas nacionais. A estrutura está fundamentada em relacionamentos. Uma convenção alemã, americana ou sueca, que venha a investir no Brasil, como a alemã e americana já fizeram e, em alguma medida ainda fazem, esse investimento é resultado de relacionamento, pois internacionalmente estão irmanadas em um movimento histórico e internacional de igrejas livres.

Quando grupos se identificam pela sua matriz histórica, nascem sentimentos de pertencimentos e esses sentimentos criam laços identitários. Nesse aspecto, é correto dizer que somos um movimento.

Dito isto, podemos perguntar: Quando não é correto dizer que somos um movimento? Não somos um movimento quanto à nossa origem nacional e local, estritamente falando. Não estamos ligados às origens europeias do pietismo, somos resultado de trabalho missionário intencional, planejado, em grande medida.

Conforme já fora dito, estamos ligados por meio de um lastro histórico com um movimento de espiritualidade experiencial chamado pietista, que impulsionou o surgimento de grupos de comunidades de fé livres. Mas essas

igrejas se organizaram em ligas de igrejas, para impulsionarem a missão no interior de seus respectivos países, bem como para países além.

Somos resultado desses grupos de igrejas em ligas. O que estava acontecendo agora, no caso brasileiro, eram igrejas surgindo como resultado de planejamento e impulso à missão. Somos resultado do impulso por meio da imigração, como é o caso de São Paulo, mas também do impulso de missão, como é o caso das igrejas que foram plantadas no Sul, parte do Sudeste e Nordeste.

Diante disso, é correto dizer que somos uma convenção de igrejas livres, que intencionalmente nasceram juntas, em sua maioria, e que precisam buscar elementos, além dos sentimentos, que formem a nossa identidade denominacional. Nesse aspecto não somos um movimento. Somos resultado de sonhos, visões, orações e trabalho intencional. Isso quer dizer que ter referências doutrinárias, de práticas e princípios em geral constituem uma necessidade para referenciar as novas identidades.

O que caracteriza um movimento, de acordo com a sociologia, é que os seus fomentadores perdem o controle para os seus imitadores que dão seguimento àquilo que começaram e isso é esperado, e nessa “perda de controle” está o sucesso de um movimento. Não é o que uma convenção de igrejas deseja. Uma convenção de igrejas pode até iniciar movimentos que envolve o corpo de Cristo e venha a tornar-se algo que cause impacto e fuja do controle da instituição, como é o caso dos ministérios para eclesiais (JOCUM, MPC, APEC e outros), então o povo de Deus segue dando novos contornos para aquela obra espiritual — isso é muito comum nos movimentos de missões, plantio de igrejas, trabalhos paraeclesiais com jovens, adolescentes e outros.

Uma liga de igrejas pode apoiar movimentos, mas procura trabalhar intencionalmente, conforme a multiforme graça de Deus, no *dominium* de sua identidade.

B. Interdependência

Como entender a questão da interdependência?

As igrejas livres da Europa, passaram cerca de cem anos desde o início do surgimento da primeira igreja em Genebra até a constituição da primeira liga de Igrejas Evangélicas Livres. Havia uma forte resistência em se aliançarem oficialmente em uma convenção de igrejas, pois o receio era legítimo — perder parte da sua independência e ter que sujeitar-se a outras igrejas e a uma liderança regional ou nacional reconhecida por todos como autoridade espiritual e institucional.

Uma das razões de criar uma liga de igrejas, na maioria dos países da Europa, foi fortalecerem as igrejas locais na obra missionária e plantio de novas igrejas no interior de seus respectivos países. Consideraram o princípio da interdependência um valor maior e mais benéfico para a expansão do Reino de Deus, em detrimento do conforto da sua independência.

A interdependência é uma decisão que uma igreja toma, quando permite que uma instância comunitária exerça autoridade, em níveis previamente acertados, compartilhando, assim, a sua missão e visão de servir a Deus e à sociedade em geral. A interdependência é um modo de garantir que o crescimento numérico não exerça a soberba sobre a igreja e seus líderes, e possuam instância de tratamento ético, moral e espiritual.

2. História da Igreja Evangélica Livre no Brasil

Igreja Evangélica Livre é um movimento internacional histórico de cristãos evangélicos. É um “movimento” histórico, mas também é uma “estrutura eclesial” moderna, na qual a unidade é formada por uma identidade relacional e institucional regional, nacional e internacional. No caso do Brasil, ela se expressa pelas CONRIEIS (Convenções Regionais das Igrejas Evangélicas Livres), CIELB (Convenção das Igrejas Evangélicas Livres do Brasil) e IFPEC (Federação Internacional das Igrejas Evangélicas Livres). É uma relação de interdependência de igrejas, com princípios e metas comuns, que creem que juntos podem alcançar mais para a glória de Deus, do que individualmente.

O “pai” da IEL foi Robert Haldene, fundando a primeira Igreja Evangélica Livre na cidade de Genebra (Suíça) em 1816. De lá se iniciou um movimento de plantação de igrejas na França com H. Cesar Malan e na Alemanha com Heinrich Grafe. Nos países escandinavos (Suécia, Noruega e Dinamarca), o movimento da Igreja Evangélica Livre foi iniciado por irmãos pregadores leigos. A partir destes países o movimento expandiu-se pela Europa, Américas, África e Ásia.

A ênfase na devoção a Deus e a participação ativa dos leigos na obra espiritual da igreja são marcas da IEL. A regeneração pelo Espírito Santo e o sacerdócio universal de todo cristão, trouxe como resultado o modelo da nossa obra missionária.

A principal característica deste movimento tem sido a plantação de novas igrejas bíblicas e relevantes por todo o mundo. Hoje, a CIELB conta com mais de 54 igrejas e está dividida em 5 Convenções Regionais: Sul, Paraná-Sul, Oeste, Sudeste e Nordeste.

Internacionalmente, o movimento das Igrejas Evangélicas Livres está em 33 países e em fase de expansão, inclusive no mundo muçulmano, formando uma comunidade internacional de mais de 700.000 pessoas. Mas como a Igreja Evangélica Livre chegou no Brasil?

A. Suíços e alemães evangelizando seus compatriotas

Usar-se-á para esta descrição histórica relatos de missionários e pastores envolvidos nos processos históricos que foram responsáveis pelo surgimento das Igrejas Evangélicas Livres no Brasil. O primeiro será o depoimento pessoal, escrito, por Traugott Salzmänn, que chegou ao Brasil em 1937 com a finalidade de trabalhar com uma Igreja Brasileira para os de fala alemã. Ele situa o início dessa evangelização no princípio dos anos de 1932 com o casal Erich e Hertha Ostermoor, que desenvolviam suas profissões e davam um tempo para o trabalho missionário entre alemães e suíços (SALZMANN, *apud* KLEMENT, 1999, p. 26).¹

Ele diz que o início propriamente dito da Igreja Evangélica Livre em São Paulo data de antes de 1937. A partir do ano de 1932 o casal de missionários Erich e Hertha Ostermoor realizava uma atividade missionária entre alemães e pessoas de fala alemã. Eles conseguiram reunir um grupo de crentes e não crentes (não protestantes) para cultos dominicais e estudos bíblicos durante a semana, mas também havia uma escola dominical para crianças (*ibid.*).

Segundo este narrador, naquela época vieram a São Paulo muitos jovens menonitas², rapazes e moças, em busca de trabalho em indústrias e casas particulares. Eles vinham das colônias em Santa Catarina, onde seus pais e familiares, imigrantes e fugitivos da Rússia e do jugo comunista, em condições muito penosas, edificaram uma nova existência socioeconômica e política/religiosa. Esses jovens enviavam a maior parte de seus ganhos para casa, vivendo eles próprios modestamente.

O casal Ostermoor tomou-os sob seus cuidados, orientando-os espiritualmente e ajudando-os nas dificuldades que encontraram na cidade grande. Deve ter sido no início do ano de 1937 que o missionário Erich Ostermoor escreveu ao diretor da Casa de Diaconisas “Siloah” (Siloé) na Suíça, perguntando se ele conhecia alguém que pudesse vir ao Brasil para ajudar na obra missionária, pois além de serem missionários, os Ostermoor possuíam uma loja de bordados que absorvia grande parte de seu tempo (SALZMANN, *apud* KLEMENT, 1999, p. 54).

A partir deste ponto da narrativa, o próprio Salzmänn, que participou dos primeiros anos do surgimento da Igreja Evangélica Livre do Brasil, mais especificamente em São Paulo, tem a fala como narrando uma experiência pessoal.

¹ Citações de Salzmänn por Klement será muito constante neste capítulo por tratar-se de um depoimento pessoal, intitulado de *Surgimento e Desenvolvimento (1937 – 1978)*, daquele que fora o pioneiro do grupo de imigrantes que dará origem a Igreja Evangélica Livre do Brasil. O seu depoimento foi incorporado por Klement em uma apostila que confeccionara com uma história da Igreja Evangélica Livre do Brasil.

² Cf. ELWELL, Os menonitas são um grupo de denominações cristãs que descende diretamente do movimento anabatista que surgiu na Europa no século XVI, na mesma época da Reforma Protestante (ELWELL, 1990, p. 498).

Ele mesmo diz que “neste ponto deve ser relatada uma experiência pessoal”:

No fim do ano de 1936, quando estudante no Centro de Treinamento de futuros missionários que era ligado àquela Casa de Diaconisas na Suíça, o jovem Traugott Salzmänn teve de repente a impressão que iria acontecer algo muito importante na sua vida. Ele pediu ao Senhor que lhe mostrasse o seu plano para consigo. Poucos dias depois foi chamado ao gabinete do diretor. Ele lhe disse que havia recebido uma carta dum amigo do Brasil, perguntando-lhe se não conhecia uma pessoa que pudesse ajudá-lo em seu trabalho missionário em São Paulo. “Você gostaria de ir ao Brasil?”, perguntou o diretor. Traugott Salzmänn respondeu: “Por que não?”. Então conversaram e oraram sobre o assunto, e cada vez mais o estudante recebeu a certeza de que era o plano de Deus enviá-lo. No dia 10 de abril, embarcou em Nápolis, na Itália, e no dia 23 de abril de 1937 pisava em solo brasileiro, em Santos (SALZMANN, *apud* KLEMENT, 1999, p. 54).

Em sua carta, o missionário Ostermoor tinha assegurado que, a partir do momento da chegada do novo obreiro, a igreja em São Paulo iria responsabilizar-se pelo seu sustento. Mas o fato é que esta igreja “não existia”! Havia, sim, aquele grupo já mencionado, mas não uma igreja constituída e organizada.

Depois de aproximadamente dois anos, Traugott Salzmänn separou-se daquele missionário por diversos motivos e o trabalho ficou sob a responsabilidade do casal Salzmänn. Nunca teve atrás de si uma organização estrangeira garantindo o seu sustento e de sua família, o que significou que o caminho, muitas vezes, lhe foi bastante árduo, mas segundo as suas palavras: “Deus nunca falhou em sua fidelidade”:

Nunca nos faltaram teto e roupa e nunca passamos fome. E eu me considero um privilegiado, pois também nunca me faltaram irmãos e irmãs em Cristo que com grande amor e fidelidade identificaram-se com meu trabalho (SALZMANN, *apud* KLEMENT, 1999, p. 54).

Desenvolvendo um trabalho missionário em um país com língua, cultura e sociedades muito distintas das suas, e ainda ficar só, depois de dois anos, realmente constitui-se em um grande desafio para este pioneiro da Evangélica Livre do Brasil e a igreja de agora deveria buscar conhecer mais sobre a vida do iniciador desse grupo religioso no Brasil.

Como foi construído esse início orgânico da Igreja Evangélica Livre nos anos que precederam a II Grande Guerra Mundial? Sociedades como a brasileira viviam a expectativa do desenrolar do conflito, pois havia interesses políticos que obrigavam o Brasil a se posicionar de algum lado e isso trouxe uma necessidade de posicionamento em relação aos estrangeiros no País. Isso terá um impacto no desenvolvimento inicial da Igreja Evangélica Livre em São Paulo.

Em 1937, São Paulo não tinha o tamanho de hoje, sua população era de 1,2 milhão de habitantes (SALZMANN, *apud* KLEMENT, 1999, p. 27). Mesmo assim, já oferecia bastante dificuldade para um trabalho missionário entre pessoas de uma língua estrangeira. A maioria dos alemães e das pessoas que compreendiam o alemão moravam muito dispersas, muitos na periferia da cidade. Para alcançá-los era necessário percorrer grandes distâncias de bonde, de ônibus e a pé.

Era, pois, forçoso, estabelecer lugares de reunião em diversos setores da cidade. Eram casas particulares em Santa Terezinha, Pitangueiras, Santo Amaro, Vila Mariana e Campo Belo. Aos domingos à tarde havia um culto na Igreja Metodista Central, na Rua da Liberdade, Centro. À noite, no mesmo local, no subsolo da igreja, uma reunião para testemunhos, discussão aberta sobre assuntos bíblicos e cânticos (SALZMANN, *apud* KLEMENT, 1999, p. 56).

Também era distribuído um folheto da Alemanha chamado de “Bote des Friedens” (Mensageiro da Paz). Para este fim havia sido organizada uma missão de folhetos, e a mensagem impressa foi entregue nas casas de alemães em diversos bairros de São Paulo.

Nas palavras do próprio que vivenciou estes relatos:

Num dia da semana à noite, os jovens entravam-se numa reunião, inicialmente no prédio da loja do missionário Ostermoor, e mais tarde no bairro de Bibi, hoje Itaim, onde um marceneiro ofereceu sua oficina para as reuniões dos moços. Muitas vezes a mocidade se reuniu também no quarto do então moço David Rosenfeld,

numa litografia na Liberdade. Lá descia-se uma longa escada até o seu quarto, que os jovens chamavam de “Catacumba” (SALZMANN, *apud* KLEMENT, 1999, p. 55).

Em 1939 a Igreja Metodista pediu ao grupo que não mais usasse seu templo. O então Presidente Getúlio Vargas tinha sancionado uma lei visando a nacionalização da vida brasileira, e por isso a Igreja Metodista preferiu não mais alojar um grupo de estrangeiros em suas dependências.

O Pastor Martin Begrich, da Igreja Luterana, soube da situação do grupo e ofereceu a Casa Heydenreich, um Centro Comunitário Evangélico no bairro do Paraíso, para os cultos nos domingos à tarde e as reuniões à noite, bem como para as reuniões da mocidade. Durante algum tempo o grupo se reuniu naquele local. O primeiro culto com celebração da Santa Ceia foi realizado no dia 11 de fevereiro 1940 (SALZMANN, *apud* KLEMENT, 1999, p. 27).

Após a fixação de algumas diretrizes organizatórias numa assembleia da igreja em 28 de janeiro do mesmo ano, havia sido realizada uma recepção de novos membros em 19 de fevereiro e, de acordo com uma Ata, em maio daquele ano a igreja contava com 35 membros. Além destas reuniões houve outras para o estudo bíblico, em outros bairros da cidade (ATA, 1940, p. 11).³

Tal foi a surpresa, no dia 4 de setembro de 1941, o Conselho da Igreja Luterana suspendeu a permissão para uso da casa, aliás, sem mencionar o real motivo para a sua atitude. Mais tarde foi ouvido que o batismo por imersão que era praticado foi a pedra de tropeço para eles. No dia 9 de setembro de 1941 foi feita a última reunião na Casa Heydenreich. Daí em diante os cultos aos domingos, a escola dominical para crianças e as reuniões de jovens realizaram-se na sala da família Zimmermann em Santa Terezinha (Santana) (SALZMANN, *apud* KLEMENT, 1999, p. 28).

Em fins de 1941 o Brasil uniu-se aos Aliados na guerra contra as potências do assim chamado Eixo e proibiu o uso das línguas desses países, quais sejam o alemão, o italiano e o japonês. Assim, o trabalho da igreja, que era exclusivamente em alemão, recebeu um duro golpe. Foram organizados pequenos núcleos de seis ou sete pessoas que se reuniam em casas particulares.

Para não chamar a atenção dos vizinhos, o grupo religioso deixara de cantar. Suspenderam a escola dominical para crianças e as reuniões para jovens. Segundo Salzmänn, este tipo de trabalho tinha o seu lado positivo e negativo. O positivo era a possibilidade de preservar a comunhão, estudar a Palavra de Deus e orar juntos. “Naquele tempo desfrutamos de muitas bênçãos de Deus e tivemos uma comunhão viva uns com os outros”. O lado negativo era o fato de que a igreja não podia mais se reunir como um todo e que as crianças e os jovens não recebiam o cuidado necessário (SALZMANN, *apud* KLEMENT, 1999, p. 56).

Sob a acusação de serem nazistas ou pessoas do Eixo, muitos alemães, italianos e japoneses foram presos e, em não poucas ocasiões, torturados. A polícia secreta efetuou buscas em casa e houve muitas injustiças (GERTZ, 2013, p. 30-34).

Para poder sobreviver com sua esposa e os dois filhos, o pastor Traugott Salzmänn aceitou um emprego comercial e fora do serviço dava assistência espiritual aos participantes da igreja. Os meios de transporte eram bastante limitados e as filas quase intermináveis; eram tempos muito difíceis.

Depois do término da guerra, em maio de 1945, o grupo continuou, ainda por algum tempo, se reunindo em segredo. Mas em 1946, apesar de ser um reinício tímido, o grupo volta a se reunir abertamente. O pastor Traugott Salzmänn ofereceu sua casa em Santa Terezinha para as reuniões da igreja, que passaram a ser feitas na sua sala de estar. Nas suas palavras, “cantava-se novamente, e as reuniões eram alegres e abençoadas” (SALZMANN, *apud* KLEMENT, 1999, p. 28). Estudos bíblicos tiveram lugar nos bairros de Santa Terezinha, Pitangueiras e Vila Pompeia.

Por volta de 1947, o pastor Benedito Hirth, da Igreja Cristã Evangélica, ofereceu o templo daquela igreja, na rua Muniz de Souza, no bairro do Cambuci, para os cultos do grupo aos domingos à tarde e as reuniões dos jovens

³ Este livro de Ata, não possui uma numeração, mas é avulso.

às sextas-feiras à noite. Eles sentiram, então, um grande alívio em poder se reunir com toda liberdade novamente (*ibid.*).

Na narrativa feita pelo pastor Salzmänn, ele descreve como foram os variados sentimentos que o grupo experimentou naqueles anos de retorno:

Os anos na Rua Muniz de Souza não nos trouxeram apenas alegrias, mas também pesados revezes e sérias crises. A maioria dos irmãos darbistas (denominação evangélica fundada por Darby, na Inglaterra) que tinham se congregado conosco principalmente a partir do início da Guerra, iniciaram sua própria igreja depois que alguns de seus irmãos voltaram da Alemanha. Alguns irmãos menonitas que durante mais de vinte anos tinham encontrado acolhida e assistência em nosso meio, desligaram-se de nós quando da fundação do lar Meno (Menno-Heim) pelo MCC (Menonite Central Committe), com recursos financeiros e obreiros americanos. Outros afastaram-se da igreja como Demas (2Tm. 4.10). Mas a fidelidade dos poucos se evidenciou de forma notável. O Senhor deu-nos perseverança e assim pudemos superar esta fase tão crítica (SALZMANN, *apud* KLEMENT, 1999, p. 29).

No dia 19 de fevereiro de 1949, o grupo celebra uma ceia de fraternidade na casa da família Zimmermann, que havia se mudado para o bairro Pitangueiras. Tomaram parte 25 pessoas e, nessa ocasião, foi deliberado sobre a organização daquele grupo e foram introduzidas fichas de membros, antes mesmo de terem elaborado um regimento interno (*ibid.*, p. 29).

Em setembro de 1952, o pastor Traugott Salzmänn mudou-se com sua família para Santo André. Logo foi iniciado o trabalho missionário entre as pessoas de língua alemã. Crianças foram ensinadas numa escola dominical, formou-se um grupo de jovens, e na casa da família Salzmänn realizaram-se encontros para estudo bíblico (*ibid.*).

Mais tarde a família Rosenfeld também se mudou para Santo André e no jardim de sua residência uma casinha ofereceu o lugar para reuniões e cultos. Aos poucos aquele trabalho de evangelização, também em língua alemã, tornou-se público e a casinha muitas vezes não podia acolher todos os participantes.

Até aquele momento, esses dois grupos que vão se formando estão desconectados da Missão suíça ou alemã. Mas constituem grupos evangélicos voltados para a congregação e evangelização dos compatriotas suíços e alemães. Existe um relacionamento com algumas instituições suíças, mas sem um vínculo denominacional.

B. Organização da primeira Igreja Evangélica Livre do Brasil — Voltada para imigrantes

No dia 2 de agosto de 1959 o grupo se reuniu pela última vez no templo da Igreja Cristã Evangélica. O pastor Benedito Hirth, amigo desse grupo e do pastor Salzmänn, tinha se aposentado e dificuldades foram surgindo para aquele grupo continuar se reunindo no prédio daquela igreja (SALZMANN, *apud* KLEMENT, 1999, p. 29).

O grupo, embrião da Primeira Igreja Evangélica Livre do Brasil, procurou, então, outro lugar, e o integrante daquele grupo, Johann Rempel, já tinha a solução para o problema: uma grande garagem construída no quintal de sua residência, na Rua Indiana, no bairro do Brooklin Novo. Ali, aquele grupo de pessoas encontrou um novo lar. Lançaram, então, uma campanha para a aquisição de 50 cadeiras.

No dia 30 de agosto de 1959 teve lugar o primeiro culto e até janeiro de 1971 a maior parte da vida da igreja se desenrolaria nesse recinto: cultos, escola dominical, estudos bíblicos, festas de Natal, de ações de graças e outras.

Salzman faz uma menção de reconhecimento à família Rempel:

Lembrando-nos deste importante período da igreja, sentimos profunda gratidão para com os nossos queridos irmãos Rempel, que nunca mediram esforços para proporcionar todas as facilidades, visando o bom andamento do trabalho (SALZMANN, *apud* KLEMENT, 1999, p. 57).

No dia 16 de agosto de 1959 foi constituída a Primeira Igreja Evangélica Livre do Brasil, na cidade de São Paulo. Este grupo de evangélicos livres, adota este nome, mas não como parte, neste primeiro momento, do

movimento internacional de Igrejas Evangélicas Livres, mas adotam o sentido do nome, a forma de governo, doutrinas básicas que caracterizam o movimento de Igrejas Livres no mundo (*ibid.*).

Os estatutos e o regimento haviam sido previamente elaborados. Inscreveram-se como membros vinte pessoas e foi eleito o primeiro conselho de Irmãos da igreja, assim constituído: Presidente Johann Rempel, Vice-Presidente Arthur Johann, Secretário Fritz Scheld e Tesoureiro Hans Gerd Baus (ATA, 1959, Livro 1, p. 2).

No dia 23 de junho de 1960, a igreja foi oficialmente registrada no Cartório Adalberto Neto, largo do Tesouro, em São Paulo, conforme comunicação no Diário Oficial (SALZMANN, *apud* KLEMENT, *op. cit.*, p. 29). Isso representou uma conquista para o grupo, pois naquele momento se sentia existindo oficialmente.

Enquanto isso, o grupo de Santo André continuava se reunindo e evangelizando outras pessoas alemãs e suíças. Mas em setembro de 1962 a família Rosenfeld precisava sair de sua moradia na Vila Gilda, em Santo André. Então, numa assembleia, foi decidida a aquisição do terreno na Rua Filinto de Almeida, na mesma Vila.

No mês de dezembro do mesmo ano foram iniciados os cultos no templo da Igreja Metodista, na Rua Caminho do Pilar, no mesmo bairro onde a igreja adquirira um terreno. Os estudos bíblicos e a escola dominical foram realizados na casa do pastor Salzmann e as reuniões da juventude na casa da família Fluegel. O ano de 1964 foi bastante significativo para a igreja em Santo André. No dia 12 de abril houve a solenidade de lançamento da pedra fundamental e no dia 6 de setembro a festa de consagração do novo templo, atualmente Capela do Salvador (SALZMANN, *apud* KLEMENT, 1999, p. 29).

Segundo Salzmann, quando a obra foi iniciada, o grupo tinha em caixa CR\$ 700,00 (setecentos cruzeiros). Ao término da construção estava tudo pago. Faltava só o púlpito que, mais tarde, foi doado por amigos. Nas suas palavras, *“esta construção foi uma experiência bastante abençoada”* (*ibid.*, p. 30). Muitos dos trabalhos realizados na construção contaram com a mão de obra dos componentes do grupo de pessoas a ele arroladas.

Na solenidade de inauguração do templo, que contou com a presença de representantes e irmãos das igrejas Aliança Evangélica de São Paulo e de outras igrejas evangélicas, o pastor Traugott Salzmann, na sua pregação, acentuou: “Com o apóstolo Paulo exclamamos: ‘Como Deus é Fiel’ (II Co 1:18). Ele exclama:

“A fidelidade de Deus nos impressiona profundamente nesta hora. Ele é fiel para conosco não porque sejamos fiéis, mas porque ele nos ama. Por isso consideramos esta casa um monumento do amor e da fidelidade de Deus. Nesta casa deverá ser pregado o Evangelho, a Boa Nova, a Palavra da reconciliação. Não temos uma outra mensagem, que a palavra da cruz. Alegremo-nos porque hoje, no primeiro culto nesta casa, não é sobre as denominações que recai a ênfase, mas sim, sobre a graça de Deus que veio ao nosso encontro no Senhor Jesus Cristo, crucificado e ressuscitado. Que sempre seja assim!” (SALZMANN, *apud* KLEMENT, 1999, p. 58).

Em janeiro de 1971 terminaram as reuniões na garagem da família Rempel no Brooklin Novo, e todas as reuniões foram transferidas para Santo André. Com grande empenho os irmãos de São Paulo percorreram cada domingo o longo caminho para assistirem aos encontros religiosos.

Neste mesmo ano (1971) teve início um importante marco para a Igreja Evangélica Livre brasileira. Os cultos, antes todos na língua alemã, agora dividem espaço na sua liturgia com a língua portuguesa, abrindo as portas para possíveis pessoas de fala da língua portuguesa.

O início dessa abertura se deu com a chegada de fiéis do Nordeste, o que deu início a um culto bilíngue, no qual começava-se os cultos cantando todos juntos em alemão e português, ouvindo a introdução bíblica em alemão ou português, separando-se as duas alas em seguida. A classe bíblica em português teve início naquela época e foi realmente o começo do trabalho como ele se apresenta hoje em Santo André, inteiramente em português.

Mas segundo depoimentos de pessoas envolvidas nesse processo, como Klaus Rempel, em entrevista para esta pesquisa, filho de uma das famílias pioneiras da Igreja Evangélica Livre do Brasil, essa abertura possui uma história engraçada por trás:

Dois irmãos vieram do Piauí com a recomendação de seu pastor que eles procurassem a Igreja Evangélica Livre em São Paulo e se congregassem com aquela igreja. Eles foram no primeiro domingo e toda a liturgia se dava em alemão.

Participaram de todo o culto e foram embora. No segundo domingo eles estavam novamente no culto. Os líderes conversavam entre si e achavam que eles não voltariam. Chega o terceiro domingo e lá estavam aqueles dois irmãos. No final do Culto Edmund Speaker, um dos líderes da igreja, disse que não era certo, aqueles irmãos assistirem ao culto em alemão e não entenderem nada. Então iniciaram o culto bilingue (REMPEL, 2017, entrevista conforme apêndice G).

Esta narrativa por trás da institucionalização e desenvolvimento da Igreja Evangélica Livre do Brasil demonstra o que Berger e Luckmann teorizam sobre o fato de a institucionalização ser uma realização do homem e de suas necessidades: “As instituições têm sempre uma história, da qual são produtos” (BERGER; LUCKMANN, 2014, p. 77).

Também em 1971, no dia 12 de março, foi efetuado o pagamento da entrada para os dois terrenos na Rua Épiro, Vila Alexandria, em São Paulo. No dia 8 de outubro de 1972 teve lugar a festa de lançamento da pedra fundamental da Capela do Redentor, a segunda Igreja Evangélica Livre do Brasil a ser organizada (SALZMANN, *apud* KLEMENT, 1999, p. 30).

Segundo o relato pessoal de Traugott Salzmänn sobre este evento:

*O documento relativo a esta solenidade diz: “(...) depositamos a nossa fé em nosso Senhor Jesus Cristo, que é o mesmo ontem e hoje e o será para sempre (Hb 13:8). Rogamos a Ele que nesta Capela nos dias vindouros muitas almas encontrem seu Redentor, passando assim da morte para a vida. Rogamos, outrossim, que o testemunho desta igreja seja sempre como uma candeia que brilha em lugar tenebroso” (SALZMANN, *apud* KLEMENT, 1999, p. 59).*

No dia 12 de abril de 1974, Sexta-Feira da Paixão, foram iniciados os cultos no salão térreo, ainda em fase de acabamento, com pregações dos pastores Davi Nunes e Edmund Spieker. Esses pastores foram os primeiros pastores constituídos daquela igreja.

No culto do dia 11 de agosto de 1974 o casal de missionários Uwe e Dora Greggersen, cedido pela Missão Evangélica Independente do Brasil (MEIB — Allianz-Mission, a missão transcultural das Igrejas Evangélicas Livres da Alemanha) foram recebidos como membros com imposição de mãos e oração e introduzidos no seu ministério missionário na Capela do Redentor. Sobre o início do relacionamento entre a Missão alemã e as Igrejas de São Paulo será tratado mais adiante, mas pode-se dizer que, com a vinda do casal Greggersen para São Paulo, inicia-se a parceria (*ibid.*, p. 59).

Em 13 de março de 1977 foi inaugurado e consagrado o templo da Igreja Capela do Redentor. Foi um acontecimento importante para a igreja, marcado pela manifestação coletiva de gratidão e grande alegria, pois estava ficando para trás um longo período de peregrinação entre casas, garagens de participantes do grupo e em templos de igrejas solidárias, que abrigaram aquele grupo de protestantes que professavam sua fé pessoal na língua alemã em terras brasileiras, mais especificamente em São Paulo (*ibid.*, p. 60).

Atualmente, a Igreja Evangélica Livre Capela do Redentor, no mesmo endereço, ainda serve como uma referência histórica, mas também de solidez, a qual faz parte de uma narrativa de resistência, mas também de continuar sustentando as bases e valores pregados pelos seus fundadores.

Depois de um período de ministério pastoral de 40 anos, o pastor Traugott Salzmänn aposentou-se em 1977. Durante o culto de despedida, em 24 de abril de 1977, o pastor Salzmänn expressou seu mais profundo desejo para a igreja com o texto de Efésios 4:3: “Esforçando-vos diligentemente por preservar a unidade do Espírito no vínculo da paz” (SALZMANN, *apud* KLEMENT, 1999, p. 60).

O Pastor Edmund Spieker, que havia sido ordenado copastor no dia 25 de março de 1973, tornou-se pastor titular. O membro fundador da igreja, Johann Rempel foi eleito moderador. Em 1978 juntou-se à igreja o pastor Mario Francisco Junghans e sua esposa Teófila, que assumiram e deram continuidade à igreja em Santo André, que sob sua liderança foi impulsionada e a igreja cresceu bastante. O pastor Edmund Spieker tornou-se pastor na Capela do Redentor, na qual o investimento em cultos e reuniões na língua portuguesa continuou a se desenvolver (*ibid.*, p. 61).

É perceptível que a identidade desse grupo está muito relacionada ao momento no qual adquirem um espaço definido, como propriedade particular, e que dá uma segurança emocional no que diz respeito a estar fixado em

um local que o identifica. Todo esse arcabouço fortalece a instituição e incrementa a narrativa fundacional da Igreja Evangélica Livre do Brasil.

C. O Surgimento das primeiras Igrejas Evangélicas Livres de Missão no Sul do Brasil — Os primeiros missionários da Missão Evangélica Livre Alemã

Alguns historiadores do protestantismo brasileiro, como Emile G. Leonard, classificam o advento do protestantismo brasileiro em dois momentos e em duas modalidades — seria o protestantismo de imigração e o protestantismo de missão. Esses estão relacionados ao período em que iniciou suas ações no Brasil, assim como, o foco de suas ações e sua origem étnica cultural (LÉONARD, 1981, p. 42).

Faz-se necessário fazer uma visita histórica aos primórdios da evangelização brasileira para identificar esses dois movimentos do protestantismo brasileiro e como se dá o início de suas respectivas ações e avanços.

Desde o início da “descoberta” do Brasil pelos navegadores portugueses, este território era de predominância de uma única religião oficial — o catolicismo, até mesmo porque, no momento em que essas terras foram encontradas pelos portugueses, a religião com maior reconhecimento, especialmente no ocidente, era o catolicismo (MARIZ; PROVENÇAL, 2015, p. 29).

Houve dois momentos de tentativas de grupos protestantes se instalarem no Brasil naquele período chamado de Colonial: em 1555, a expedição, comandada por Villegagnon se instalou na Guanabara e tinha a missão de criar a França Antártica. Esses franceses seriam huguenotes. Em 1630-1654, os holandeses invadiram Pernambuco e parte dos objetivos era que a fé reformada fosse pregada a todos os moradores das cidades.

Depois dessas duas tentativas da fé protestante se estabelecer no Brasil, só se terá presença protestante efetiva aqui com os observadores e distribuidores de Bíblias estrangeiros, as imigrações de ingleses, alemães e outros, e a consequente Constituição de 1824 que, concede liberdade de culto para outros grupos religiosos, com restrições, como acentua Dreher:

Em termos religiosos, a imigração alemã para o Brasil trouxe uma série de novidades para o Brasil. Quando os veleiros que traziam imigrantes para Nova Friburgo/RJ já estavam a caminho, Dom Pedro I, criou através da Constituição outorgada em 1824 a base legal para o ingresso de muitos destes imigrantes. O Parágrafo 5 da Constituição Imperial criava o status da tolerância para os imigrantes ditos acatólicos. Pela primeira vez, grupos de cristãos não católicos podiam entrar no país, em maior número, e aqui organizar-se como comunidade religiosa, mesmo que o mencionado parágrafo restringisse esta tolerância ao âmbito de prédios sem forma exterior de templo. Entre estes imigrantes acatólicos encontramos luteranos, calvinistas, unidos, batistas e, mais tarde, adventistas (DREHER, s.d., p. 1).

A liberdade parcial de culto ocorre por uma necessidade interna de estrangeiros para fazer as terras brasileiras produzirem, o que implica dizer que esse estrangeiro trará sua religião, mas também por acontecimentos externos que criavam um sentimento de necessidade de mudanças na sociedade e isso impacta a relação do Estado com a religião institucional.

Como é evidente, o Brasil não era uma ilha social em relação ao restante do mundo, mas recebia influências dos ideais filosóficos, políticos, religiosos e econômicos europeus. Segundo Francisco Iglésias, o regime político chamado imperialismo no Brasil, tem sua construção nos fins do século 18 com o forte advento do liberalismo e do nacionalismo. Segundo este historiador, "O liberalismo e o nacionalismo são vistos como as duas notas típicas do oitocentos" (IGLESIAS, 1993, p. 89).

Além do impacto do que estava acontecendo no mundo no campo do pensamento, a Igreja Católica tinha uma reconhecida fraqueza, que era a falta de sacerdotes para dar uma assistência pastoral satisfatória aos cristãos, o que resultava em contribuir para um ambiente fértil para novas opções religiosas, no campo do cristianismo.

Isso ajuda a entender como o próprio movimentar-se das sociedades de então possibilita e cria a necessidade de aceitação de expressões religiosas diferentes da expressão católica, daí o surgimento do protestantismo brasileiro de imigração.

Wirth, ajuda na compreensão dessa concepção:

Os conceitos “igrejas de transplante”, “protestantismo de imigração” e “igrejas étnicas” servem para distinguir as igrejas protestantes oriundas dos movimentos imigratórios daquelas decorrentes de atividades missionárias, que levaram uma parcela da população “autóctone”, geralmente adeptos do catolicismo romano, a aderir a uma denominação protestante. Como observa José Míguez Bonino, tanto o conceito de “transplante” quanto o de “imigração” acentuam o caráter exógeno desse fenômeno religioso. Como tais destacam sua procedência, ou seja, ressaltam um aspecto externo como definidor da identidade do grupo (WIRTH, 1998. p. 156).

Conceitualmente, o protestantismo de imigração está bem definido por Wirth quanto a seu tempo e a quem se destinavam suas ações pastorais e eclesiais, mas também, seu caráter identitário com uma etnia externa, bem como tendo a religião como uma força e identidade cultural a ser sustentada.

O protestantismo de missão é aquele, como já definiu Wirth, que visa fazer crentes autóctones. Com isso, pode ser dito que o protestantismo brasileiro que se enraíza primeiro é o protestantismo de imigração, que também retrata o primeiro momento do surgimento da Igreja Evangélica Livre do Brasil, como já descrito anteriormente.

Já o segundo momento da Igreja Evangélica Livre do Brasil, caracteriza-se pelo protestantismo de missão, pois se dá a partir da chegada dos primeiros missionários alemães e suíços visando à conversão de brasileiros à fé evangélica protestante e não mais com o foco nos seus patrícios, como havia sido no primeiro momento dessa referida Igreja no Brasil.

A Missão alemã da Igreja Evangélica Livre, que envia missionários para fora da Alemanha, chama-se Allianz-Mission. Essa missão, nos anos do final do século 19 aos anos 50 tinha como foco a China e o Japão, portanto não tinha o Brasil como seu foco missionário, mas naqueles anos já iniciava a chegada de informações sobre trabalhos evangelísticos voltados para pessoas de fala alemã no Brasil.

Os trabalhos da Allianz-Mission no Brasil possuem um antecedente curioso. Os primeiros missionários da Allianz-Mission, oficialmente, só são enviados para o Brasil no final de 1959, mas em agosto de 1955 o Casal Kurt e Gisela Möller, foram enviados para a cidade de Xanxerê, no Estado de Santa Catarina, e apoiados financeiramente por um grupo de Igrejas Evangélicas Livres da Alemanha, segundo é noticiado pela Revista Mission-Bote, órgão de imprensa da Allianz-Mission, em sua edição de janeiro/fevereiro de 1989.

Essa mesma publicação detalha assim esse início:

Kurt Möller, que já havia sido o editor da revista para jovens da Convenção das Igrejas Evangélicas Livres “Der Pflüger”, sentiu um chamado para trabalhar no Brasil. Foi levantada uma oferta pelas IEL’s naquela época. A mesma serviu como base financeira para o início deste trabalho. Inicialmente a Allianz-Mission hesitou um pouco em enviar missionários para o Brasil, pois o trabalho missionário no Japão era novo também. A fundação de uma agência missionária para o Brasil também estava em discussão. Finalmente a AM assumiu a responsabilidade de acompanhar administrativamente o casal Möller. Um recém-fundado Grupo de apoiadores para o Brasil se sentiu de uma forma especial responsável pelo trabalho novo. Kurt Möller iniciou seu trabalho missionário entre brasileiros e índios. Sua esposa, Gisela, formada em medicina, fundou um trabalho médico missionário (GREGGERSEN, 1989, p.9).

O Sr. Kurt Möller já é falecido, mas sua esposa, a missionária e médica Sra. Gisela ainda vive e mora na cidade de Xanxerê. Não está mais ligada à Allianz-Mission, mas ainda serve dentro da vocação de ajudar os mais necessitados.

Com a chegada dos primeiros missionários alemães, da Igreja Evangélica Livre do Brasil, surge a necessidade de uma instituição que abrigue esses missionários e lhes dê apoio institucional. Daí, então, surge a MEIB — Missão Evangélica Independente do Brasil e será esta a instituição responsável pelo surgimento da grande maioria das Igrejas Evangélicas Livres, fruto de trabalho missionário, no Brasil.

A MEIB é a ramificação brasileira da Allianz-Mission. Nela eram representados todos os missionários alemães. Antes da constituição da convenção, colaboradores brasileiros eram integrados na MEIB. As igrejas fundadas foram organizadas sob a direção da MEIB.

Uma vez exposto sobre o primeiro momento da Igreja Evangélica Livre, como um protestantismo de imigração e, agora, tendo apresentado brevemente a MEIB, passa-se a descrever o segundo momento da história da Igreja Evangélica Livre do Brasil que é identificado com o protestantismo de missão.

Depois de o casal Möller vir para o Brasil em 1955 nas condições descritas acima, a AM tem interesse em realizar trabalhos missionários e se envolver com o envio de missionários para o Brasil somente a partir de 1958, com a vinda dos casais Greggersen e Schmidt para uma visita de conhecimento do Brasil e, em 1959, com o envio da primeira missionária, enviada oficialmente pela AM.

A primeira pessoa a vir ao Brasil como missionária enviada oficialmente pela Allianz-Mission foi uma mulher de nome Emmy Huppert, em 1959. Esta era solteira, no alto dos seus 23 anos de idade, com formação em enfermagem e cuidado de crianças, bem como nos estudos em teologia aplicados a missões. Sua formação lhe foi muito útil, pois no primeiro ano no Brasil serviu com o casal Möller na cidade de Xanxerê na área de saúde e em cuidados com crianças, o que lhe ajudou muito no aprendizado da língua portuguesa.

Depois dessa temporada de seis meses em Xanxerê, Emmy Huppert vai para Curitiba, a fim de aprender melhor a língua, depois se muda para Mamborê, onde ajudará na implementação de um orfanato e, posteriormente, servirá nas cidades de Toledo e Cascavel, ainda com orfanatos, mas nos seus últimos anos como missionária, serviu plantando Igrejas Evangélicas Livres na cidade de Cascavel, conforme Uwe Greggersen (GREGGERSEN, 2017 em entrevista).

Em novembro de 1960 os casais Greggersen e Schmidt chegam ao Brasil como missionários da AM. Até esse momento não existia no Brasil Igrejas Evangélicas Livres para brasileiros. Somente depois da chegada de Uwe Greggersen, sua esposa Dora e o Casal Manfred e Gisela Schmidt é que teve início o estabelecimento das primeiras igrejas. Uwe, um dos mais importantes missionários da AM no Brasil, resume sua atuação nos quarenta anos em terras brasileiras:

Nós chegamos ao Brasil em 1960, novembro de 1960 e trabalhamos no campo missionário até 2000. E a nossa função sempre foi na área de plantação de igrejas, na área de organizar os grupos regionais, começar a Livraria Editora Esperança e depois trabalhar também nos grandes centros e expandir o trabalho sobre o Brasil. Eu sempre era, especialmente, secretário de muitas entidades que foram criadas nessa época. É isso que nós trabalhamos, então, até a aposentadoria em 2000 (GREGGERSEN, 2017, em entrevista).

Foi, então, a partir dos primeiros missionários, que surge uma igreja para brasileiros, pois, conforme descrito anteriormente, as primeiras igrejas em São Paulo são exclusivamente para pessoas de fala alemã, até os anos 70. E é curioso que os primeiros missionários que chegam ao Brasil não tenham conhecimento da existência das Igrejas Evangélicas Livres de São Paulo. Quando perguntado a Uwe sobre o que ele sabia da existência de uma Igreja Evangélica Livre do Brasil, ele respondeu:

Igreja Evangélica Livre nós não vimos praticamente nada... mas em São Paulo ouvimos depois falar que existia uma Igreja Evangélica Livre fundada por um missionário suíço; aquela igreja trabalhava mais entre imigrantes alemães e em alemão, em língua alemã... praticamente não tinha desenvolvido nada e a gente estava como pioneiro para começar Igreja Evangélica Livre no Brasil, entre brasileiros (GREGGERSEN, 2017, em entrevista).

A primeira atuação dos missionários, oficialmente enviados pela AM ao Brasil, se dá na pequena cidade do interior do Paraná, Mamborê. Ali iniciaram ações missionárias voltadas para plantação de uma igreja e um orfanato. Esse orfanato, na verdade, é iniciado como uma creche. A intenção era possibilitar o trabalho das mães (KUNZ, 2017, em entrevista). Os fundadores desse orfanato foram o casal de missionários Manfred e Gisela Schmidt e a missionária Emmy Huppert, os três já falecidos. Do ano 68 aos anos 70 houve uma mudança desse orfanato da cidade de Mamborê para a cidade de Toledo (KUNZ, 2017, em entrevista).

A igreja de Toledo será a segunda igreja da Missão no Brasil, fundada pelos missionários Uwe Greggersen, sua esposa Dora e a missionária Emmy Huppert. Uwe Greggersen descrevendo como iniciaram essa segunda igreja de Brasileiros, diz:

E a segunda viagem nós fizemos para o oeste do Paraná, naquela época oeste do Paraná foi a fronteira do Brasil, fronteira agrícola do Brasil, onde os povos migrantes brasileiros chegavam do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e também do Nordeste e do estado de São Paulo para ocupar terras, o mato mesmo e começar uma rocinha. A nossa ideia era que onde as famílias não têm mais vizinhos, tão deslocadas da sua antiga vizinhança, seu antigo ambiente, também o evangelho deve servir como algo novo, algo interessante, começamos então a pensar no Oeste do Paraná como início para um trabalho missionário. Só que voltando para Curitiba a vida familiar nos ocupou tanto que a gente quase esqueceu aquela impressão do Oeste do Paraná. Então veio uma carta do nosso irmão Arthur Vinter da cidade de Toledo. Aquela família a gente conheceu durante essa viagem para lá e ele escreveu, olha vocês devem decidir logo se vocês querem chegar aqui ou não porque nós precisamos de um trabalho missionário aqui e se não forem vocês então deve ser outros. Em 63 a gente resolveu mudar para a cidade de Toledo e eu lembro ainda que nós fizemos o primeiro culto de Ceia, Ceia do Senhor, na Sexta-Feira Santa em 1963, era o início oficial do trabalho em Toledo e o trabalho no Brasil (GREGGERSEN, 2017, em entrevista).

Depois desse início na cidade de Toledo, muitos missionários que vieram para o Brasil, tiveram envolvimento nessa igreja e no orfanato que foi transferido de Mamborê para aquela cidade. Esse fato, também justifica o surgimento de muitas igrejas naquela Região do Paraná.

Não serão descritas aqui as muitas experiências que esses missionários relataram em suas respectivas entrevistas, pois consumiriam o espaço reservado para esta pesquisa, mas será citada apenas este breve relato de Dora Greggersen sobre o início da igreja de Toledo, que hoje é a maior da Convenção. Ela fala de um começo simples e sem muita estratégia:

A Emmy e eu fomos de casa em casa, ela com o violão e cantamos e lemos a bíblia, e assim a gente contactou as pessoas e uma coisa era interessante também eu vi antes slides da África, antes que nós chegássemos no Brasil e lá tem terra roxa também, então eu pensei “ai que bom! Eu vou para o Brasil, lá não tem terra roxa” (GREGGERSEN, 2017, em entrevista).

Dora cita a terra roxa, fazendo graça, porque aquela região de Toledo é terra vermelha e quando venta cria uma nuvem escura de terra roxa. Essa história apenas serve para demonstrar o início desafiador para esses missionários que deixavam seu conforto e vinham para uma terra desconhecida com ausência quase que total de infraestrutura.

Missionários como Werner, sua esposa Edeltraud Thomas, Helmut e Ilse Klassen ajudaram no surgimento de novas igrejas em cidades como Cascavel, Palotina, Corbélia, Ubitatã e depois desceram para Curitiba. Todos esses missionários se envolveram com a cultura brasileira, tiveram seus filhos no Brasil, inclusive muitos desses filhos residem aqui até aos dias de hoje.

Missionários alemães, como Erick e sua esposa Ursulla Geil, Peter e sua esposa Agnes Boldt, iniciaram novas igrejas em Santa Catarina, onde atualmente se encontra uma das maiores contingências das Igrejas Evangélicas Livres do Brasil (BOLDT, 2017 em entrevista).

Do trabalho missionário, do surgimento das igrejas, nasceram projetos sociais que foram além do orfanato, que hoje é um projeto com escola e profissionalização, não apenas para a classe mais pobre, mas que atende a classe média e alta com uma escola de referência; em São Paulo, Recife, Escada, Cabo de Santo Agostinho e Camboriú surgiram projetos que atendem os menores em áreas de risco e vulnerabilidade social; assim como uma editora, casas de acampamentos, escolas e várias parcerias em diferentes frentes.

Ainda um dado histórico importante sobre o início da Igreja Evangélica Livre para brasileiros, é o fato de esta não ter se chamado Evangélica Livre até o ano de 1984, por ocasião da criação da CIELB — Convenção das Igrejas Evangélicas Livres do Brasil. Ela primeiro se chamou Igreja Evangélica Independente.

D. A unificação da Igreja Evangélica Livre para os imigrantes com a Igreja Evangélica Livre dos brasileiros

Depois de missionários alemães estabelecidos no Brasil, igrejas levantadas para brasileiros, se inicia o relacionamento entre as igrejas de missão com as igrejas de imigração em São Paulo. O primeiro passo para a integração futura, será a ida do Missionário Uwe e sua esposa Dora para trabalhar com as igrejas alemães, mas pensando em abrir-se para a pregação e cultos em português, focando os brasileiros (SALZMANN, *apud* KLEMENT, 1999, p. 30).

Perguntado sobre como se deu o início dos diálogos para unificação das igrejas de imigração com as igrejas de missão, Werner Thomas responde com as seguintes palavras:

Nós, como tivemos as mesmas raízes na Europa, pensamos que seria bom termos o contato, então, com alguns missionários, como na época, Manfred Schmidt, Uwe Greggersen, Helmut Klassen e eu. Fizemos contato com Traugott Salzmann, mas também contato com missionários da Suíça, que trabalhavam na MEIB, no Nordeste do Brasil. E juntos, nós nos reunimos para ver as possibilidades de termos trabalhos sociais e trabalhos também religiosos para somar valores e assim tivemos alguns encontros. Procuramos estudar um princípio de fé de Igreja Evangélica Livre. Nós (igrejas de missão) até iniciamos como Igreja Evangélica Independente a partir de 1973, mas não cuidamos de registrar esse nome e quando nós quisemos registrar percebemos que já existia outra igreja adotando esse nome. Só como missão ficou esse nome, mas nós adotamos o nome de Igreja Evangélica Livre que já fora registrado pelas igrejas de imigrantes em São Paulo e Santo André (THOMAS, 2017, em entrevista).

A partir dessas conversas o relacionamento entre as duas igrejas foram se intensificando e foram trabalhando juntas para desenvolver projetos de formação e treinamento de pastores. A MEIB passou a administrar as igrejas, no que diz respeito a abrigar os pastores brasileiros, pagando-lhes os seus honorários e fornecendo acompanhamento para os pastores e missionários e supervisão às igrejas.

Na entrevista com Johannes Klement, lhe foi abordado sobre os desafios para esses dois grupos trabalharem juntos, que ele descreve com as seguintes palavras:

Este foi um trabalho de 4 anos e esses 4 anos não foram fáceis! Porque tinham visões diferentes e a Igreja Evangélica Livre de São Paulo e de Santo André, da ala brasileira, esse foi o grupo que juntou essas duas alas. Os alemães do Oeste do Paraná junto com os alemães de imigração da Capela do Redentor. E o jeito da Igreja Evangélica Livre do Brasil se encontrava na maneira de como fazer o culto, das alas brasileiras de São Paulo, com esse jeito todo mundo poderia viver, mas esses primeiros 4 anos foram complicados. Tinha algumas desavenças, tinha alguns conflitos, nessa direção: O que vai ser financiado? Como vai ser financiado? Como vamos fazer as coisas? Nessa época, pra mim, junto com o pastor Mário, que era o primeiro presidente e naquela época tinha um cara que se chama Pedro Klassen, era brasileiro de origem menonita, mas mais brasileiro do que menonita [...] (KLEMENT, 2017 em entrevista).

Em alguns momentos da entrevista com Uwe, ele chega a dizer que os primeiros missionários tinham uma repulsa por alemães e não cogitavam a possibilidade de evangelizar seus patrícios. Essa afirmação dá a dimensão do desafio que foi juntar esses dois grupos e afinar um alvo em comum para suas ações missionárias.

Aqui se tem uma tensão entre os dois grupos — um com ações missionárias voltadas para imigrantes alemães, enquanto outro voltado para trabalhar com brasileiros. Essa tensão estabelecida foi a responsável pelo afastamento dos dois grupos durante muito tempo e a criação de igrejas distintas — em São Paulo era a Igreja Evangélica Livre para os imigrantes e no Sul do Brasil a Igreja Evangélica Independente para os brasileiros.

Ainda mais que os primeiros missionários alemães que adentraram o Brasil viveram em um período histórico, quando era vergonhoso identificar-se como alemão, pois os rastros da II Grande Guerra ainda eram marcas profundas na identidade alemã. Por isso, talvez tenha havido uma renúncia inconsciente do fator identitário. Essa possibilidade pode explicar a determinação da maioria desses missionários de não ver como projeto do futuro o retorno para o seu país de origem. Isso será abordado no último capítulo desta pesquisa.

Johannes Klement, perguntado sobre o trabalho conjunto de missionários alemães e os alemães das igrejas de imigração em São Paulo, as primeiras igrejas que surgiram dessa parceria, ele responde:

Uwe estava em São Paulo ainda. Mas o trabalho com os brasileiros que continuava da Missão, não era muito fácil não! A Allianz-Mission havia iniciado com o Uwe, em Campo Belo, uma Igreja Evangélica Livre. Conny e eu começamos em Interlagos, hoje, essas duas igrejas já não existem mais! Falar sobre essa história, porque não deu certo, é uma outra história! Mas começava a plantar igrejas e estávamos juntos com a Capela do Redentor, que é a igreja maior, claro e através da Capela do Redentor começava uma igreja em Sorocaba e com isso nos juntamos com os irmãos (KLEMENT, 2017 em entrevista).

Nos primeiros anos os dois grupos tiveram que fazer grandes renúncias na sua maneira costumeira de agir focando seu grupo alvo, mas tanto a nova realidade dos imigrantes quanto a presença dos missionários alemães no território da Evangélica Livre de imigrantes notadamente estabeleciam uma mudança sem retorno.

A aproximação entre as duas igrejas vai criando uma estrutura que passa a ser imperativa na junção dos dois grupos, pois o que identificava, no início, o grupo de igrejas de imigração, já não mais responde pela sua identidade total. Em um processo natural de filhos e filhas de alemães, que não sabiam a língua portuguesa, casarem-se com brasileiros e brasileiras — a segunda geração — muitos já não mantêm a língua materna.

Até a fundação da convenção, a missão exercia então uma influência direta sobre as igrejas individuais. Os pastores brasileiros eram remunerados por meio da Missão. Da mesma forma estavam registrados prédios das igrejas e outros bens de patrimônio em nome da MEIB. Na época da constituição da Convenção, onze casais de missionários e oito missionárias solteiras estavam atuando no Brasil (KLEMENT, 1999, p. 66).

Importante lembrar que, no início dos anos oitenta, juntou-se a equipe de missionários alemães e as igrejas, um grupo de cinco missionários americanos que vieram para o Brasil com a intenção de começar novas igrejas no Rio de Janeiro e realmente efetivaram esse desejo. Mas, sem dúvida, pesaram muito as lutas históricas entre os dois povos, alemães e americanos, o que dificultou em muito os primeiros anos de trabalho em conjunto.

O diálogo entre as igrejas inaugura um passo importante para o surgimento da Convenção das Igrejas Evangélicas Livres do Brasil. Relembrando Berger, as instituições são uma necessidade criada pelos homens para dar plausibilidade a um novo mundo social criado, mas para serem compreendidas, faz-se necessário entender seu processo histórico de vir a ser (BERGER; LUCKMANN, 2014, p. 77).

Antes de existir uma relação institucional entre esses dois grupos houve uma aproximação relacional. Descobriram afinidades e o que os distanciava, mas também o potencial de se tornarem mais abrangentes e relevantes caso se unissem. Deram passos lentos de trabalhar em parceria, mas seguiram; missionários alemães mudando-se do Oeste do Paraná para servir a igrejas em São Paulo; projetos de formação de pastores surgiram de conversas bilaterais e seguiram até 1984, quando oficializam a institucionalização que estava em curso.

Outro aspecto importante no estabelecimento histórico da Igreja Evangélica Livre no Brasil será o início de parcerias entre Allianz Mission, ReachGlobal e IEL's brasileiras. As primeiras famílias de missionários da ReachGlobal, teriam vindo ao Brasil nos anos de 1985 e 1986, mas somente a partir de 1988, conforme afirma Steve Spellman, inicia uma chegada sistemática de famílias missionárias da ReachGlobal no Brasil, conforme segue:

- 1988 — Chegou uma família (Chris e Rhonda Johnson) por um tempo de 3 anos. Trabalharam com a IEL-Boqueirão (Curitiba);
- 1989 — Chegaram 3 famílias com o “Projeto Rio”: Steve e Elizabeth Spellman, Mike e Linda Gunderson e Brian e Cristina Miller;
- 1990 — Chegou uma família (Bob e Marlys Allison). Trabalharam com a IEL-Boa Vista (Curitiba) e serviram na diretoria da CIELB;
- 1991 — Chris e Rhonda Johnson voltaram aos EUA depois do seu compromisso com a ReachGlobal de 3 anos;
- 1993 — Bob e Marlys Allison voltaram aos EUA para o seu tempo de programa de licença missionária. Bob foi diagnosticado com câncer e morreu no mesmo ano.

- 1996 — Brian e Christina Miller voltaram aos EUA depois do seu tempo (compromisso e 2 termos);
- 1999 — Chegou o solteiro Craig Weyandt para fazer parte do “Projeto Rio”;
- 2003 — Chegaram Jeff e Diane Droogsma para fazer parte do “Projeto Rio”;
- 2009 — Mike e Linda Gunderson voltaram aos EUA para trabalhar com ReachGlobal-Internacional (Ministério “Pathways”);
- 2012 — Jeff e Diane Droogsma voltaram aos EUA para plantar uma igreja no estado de Iowa;
- 2019 — O casal brasileiro Lucas e Lizi Gomes se afiliaram (parcialmente) como “missionários parceiros” com a ReachGlobal-Brasil.

Steve e Elizabeth Spellman são os missionários da ReachGlobal que atualmente ainda servem e residem no Brasil, apoiando principalmente o trabalho da SPI.

3. Missão

A Convenção das Igrejas Evangélicas Livres no Brasil, doravante denominada CIELB, é uma organização e existe para servir as Igrejas Evangélicas Livres brasileiras para que estas:

- A. Sejam saudáveis e multiplicadoras;
- B. Tenham liderança compartilhada e capacitadora.;
- C. Promovam a expansão do Reino de Deus no contexto local e global.

4. Visão

- A. Igrejas conduzidas por equipes de liderança saudáveis;
- B. Sinergia entre instituições parceiras e convenções regionais para servirem todas as igrejas locais;
- C. Cada igreja participando de uma plantação de igreja em sua região;
- D. Programa para despertar e preparar vocacionados no contexto da igreja;
- E. Igrejas missionais que alcançam o contexto local e global (Igrejas socialmente relevantes).

5. Valores das Igrejas Evangélicas Livres no Brasil

A Evangélica Livre tem sua origem em um movimento de reforma e de busca por uma experiência pessoal com o Evangelho de Jesus Cristo. Seus valores vão se formando à medida que a estrutura cresce assumindo relações eclesiais por meio de igrejas livres locais.

Alguns valores:

- A. A centralidade das Escrituras para a crença e prática da igreja.**
- B. Valorização da experiência pessoal de conversão.**
- C. A Ceia para todos os crentes, mas que tenham uma identidade de conversão pessoal, que estejam em comunhão com Deus e com a sua Igreja.**
- D. Batismo, apenas mediante demonstração clara de conversão pessoal.**
- E. A interdependência entre as igrejas locais.**
- F. Uma aliança de igrejas que facilita a ação missionária.**
- G. Comunhão com outras igrejas bíblicas.**

- H. Forte identidade relacional.**
- I. A estrutura de liderança não é hierárquica.**
- J. Resolução de conflitos, através do reconhecimento de autoridade pela comunidade representada.**
- K. Nossa confissão de fé**
- L. Reconhecimento do Credo Apostólico e a herança histórica e teológica da reforma protestante.**
- M. Como a fé, o testemunho vivo e batismo são as únicas exigências de se tornar membro de Igreja Evangélica Livre, a porta da igreja é larga e estreita ao mesmo tempo. Larga, porque não temos a prática de brigar sobre diferenças teológicas. Se a pessoa vive como cristão autêntico e mostra a conduta que vem do Espírito Santo, ele se sente bem na liberdade e na tolerância das Igrejas Evangélicas Livres. Para as Igrejas Evangélicas Livres o mandamento do Senhor Jesus do amor aos irmãos é de suprema importância. Estreita, porque vivemos e pregamos o Evangelho da Cruz de Cristo.**
- N. A Igreja Evangélica Livre adota o princípio agostiniano: Nas coisas essenciais, a unidade; nas coisas não essenciais, a liberdade; em todas as coisas, o amor. (Santo Agostinho).**

6. Princípios das Igrejas Evangélicas Livres

- A. Compõe as Igrejas Evangélicas Livres pessoas regeneradas por Jesus Cristo, e que vivem debaixo do seu Senhorio.**
- B. A Bíblia, a Palavra de Deus, é a única fonte e base para os Princípios que regem a vida espiritual, a vida de fé e prática das Igrejas Evangélicas Livres.**
- C. As condições para uma pessoa tornar-se membro de uma Igreja Evangélica Livre são: a fé pessoal em Jesus Cristo, o Filho de Deus como único Salvador e Senhor, através da pública confissão de fé por meio do batismo e um testemunho prático de vida cristã, nos moldes do Novo Testamento.**
 - a) O membro da Igreja compromete-se a frequentar com regularidade as atividades da IEL, conforme Hb 10.25, bem como participar das Assembleias Gerais. Na impossibilidade de uma frequência regular, uma justificativa deverá ser encaminhada para o Conselho espiritual, para avaliação.
 - b) O membro deverá manter comunhão com os demais membros em demonstração de amor fraternal, promovendo, assim mútua edificação espiritual (1Ts 5.11).
 - c) É privilégio de cada membro contribuir financeiramente com proporcionalidade, regularidade, generosidade, espontaneidade e alegria para o sustento da Igreja (1Co 16.2; 2Co 9.7; 2Co 8.7). Assim a receita da igreja local é constituída de dízimos, ofertas, contribuições, doações de seus membros e/ou doadores espontâneos.
 - d) Todo membro deverá zelar pela autenticidade de sua vida íntima e pessoal com o Senhor Jesus, e deverá manter-se afastado de todo e qualquer vício e pecado. Para o filho de Deus é impróprio continuar com práticas mundanas que desonrem o Senhor. Deverá ser evitada, também, toda a aparência do mal (1Ts 5.22)
 - e) O candidato a membro oriundo de outra igreja, reconhecidamente evangélica, poderá ser recebido após contato com a Igreja de origem e passar por um período de apreciação estipulado pela igreja local;

f) O membro aceita que a disciplina é o resultado do verdadeiro amor ao disciplinado (Hb12.6), não como medida punitiva, mas antes, visando a restauração do disciplinado a fim de manter a ordem e o crescimento da Igreja.

- D. As Igrejas Evangélicas Livres são comunidades, destinadas a viver e praticar os mandamentos e as ordenanças que o Senhor determinou à sua Igreja.**
- E. As Igrejas Evangélicas Livres constituem uma parte da Igreja universal que professa a fé viva na pessoa do Senhor Jesus Cristo.**
- F. Conforme a Bíblia, o batismo é o testemunho da união do crente com Cristo, na semelhança da sua morte, como também de sua ressurreição (Romanos 6.3-4). Praticamos o batismo do cristianismo primitivo, por imersão na água, após o batizando ter feito publicamente a sua profissão de fé.**
- G. A Ceia do Senhor é uma ordenança de Cristo para os seus discípulos (1Coríntios 11.23-29); por isso a Igreja, celebra a Ceia do Senhor com espírito de humildade e submissão ao Supremo Senhor da Igreja, e em plena e perfeita comunhão entre seus membros, conforme 1Coríntios 10.16-17. Podem participar da Ceia do Senhor os visitantes, não membros da Igreja local, que pertencem ao Corpo de Cristo através do novo nascimento, conforme João 3.5.**
- H. A Igreja participa conscientemente do desejo dos pais de dedicar seus filhos ao Senhor, desde a mais tenra idade, não os tornando, porém, membros da Igreja através deste ato.**
- I. As Igrejas Evangélicas Livres não se identificam com sociedades secretas e nem delas tomam parte.**

7. Declaração de Fé

A. Da Bíblia Sagrada (Bibliologia)

Creemos que as Escrituras Sagradas, sendo elas 39 livros do Antigo e 27 livros do Novo Testamento são plenamente inspiradas por Deus e, portanto, infalíveis, inerrantes e autoritativas no original. Que elas foram escritas por homens inspirados pelo Espírito Santo, que usou as personalidades destes para compor e registrar a revelação única e concreta de Deus. Creemos que as Escrituras Sagradas constituem a única e suprema Regra de Fé e Prática para os cristãos. (Mateus 5.17,18; 24.35; João 10.35; 17.17; 2Timóteo 3.16-27; 2Pedro 1.20,21).

B. Deus (Teologia)

Confessamos um só Deus, infinito, pessoal e verdadeiro, criador e Senhor de tudo o que existe, onipotente, onisciente, onipresente, imutável, santo, benigno e misericordioso. Este único Deus existe eternamente em três pessoas: Pai, Filho e Espírito Santo. Por isso, reconhecemos diversidade na sua unidade e unidade na sua diversidade... três pessoas em uma essência (natureza). (Gênesis 1.1,2,27; Salmos 139; Isaías 9.6; 48.16; Mateus 28.19; 2Coríntios 13.13; Tiago 1.17).

C. De Jesus Cristo (Cristologia)

Confessamos que Jesus Cristo é eternamente o Filho unigênito de Deus, e que, sendo Deus, é da mesma essência (natureza), poder e glória do Pai. Ele foi concebido sobrenaturalmente pelo Espírito Santo e nasceu da virgem Maria, possuindo assim duas naturezas, sendo verdadeiramente divino e humano. Como Deus-homem, ele é tanto o exemplo a ser seguido em sua humanidade, quanto o Deus a ser adorado em sua divindade. Na sua morte expiatória na cruz, sendo plenamente homem, Jesus Cristo morreu em nosso lugar, pagando o salário dos pecados de todos os que nele creem, e sendo Deus, sua morte tem valor infinito para os mesmos. Creemos também, na ressurreição corporal de Jesus, sendo visto por mais de quinhentas pessoas. Ele ascendeu aos céus e está à destra

de Deus, agindo como nosso intercessor e advogado, sendo o único Mediador entre Deus e os homens. (Lucas 1.35; João 1.1-4,14,18; 10.30; 14.6; 20.28; Atos 2.30-33; 1Coríntios 15.1-5; 1Timóteo 2.5; Hebreus 1 e 2; 1João 2.1).

D. Do Espírito Santo (Pneumatologia)

Confessamos que a pessoa do Espírito Santo é da mesma essência (natureza), poder e glória do Pai e do Filho, e que, sendo Deus, executa a vontade de Deus Pai na terra. Desse modo, o Espírito é agente na criação do Universo, na inspiração da Bíblia, na consciência do homem e no testemunho da verdade divina, convencendo o mundo do pecado, da justiça e do juízo. Quanto à regeneração e santificação do indivíduo, o Espírito Santo batiza todo cristão no Corpo de Cristo, passando a habitá-lo, selando, guiando, ensinando o convertido e distribuindo dons espirituais. Quanto aos dons de profecia, cura e línguas, não os negamos, mas insistimos na cautela e estrita obediência às exigências neotestamentárias com respeito à sua prática. Toda obra do Espírito Santo exalta a pessoa de Jesus Cristo. (João 3.8; 14.16,17,26; 16.7-11; Atos 5.3,4; 1Coríntios 12.13; Efésios 1.13,14; 5.18; Tito 3.5).

E. Do homem (Antropologia)

Creemos que o homem foi criado à imagem de Deus, isto é, de forma pessoal, finito, perfeito e imortal. Adão e Eva foram pessoas históricas, criadas sem defeito por ato miraculoso, sendo assim os pais de todos os seres humanos. Por isto, todos os homens possuem os mesmos primeiros pais, sendo ontologicamente iguais, independentemente de sua ascendência, nível social, cor ou nacionalidade. (Gênesis 1.26-28; 2.18-24; 3.20; Deuteronômio 10.17; Lucas 3.38; Tiago 3.9).

F. Do pecado (Hamartiologia)

Creemos que, por causa da desobediência de Adão, o pecado entrou na raça humana tornando todo homem um pecador, em estado de inimizade contra Deus. Reconhecemos que o homem é incapaz de agradar a Deus ou merecer de algum modo sua salvação. Esta rebeldia fundamental entre o homem e seu Criador também se manifesta nos níveis psicossomático, familiar, sociológico e ecológico. (Gênesis 3.1-7; Romanos 1.18-23; 3.23; 6.23; Efésios 2.1-5; 4.17-19; Tito 3.3).

G. Da salvação (Soteriologia) — Arrependimento, justificação e santificação

Creemos que o perdão dos pecados e a reconciliação com o Criador constituem o dom gratuito de Deus, podendo ser apropriado somente através da fé em Jesus Cristo como Deus e substituto pessoal pelo castigo dos nossos pecados. Confessamos que Cristo morreu pelos pecados de todos os homens, propiciando assim a reconciliação entre Deus e os homens. Esta salvação realiza-se somente através da fé individual em Jesus Cristo, como Salvador e Senhor. A rejeição da salvação em Cristo faz com que o homem permaneça sob a ira de Deus. Sendo salvo, o ser humano é remido, justificado, reconciliado, feito filho de Deus, herdeiro da vida eterna, membro do Corpo de Cristo e santuário do Espírito Santo, devendo viver digno desta posição em santificação e submissão à vontade de Deus. (Marcos 10.45; 2Coríntios 5.17-21; Efésios 1.3-14; Tito 3.4-7; Hebreus 9.14-10.14; 1João 2.2; Apocalipse 5.9).

H. Da vida cristã

Creemos que o novo nascido, através de Jesus Cristo, é equipado com todo que é necessário para agradar a Deus e andar vitoriosamente sobre o pecado por meio da fé e obediência à Palavra de Deus e submissão ao Espírito Santo. Assim, a vida cristã nos convoca a um comportamento santo, tendo em vista o desenvolvimento da nossa vida devocional, do amor ao próximo, da prática de boas obras, do exercício dos dons espirituais e do bom desempenho na batalha espiritual. Reconhecemos, ao mesmo tempo, a liberdade, no Espírito, do indivíduo nas questões controversas da prática cristã, dentro dos limites do Novo Testamento, sabendo que Deus age com

cada um de Seus filhos de uma forma especial. (Romanos 6.3-11; 14.1-13; 1Coríntios 10.23-33; Gálatas 2.20; 5:18-23; 1Tessalonicenses 5.23; Hebreus 4.12).

I. Da Igreja (Eclesiologia)

Creemos na igreja universal, iniciada em Pentecostes, sendo o Corpo, a Noiva de Jesus Cristo, constituída por todos aqueles que são regenerados pela fé no sacrifício redentor de Jesus Cristo e, portanto, batizados pelo Espírito Santo no Seu Corpo. Atualmente, esta igreja pode ser constatada visivelmente na forma de igrejas locais, isto é, grupos de pessoas que confessam sua fé em Jesus Cristo, que foram batizados e que se organizaram para fazer a vontade de Deus. A Igreja neotestamentária destaca-se pela prática da adoração, aprendizagem, comunhão e evangelização (obedecendo à Grande Comissão de Jesus Cristo — Mateus 28.18-20; Marcos 16.15,16), sob a liderança de presbíteros qualificados. Além disso, executa as duas ordenanças bíblicas: o batismo e a ceia do Senhor. (Mateus 16.18; Atos 2.42-47; 1Coríntios 1.1,2; 11:23-31; Efésios 1.22,23; 1Timóteo 3.1-12; Tito 1.5-9).

J. Dos anjos e dos demônios (Angeologia e Demonologia)

Creemos na realidade do mundo sobrenatural, incluindo anjos bons que ministram (servem) a Deus e aos santos. Creemos também na realidade de Satanás e seus anjos malignos, que, no exercício de seu livre arbítrio, rebelaram-se contra o Criador, e agora agem no mundo, de modo organizado contra Deus e seus eleitos. Estes serão punidos no lago de fogo para sempre. (Isaías 14.12-15; Ezequiel 28.12-17; João 14.30; 2Coríntios 4.4; Apocalipse 12.9,10; 20.1-5).

K. Da evangelização

Creemos que todos aqueles que nunca aceitaram o Evangelho de Cristo estão perdidos (condenados à separação eterna de Deus), sendo que nós temos a solene missão de pregar o Evangelho de Cristo (a salvação) a toda criatura em todo lugar. Creemos que a obra da evangelização do mundo não será consumada senão através da ação missionária, plantando igrejas locais entre todas as etnias da terra. (Mateus 28.18-20; Marcos 16.15; Atos 1.8;13.1-4; Romanos 10.13-15).

L. Das ordenanças

- a) Do Batismo — Creemos que o batismo cristão é a imersão do crente na água em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo para simbolizar e testemunhar publicamente sua fé no Senhor, considerando-se com Ele crucificado, sepultado e ressuscitado.
- b) Da Ceia do Senhor — Creemos que a Ceia do Senhor é um privilégio somente para os crentes em Jesus Cristo, os quais no uso sagrado do pão e do vinho comemoram juntos o amor de Cristo, provado em Sua morte, devendo sempre ser precedida de um sincero exame íntimo.

Creemos que a Igreja deve praticar estas ordenanças do Senhor que transmitem ricas bênçãos para o crente, porém **não são requisitos para sua salvação. (Mateus 28.18-20; 26.26-30; Marcos 14.22-26; Lucas 22.14-20; 1Coríntios 11.23-26)**

M. Do fim dos tempos (Escatologia)

Creemos na volta pessoal e visível de Jesus Cristo a este mundo para finalmente reinar por toda a eternidade. Creemos também, na ressurreição corporal de todos os mortos, e que após o julgamento, os salvos irão para a vida eterna com Deus e os perdidos para a eterna separação de Deus e a condenação perpétua no lago de fogo. (Mateus 25.31-46; 2Coríntios 5.10; 2Tessalonicenses 1.7-10; Apocalipse 19.7-9; 20.1-15; 22.1-5).

SEÇÃO III

ESTRUTURA DA CIELB

1. Modelo e conceitos de liderança

A compreensão da liderança parte do princípio de que a liderança bíblica, no sentido mais fundamental, emana de um relacionamento íntimo com Jesus Cristo. A liderança representa uma tríade holística, interdependente e sinérgica da experiência humana composta de atitudes, conhecimento e comportamento. Ela, porém não se define apenas pelo exercício das áreas de competências cognitivas, comportamentais e afetivas, nem pode ser reduzida a meras habilidades técnicas, humanas e conceituais, ou tarefas e atividades relacionais. Liderança, em sua essência, emana de quem somos (ou seja, nosso senso de identidade).

Portanto, liderança consiste em um processo contínuo de transformação “de dentro para fora” que nos torna semelhantes a Cristo. Nossa vida (pensamentos, sentimentos e comportamento) se realiza no contexto de três dimensões centrais de relacionamento: nosso relacionamento com Deus, com nós mesmos e com outras pessoas. As primeiras duas dimensões de relacionamento se referem à esfera intrapessoal, enquanto a terceira se refere ao âmbito interpessoal.

A liderança bíblica emana de um relacionamento íntimo com Cristo que:

- a) expressa a consciência de pertencer (identidade) e crescer de forma contínua e integral em semelhança a Ele (maturidade),
- b) Define assim o modo como me relaciono comigo mesmo (liderança própria) e
- c) com o meu próximo (missão/liderança de outros) em todas as esferas da vida.

A pergunta que endereça o aspecto de nossa identidade fundamental é: “A quem pertencemos?” Ela pode ser relativa a nós mesmos ou a outra pessoa. A identidade se refere a nosso compromisso fundamental com o Senhorio de Cristo, sem o qual é impossível cumprir nosso propósito como cristãos. Por consequência, a qualidade do nosso relacionamento com Deus como fonte de nossa integridade e direção de nossa vida define e sustenta a nossa identidade como líderes, ou seja, a nossa condição de seguidores de Cristo, portanto, de “sermos liderados” por Deus.

Quanto mais estamos conectados com Deus (conhecê-lo e amá-lo), mais teremos condições para conectarmos conosco mesmos e com os outros! Ser liderado por Deus é uma condição fundamental para a realização bem-sucedida da próxima dimensão da esfera intrapessoal: a “liderança própria”.

A liderança própria diz respeito à segunda dimensão de relacionamento que abrange nossa natureza interior, como resposta à pergunta “quem sou eu”. Ela refere-se à identificação da configuração pessoal e à capacidade de conduzir a nossa própria vida. A liderança própria enfatiza os aspectos internos de um líder em termos de sua identidade, integridade, propósito, direção, vocação, chamado, perfil, convicções e valores essenciais. Esses são atributos que explicam as tendências comportamentais de uma pessoa e são muito benéficos para ajudar os líderes a desenvolver uma compreensão mais profunda de quem são e como afetarão outras pessoas na organização.

A integridade da vida interior de um líder (integridade, maturidade emocional e gerenciamento pessoal) é vista como o combustível para a integridade de sua liderança. Quem somos informa tudo o que fazemos. Incompatibilidade, inconsistência ou lacunas dentro da tríade de atitudes, conhecimento e comportamento sugerem uma potencial disfuncionalidade de liderança. Nossa vida exterior flui da nossa vida interior. Se a vida interior de um líder (liderança própria) não sustenta a vida externa (liderança de outros), haverá um problema de

congruência e integridade. Uma grande tentação para um líder é chegar a um lugar de liderança além do que sua vida interior pode sustentar. Quando há lacunas significativas entre a posição e a “alma”, um líder precisa conectar e alinhar sua posição à sua vida interior. Olhar primeiro para o nível intrapessoal de liderança é essencial, uma vez que a introspecção saudável permitirá a redução da dissonância entre a vida interna e externa, facilitando a identificação e a mudança de comportamento potencialmente disfuncional ou tóxico.

Um dos maiores desafios da liderança é liderar a si mesmo com base na premissa de que somente podemos mudar questões pessoais na medida em que temos consciência das mesmas, e somente podemos nos relacionar com (e influenciar/liderar) outros na medida em que estivermos conectados (conhecemos e gerenciamos) a nós mesmos.

Adquirir maior autoconhecimento por meio de uma avaliação própria e externa de forma precisa e honesta por um viés de conceitos bíblicos de liderança, ajuda o líder a se conectar com seus próprios preconceitos, pontos fortes, limitações, motivações, preferências e emoções pessoais, e, permite que identifique as áreas nas quais pode querer obter mais treinamento e desenvolvimento.

Esse processo é primordial para construir relacionamentos saudáveis e fortes (dimensão interpessoal), assim influenciando diretamente nossa habilidade de desenvolver relacionamentos para melhorar nossa capacidade de “liderar outros” e mais efetivamente buscar e cumprir objetivos ministeriais.

É daí que emerge a liderança «por exemplo» como elemento fundamental que estabelece a credibilidade como líder e o ambiente de confiança necessários para exercer influência saudável e benéfica sobre outros. Desenvolver relacionamentos saudáveis e eficazes com outros, requer a capacidade de desenvolver uma consciência social (compreender as emoções, necessidades e preocupações de outras pessoas), e reconhecer, analisar e administrar as dinâmicas complexas de relacionamentos. A compreensão de princípios e processos de desenvolvimento humano serve como fundamento para o desenvolvimento do outro por meio da aplicação contextualizada de estilos de influência (facilitação, feedback, mentoria e coaching), facilita a habilidade de lidar com diversas dinâmicas de trabalho em equipe e desenvolve a habilidade de se comunicar, persuadir e liderar outros.

A liderança de outros ocorre de forma individual, em equipe e no contexto corporativo. Cada organização funciona como um sistema, que detém suas próprias características, de acordo com sua cultura organizacional. A liderança organizacional, por consequência, focaliza a organização como um todo e envolve o desenvolvimento, gerenciamento e alinhamento de recursos, processos e estruturas, o planejamento estratégico e gestão de mudanças para assegurar a agilidade e eficácia da organização.

A construção de uma cultura bíblica de liderança de acordo com os conceitos apresentados acima requer a incorporação de valores correspondentes. A revisão constante de práticas de liderança orientada pelos seguintes valores / princípios facilitará o desenvolvimento de um DNA bíblico de liderança.

2. Princípios de liderança

A. Autoconsciência

Um autoconhecimento saudável, alinhado com uma visão bíblica de quem somos como novas criaturas em Deus, inclui uma percepção adequada: a) das próprias limitações (por exemplo, de nossa insuficiência, nossa dependência de Deus e interdependência de outros, nossas fraquezas e necessidade de quebrantamento etc.); b) de nossa singularidade como indivíduos; e c) de nossas qualidades pessoais. Questões de identidade, caráter e propósito de vida carregam grande potencial para transformação. Reflexão (autoanálise individual perante Deus, e por vezes, como equipe) e disposição para ser avaliado com regularidade resultam em autoconhecimento sadio.

B. Crescimento holístico e equilibrado (ser, saber e fazer)

Em última instância, todo comportamento é uma manifestação do caráter da pessoa. O que fazemos é em função do que somos. Isso requer um zelo pelo equilíbrio sadio entre qualidade e quantidade, entre processo e produtividade/resultados. A ênfase é no desenvolvimento por multiplicação e não apenas adição. Visamos tanto o desenvolvimento individual quanto o coletivo.

C. Mordomia da própria vida

A convicção de que todos têm valor e potencial abre espaço ao poder de Deus para mudança de vida. Mudança começa e termina com a ação de Deus. Crescimento requer disposição para ser ensinável, recebendo e avaliando honestamente feedback de outros; requer também disposição para assumir responsabilidade pela própria vida (pelos próprios erros, decisões e consequências e atuais circunstâncias).

D. Transparência na comunicação

Integridade é expressa em um ambiente de confiança mútua e comunicação clara e consistente, promovendo unidade, aproximação e colaboração. Onde há ambiguidade, é necessário empregar todo esforço razoável para que haja entendimento mútuo e, se necessário, acerto, restauração e reparação.

E. Tomada de decisões

Reflexão potencializa o aprendizado de vida. A vida é um processo de desenvolvimento contínuo projetado sob medida por Deus para o nosso crescimento, não necessitando intervenção humana para quebrar (ao invés de quebrantar) o espírito da pessoa. Decisões são tomadas com imparcialidade e baseadas no levantamento e avaliação de “dados” (em especial, dos princípios bíblicos pertinentes à decisão em questão e dos fatos como percebidos/relatados por ambas as partes). Mediação, quando necessária, considera profundamente todos os lados, de modo a promover maturidade baseada em critérios claros e visando resultados específicos. Decisões bem ponderadas são preferidas ao invés de decisões precipitadas.

F. Administração de conflitos

Conflitos são vistos como oportunidades de crescimento; devem ser tratados de forma criteriosa, solicitando e/ou aceitando mediação objetiva. A resolução é considerada bem-sucedida quando o crescimento é experimentado por todos, em clara demonstração de que é o Espírito Santo, e não o homem, quem ensina. O diálogo é iniciado prontamente, promovendo paz, conscientização e mutualidade.

G. Fracasso/Sucesso

Transformação acontece mediante experiências e relacionamentos. Falhas são enfrentadas de forma encorajadora e proativa, visando restauração. Falha desqualifica somente quando não há disposição de tratar causas e consequências, sendo vista como uma oportunidade de desenvolvimento. Acompanhamento, amadurecimento e comprometimento da equipe na realização de metas individuais e coletivas é valorizado.

H. Sofrimento

É considerado como fator que promove restauração e maturidade, não como punição divina. Líderes que passam por experiências de sofrimento, em especial aquelas que não são consequências diretas de suas próprias decisões e ações ou resultado de irresponsabilidade, receberão atenção e apoio particular para carregar pesos que excedem cargas normais. Ou seja, o corpo de Cristo apoiará o membro como Cristo nos apoiou, fazendo por nós o que somos absolutamente incapazes de fazer por nós mesmos, sem, no entanto, criar dependência ou acomodação. Aqueles que lidam bem com o sofrimento experimentam fortalecimento e são valorizados como testemunho vivo da graça de Deus.

I. Espírito de equipe

Vigora o sentimento de responsabilidade para com a equipe e para com o corpo de Cristo no âmbito seguro de uma comunidade interdependente onde há um senso genuíno de pertencimento. Clareza de papéis e o bem-estar do próximo (altruísmo) são promovidos e cultivados. O bem coletivo é considerado superior ao bem individual. O objetivo comum é cumprir a missão de Cristo no contexto da organização local, alcançando assim a visão sonhada. Valores claramente compartilhados promovem interdependência entre os membros da equipe, preservando unidade na diversidade, com liberdade de expressão singular e individual.

J. Prestação de contas

Relacionamentos transparentes libertam de pecados ocultos e temores secretos, abrindo a Deus acesso mais profundo à vida interna. Estimula-se intencionalmente uma atmosfera autêntica devido a seu poder intrínseco de promover quebrantamento e mudança. Para tanto, líderes e membros exercitam discernimento, não julgamento. Estruturas de prestação de contas são desenvolvidas de forma proativa para proteger a todos de abuso de poder, mantendo funcionalidade através da organização, sistema, ou infraestrutura relacional que promove mentoria e acompanhamento.

K. Avaliação de eficácia

Avaliação periódica (de saúde, qualidade, funcionalidade, eficácia e eficiência de relacionamentos, estruturas, sistemas e processos) é realizada com base em princípios bíblicos e critérios claros que possibilitem a formulação e execução, de planos de desenvolvimento pessoal, ministerial e organizacional. O crescimento produzirá frutos visíveis ao longo das gerações, promovendo a edificação do corpo de maneira consistente.

L. Sistema de reconhecimento

Líderes que se engajam e capacitam outros de forma eficaz recebem reconhecimento. A promoção e o reconhecimento são relacionados à habilidade de liderar outros a partir de um engajamento à nível do coração (indo além do cumprimento de funções sistêmicas).

3. Estrutura organizacional

A. CIELB — Convenção das Igrejas Evangélicas Livres no Brasil

Organiza, lidera e orienta as Igrejas Evangélicas Livres no Brasil. Tem por objetivo treinar líderes cristãos, plantar igrejas interdependentes e promover missões cristãs com o fim de tornar conhecida a Salvação eterna oferecida por Deus aos homens por intermédio unicamente do nosso Senhor Jesus Cristo.

a) SPI — Secretaria de Plantação de Igrejas

Seu propósito é servir as igrejas no despertamento, planejamento e capacitação no plantio de igrejas através de oração, mobilização, treinamento e plano de ação. Desejamos que a história da igreja em Atos seja real também hoje.

b) CED — Conselho de Ética e Doutrina

É um departamento da CIELB (Convenção das Igrejas Evangélicas Livres no Brasil) que tem por finalidade a prevenção e resolução de conflitos e a restauração e acompanhamento de igrejas, pastores e obreiros no âmbito da CIELB. O Conselho atuará com os maiores critérios éticos ao se envolver com as igrejas e obreiros, agindo com imparcialidade, praticando o sigilo e objetivando a solução dos problemas, para o bem das partes envolvidas e a maior glória de Deus.

O Conselho de Ética e Doutrina será constituído de membros permanentes e ocasionais.

I. Fazem parte do Conselho de forma **permanente**:

- i. O Presidente do Conselho de Ética e Doutrina
- ii. O Presidente do SETIEL

II. Fazem parte do Conselho de forma **ocasional**:

- O Presidente da CONRIEL, ou alguém indicado por ele, em cujo âmbito ocorre o conflito a ser tratado.
- O Pastor ou o líder da Igreja em que ocorre a situação conflituosa.
- Um membro da Diretoria da CIELB indicado pelo Presidente da mesma.
- Outra pessoa que, a critério do Conselho, poderá ser convidada temporariamente para fazer parte do mesmo.

B. CONRIEL

As chamadas CONRIEIS são as **Convenções Regionais das Igrejas Evangélicas Livres no Brasil**. Elas são divididas atualmente em cinco regiões, todas elas representadas legalmente por sua diretoria, eleita através de assembleias. Elas têm por objetivo treinar líderes cristãos, apoiar a plantação de igrejas e promover missões cristãs com o fim de tornar conhecida a salvação eterna oferecida por Deus aos homens por intermédio unicamente do nosso Senhor Jesus Cristo.

a) CONRIEL Sul

Organiza e apoia as igrejas da CIELB nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

b) CONRIEL Paraná Sul

Organiza e apoia as igrejas da CIELB no estado do Paraná, região de Curitiba.

c) CONRIEL Oeste PR e MS

Organiza e apoia as igrejas da CIELB na região oeste e norte do Paraná, bem como no estado do Mato Grosso do Sul.

d) CONRIEL Sudeste

Organiza e apoia as igrejas da CIELB localizadas nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

e) CONRIEL Nordeste

Organiza e apoia as igrejas da CIELB localizadas no estado de Pernambuco e outros estados da região do nordeste brasileiro onde existem trabalhos de plantação de igrejas.

C. AMEGLOBAL — Agência Missionária Evangélica Global

Atua apoiando as igrejas no envio de missionários ao campo transcultural. Seu objetivo é prestar assessoria e suporte às Igrejas Evangélicas Livres no desenvolvimento da visão missionária, bem como na identificação, treinamento e envio de missionários, visando promover a pregação e o ensino do Evangelho de Jesus Cristo de acordo com as Sagradas Escrituras.

D. EEE — Editora Evangélica Esperança

Tem por propósito levar a esperança de Jesus Cristo para todos. Publicar conteúdo cristão evangélico relevante, orientar e inspirar líderes cristãos e leitores. Ser uma organização líder de mercado, admirada e preferida por leitores e parceiros.

E. SETIEL — Seminário Teológico nas Igrejas Evangélicas Livres

Tem como principal finalidade apoiar as igrejas, usando o contexto local, em seu papel de levar todos à maturidade e capacitar integralmente muitos à liderança. Através de crescimento teológico equilibrado e

saudável, de material didático de qualidade e com professores especializados, visamos a formação bíblica e teológica de homens e mulheres para servir no Reino de Deus.

F. MEIB — Missão Evangélica Independente no Brasil

Detém e administra os bens e patrimônios imóveis pertencentes a Evangélica Livre. Seu objetivo é pregar o Evangelho da Salvação no Senhor Jesus Cristo, bem como congregar pessoas que sejam cristãs e confessem Jesus Cristo como Senhor e Salvador de suas vidas, com o propósito de glorificar e servir ao Deus trino, viver uma vida de comunhão fraterna em amor sacrificial, edificar-se mutuamente e anunciar o amor de Deus.

G. AMB — Allianz Mission no Brasil

Serve como braço da AM da Alemanha, apoiando a CIELB e suas instituições no desenvolvimento de trabalhos no contexto nacional e internacional, além de administrar projetos e zelar pelos seus próprios missionários em território brasileiro. Têm por objetivo pregar o Evangelho da Salvação no Senhor Jesus Cristo, bem como congregar pessoas que sejam cristãs e confessem Jesus Cristo como Senhor e Salvador de suas vidas, com o propósito de glorificar e servir ao Deus trino, viver uma vida de comunhão fraterna em amor sacrificial, edificar-se mutuamente e anunciar o amor de Deus.

H. Nova Estrutura Interna na CIELB

O Estatuto da CIELB em seus artigos 4º ao 9º estabelece a diretoria com sua composição e funções como colegiado e de cada integrante. Essa Diretoria continuará tendo suas atribuições, mas será estruturada internamente com Conselhos e funções específicas da seguinte forma:

1. Definição dos Conselhos e do Colegiado

A) CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO E EXPANSÃO

- a) Este conselho será formado pelos presidentes das instituições para-eclesiásticas (SETIEL, AMEGLOBAL, Secretaria de Plantação de Igrejas, Reach Global, Allianz Mission Brasil), pelo Coordenador Pastoral e pelo Coordenador Administrativo;
- b) Sua função primordial é servir a CIELB propondo para instituições e igrejas um processo estratégico de desenvolvimento e expansão constante em busca de saúde e crescimento interno e externo.

B) CONSELHO PASTORAL

- a) Formado pelos Presidentes de cada Conriel e pelo Presidente do Conselho de Ética e Doutrina.
- b) Sua função é servir a CIELB fomentando a sua visão e implementando iniciativas estratégicas para promoção do cuidado pastoral e crescimento de cada região.

C) CONSELHO ADMINISTRATIVO

- a) Formado pela tesouraria e secretaria e presidentes da MEIB e da Editora Esperança.
- b) Sua função é servir a CIELB operacionalizando os processos de gestão da organização, propor melhorias na administração, captação de recursos, investimentos e aplicação de recursos de maneira estratégica.

D) COLEGIADO

- a) Formado por toda a diretoria, vogais, presidentes regionais, presidentes do SETIEL, AmeGlobal, Allianz Mission Brasil, Reach Global, SPI, CED, Editora Esperança, e MEIB.
- b) Sua função é servir a CIELB avaliando estrategicamente propostas de desenvolvimento administrativo, estrutural, teológico, educacional, missional, pastoral, bem como qualquer outra iniciativa dentro de sua estrutura, referendando ou não cada uma delas.

2. Funções específicas

Dentro dessa nova estrutura, além das atribuições já definidas em estatuto,

A) cabe ao Presidente da CIELB:

- a) liderar a coordenação executiva formada por ele mesmo, pelo coordenador Pastoral e pelo coordenador Administrativo;
- b) Liderar a equipe de Desenvolvimento e expansão
- c) Liderar as reuniões do Colegiado da CIELB;
- d) Liderar estrategicamente toda a Estrutura;
- e) Cobrar o funcionamento da Estrutura.

B) cabe ao Vice-Presidente:

- a) Ser o coordenador pastoral atuando no desenvolvimento estratégico do pastoreio e das Igrejas locais organizadas;
- b) Liderar equipe pastoral formada pelos presidentes das conreies;
- c) Atuar em conjunto com os Presidentes, no desenvolvimento pastoral e cuidado dos pastores locais;
- d) Atuar em conjunto com os Presidentes, na resolução de crises ou eventuais dificuldades institucionais nas igrejas;
- e) Junto com os presidentes desenvolver um pensamento estratégico para o crescimento das igrejas locais em cada região;
- f) Participar da equipe de desenvolvimento e expansão.

C) Ao 1º Secretário cabe:

- a) Liderar equipe administrativa composta pela tesouraria e secretaria e presidente da MEIB;
- b) Garantir a comunicação interna e externa adequada;
- c) Apresentar relatórios ao Colegiado;
- d) Juntamente com o presidente, gerir financeiramente a CIELB;
- e) Participar da equipe de Desenvolvimento e expansão;

SEÇÃO IV

RESPONSABILIDADES

1. Do presidente da CIELB

O Presidente da CIELB tem a responsabilidade de representar os interesses da convenção nacional ativa ou passivamente, em juízo ou fora dele; convocar e presidir as reuniões da diretoria; convocar e presidir as Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias; superintender as atividades gerais da CIELB; assinar documentos, cheques e outros documentos, para os quais não necessite de assinatura conjunta; representar todos os demais assuntos de interesse da CIELB, previamente aprovados pela Diretoria e/ou pela Assembleia Geral. Ao presidente da CIELB também compete:

- A. A responsabilidade de supervisionar o desenvolvimento dos trabalhos nas CONRIEIS, bem como apoiar e orientar os presidentes regionais ajudando a manter o relacionamento saudável e a sinergia entre as CONRIEIS, Igrejas locais e CIELB.
- B. O apoio ao presidente da SPI ajudando no desenvolvimento dos projetos elaborados pela mesma.
- C. Apoiar o presidente da AMEGLOBAL no desenvolvimento da visão missionária nas IEL's, acompanhando o desenvolvimento dos projetos e progresso da estrutura interna da AMEGLOBAL.
- D. Apoiar o presidente do CED no acompanhamento de ocorrências sob a responsabilidade do mesmo.
- E. Apoiar o presidente do SETIEL no desenvolvimento de um perfil de liderança saudável dentro das IEL's, apoiar no desenvolvimento do processo de aperfeiçoamento de líderes e formação de novos líderes potenciais na igreja local.
- F. Solicitar relatórios/planejamento estratégico regulares dos presidentes das CONRIEIS e dos líderes das instituições filiadas à CIELB, para avaliação do andamento de cada trabalho;
- G. Intervir em casos de desvio doutrinário, ético ou moral por parte de qualquer presidente regional ou líderes (diretores ou presidentes) das instituições filiadas a CIELB, avaliando juntamente com o CED as ocorrências, contribuindo com solução cada uma delas com o objetivo de preservação da verdade, corrigindo em amor e aplicando as disciplinas cabíveis;
- H. Visitar igrejas segundo a necessidade e as possibilidades com a finalidade de fortalecer o relacionamento entre a igreja local e CIELB;
- I. Promover parcerias que visem o desenvolvimento do Reino de Deus, e que estejam alinhadas com os interesses da CIELB no âmbito nacional e internacional.
- J. Com humildade, respeito e espírito de quebrantamento liderar sua equipe composta pelos presidentes das instituições e diretores da CIELB, com a finalidade de promover a saúde da convenção segundo os padrões bíblicos exigidos da igreja atuando pastoralmente no fortalecimento dos vínculos relacionais dentro das IEL's, promovendo a visão de uma liderança plural, subordinando-se ao mesmo tempo, às decisões do colegiado; levando em consideração a sabedoria existente na multidão dos conselheiros conforme nos orienta o texto sagrado.

2. Do presidente da CONRIEL

O Presidente da CONRIEL tem a responsabilidade de representar os interesses da convenção regional ativa ou passivamente, em juízo ou fora dele; convocar e presidir as reuniões da Diretoria; convocar e presidir as Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias; superintender as atividades gerais da CONRIEL; assinar

documentos, cheques e outros documentos para os quais não necessite de assinatura conjunta; representar todos os demais assuntos de interesse da CIELB, previamente aprovados pela Diretoria e/ou pela Assembleia Geral. Ao presidente da CONRIEL também compete:

- a) A responsabilidade de supervisionar o desenvolvimento dos trabalhos nas igrejas, bem como apoiar e orientar os pastores ajudando a manter o relacionamento saudável e a sinergia entre a CONRIEL, Igrejas locais e CIELB;
- b) Apresentar um plano de gestão anual ou quadriênio para a diretoria da CIELB, alinhado com os interesses e valores desta.
- c) Dar apoio ao presidente da SPI ajudando no desenvolvimento dos projetos elaborados pela mesma, fomentando a visão de plantação de novas igrejas na regional sobre a qual está presidindo.
- d) Apoiar o presidente da AMEGLOBAL no desenvolvimento da visão missionária nas IEL's, atuando como incentivador e fomentador de uma perspectiva saldável de missões nas igrejas da regional;
- e) Informar o presidente do CED sobre quaisquer desvios doutrinários e éticos que necessitem de intervenção e tratamento. Apoiar o presidente do CED no acompanhamento e solução de ocorrências que possivelmente aconteçam nas igrejas da regional sobre a qual preside;
- f) Apoiar o presidente do SETIEL na aplicação, popularização do perfil de liderança saudável determinado pela SETIEL e aprovado pela CIELB, dentro das igrejas locais da regional;
- g) Ser apoiador do SETIEL no aperfeiçoamento dos líderes das igrejas locais e na identificação e formação de novos líderes potenciais nas igrejas.
- h) Visitar igrejas segundo a necessidade e as possibilidades com a finalidade de fortalecer o relacionamento entre a igreja local CONRIEL e CIELB;
- i) Com humildade, respeito e espírito de quebrantamento liderar sua equipe composta pelos diretores eleitos em AGO, com a finalidade de promover a saúde da convenção regional, segundo os padrões bíblicos exigidos da igreja, atuando pastoralmente no fortalecimento dos vínculos relacionais dentro das IEL's.

3. Da CONRIEL (Convenção Regional das Igrejas Evangélicas Livres)

Uma CONRIEL é o órgão que representa a CIELB em cada região e têm por objetivo treinar líderes cristãos, apoiar a plantação de igrejas e promover missões cristãs com o fim de tornar conhecida a salvação eterna oferecida por Deus aos homens por intermédio unicamente do nosso Senhor Jesus Cristo. Ela é composta de uma diretoria eleita em assembleia geral ordinária e representada nas igrejas locais principalmente através da figura de seu presidente. Desta forma uma CONRIEL tem um papel diretivo e orientativo sobre as igrejas que compõem a constelação de comunidades locais sob sua orientação no espaço geográfico pré delimitado de sua atuação. A CONRIEL como representante da CIELB está sujeita a autoridade da mesma, tendo a prerrogativa de cumprir os interesses, deliberações e orientações da Convenção Nacional das Igrejas Evangélicas Livres no Brasil, tornando-os conhecidos em todas as igrejas sob sua responsabilidade.

A. Diretivo:

- a) Promover a identidade Evangélica Livre nas igrejas locais.
- b) Zelar por práticas bíblicas e coerentes com a instrução da CIELB nas igrejas locais.
- c) Receber as denúncias, deliberar e se necessário acionar o CED em casos de desvios éticos e doutrinários, bem como acompanhar cada ocorrência como parte integral da equipe designada pelo CED para lidar com as situações.

- d) Receber das igrejas locais, 10% das entradas referentes às contribuições dos seus membros, administrando-o para cumprimento do seu propósito de existência, repassando a porcentagem de 20% destas para CIELB.

Os valores arrecadados servirão para manutenção administrativa, estimular a plantação de igrejas, apoiar a obra missionária e fortalecer as igrejas locais através da estruturação de projetos pré-aprovados pelas diretorias com a finalidade de promover o avanço do Reino de Deus.

B. Orientativo:

- a) Apoiar as igrejas na contratação de pastores acionando o SEITEL, participando das entrevistas do obreiro, definindo um tutor e acompanhar o novo obreiro juntamente com a igreja e SETIEL em todo período de integração a CIELB.
- b) Pastorear, aconselhar e instruir pastores e lideranças locais no desenvolvimento de uma liderança saudável.
- c) Promover o relacionamento entre igrejas e líderes locais na região gerando sinergia, alinhamento e fortalecendo o relacionamento e a identidade Evangélica Livre regional.

4. Das igrejas

A. Forma de governo das Igrejas Evangélicas Livres do Brasil

“A igreja como corpo de Cristo é um organismo vivo, análogo ao corpo humano, com a cabeça dando-lhe direção, assim como Cristo é o cabeça da Igreja e a dirige. Apesar, disso há uma organização que governa o funcionamento da Igreja.”
Paul Henns — Apostila Setiel: Cap.02 “Pastores e Presbíteros”.

Historicamente conhecemos três formas de governo presentes na maioria das igrejas:

- a) Governo Episcopal:** *Identifica igrejas governadas pela autoridade do Bispo.*
- b) Governo Presbiteriano:** *O concílio, composto de Presbíteros dirigentes eleitos (presididos pelo presbítero-mestre), governa a igreja local.*
- c) Governo Congregacional:** *Autonomia e Democracia.*

As 3 formas encontram suas bases bíblicas no NT e elas têm pontos fracos, bem como, fortes.

Historicamente, as Igrejas Evangélicas Livres têm praticado um governo de Democracia Indireta, onde os atuais líderes indicam para a Assembleia de Membros os candidatos separados e já avaliados com os critérios bíblicos exigidos. Em caso de reprovação de um candidato indicado pela Assembleia Geral, retoma-se o processo inicial com possíveis sugestões desta, processo este presente em eleição de Diretoria, Diaconia e Presbitério na maioria de nossas igrejas.

Geralmente nossos Estatutos permitem reeleições contínuas. Cabe aos anciãos mais avançados em idade a percepção do pedido de afastamento quando este se faz necessário, pois na maioria das igrejas ainda não há legislação neste sentido, até porque, idade pode ser algo relativo. Também se espera das lideranças a percepção da necessária renovação na inclusão gradativa das novas gerações no quadro plural do Colegiado.

A CIELB entende a necessidade de governos colegiados e plurais em nossas Igrejas, evitando-se a concentração de governo em um ou dois indivíduos numa Igreja constituída (*evitando governo “pastorcêntrico” ou donos de Igreja*). Para tal, a definição do Conselho pode variar em número e forma de tarefas, mas necessariamente precisará estar presente, participativo e operante em reuniões mensais de preferência.

A CIELB em sua organização e definição de Missão e Visão, estaqueou algumas metas a serem alcançadas para tal:

Metas da CIELB:

- a) Todas as igrejas da CIELB plantando ou se envolvendo na plantação de uma nova igreja, buscando treinamento para tal.
- b) Desenvolver uma mentalidade nacional de apoio financeiro para plantação de igrejas.
- c) Fortalecer o evangelismo na nossa denominação.
- d) Participar em Congressos (dentro e fora da denominação), sobre plantação de Igrejas.
- e) Investir na vida de plantadores de igrejas.
- j) Capacitação intencional de líderes nas igrejas existentes.
- g) Crescimento numérico das Igrejas existentes.
- h) Mudança da cultura de liderança nas Igrejas da CIELB (de “pastorcêntrica” ou donos de igreja, passando para colegiados).
- i) SETIEL — reconhecido e divulgado como nosso meio de acompanhamento aos líderes e vocacionados.
- j) Capacitação de uma nova geração de líderes na denominação com motivação, conhecimento, habilidades e caráter idôneo.

O destaque em nosso assunto abordado aqui, são os pontos: f, h, i, j.

Uma cultura é mudada e implantada no decorrer de um tempo, mas precisa ser intencional e perseguida. Necessário se faz para tal, criar-se os meios, observações, avaliações e seleções por parte daqueles que têm maior maturidade em conjunto com nossas instituições: Convenções Regionais, SETIEL e SPI.

Com a Regionalização da CIELB (05 Regionais), o governo maior parte das igrejas para as Convenções Regionais e vice-versa. Espera-se a harmonia com as demais instituições da CIELB (*Um Colegiado funcional e operante*). Nas Convenções Regionais também permanecerão a maioria dos recursos auferidos (77,5%). Necessariamente partirão de cada igreja e sua devida regional os patrocínios e custeios dos potenciais vocacionados e especialistas que dirigem e dirigirão nossas instituições nacionais, cabendo às lideranças locais o cuidado maior na seleção e investimento nas lideranças para a direção da Igreja local e sua devida Convenção Regional.

Na medida que isto se estabelecer como cultura, cada vez mais os vocacionados surgirão dentro do quadro de nossas Igrejas locais ou regionais, sem a necessidade de importação de culturas estranhas e icônicas, facilitando a construção de nossa identidade evangélica livre brasileira, com a recomendação de especial atenção aos jovens vocacionados com potencial, caráter idôneo e determinação, pois a liderança, nem no ministério pastoral ou missionário, deveria ser auto refúgio de intenções dúbias ou duvidosas.

B. Da contribuição das igrejas para a CONRIEL

As igrejas repassam para a CONRIEL 10% (dez por cento) das entradas referentes às contribuições dos seus membros. Essa contribuição é reconhecimento da cooperação mútua para o desenvolvimento das igrejas Evangélicas Livres no Brasil e fora dele. Como uma prática convencionada, a contribuição é uma questão ética entre as igrejas que compõem a constelação das Igrejas Evangélicas Livres no Brasil. Além disso, a contribuição das igrejas aponta o reconhecimento e a gratidão das igrejas brasileiras que no seu desenvolvimento histórico receberam recursos de igrejas irmãs na Alemanha que entenderam a responsabilidade da contribuição para o avanço do Reino. Assim, nos unimos historicamente fazendo coro nesse processo, assumindo responsabilmente nosso papel de contribuir para que o Evangelho continue sendo propagado e igrejas saudáveis sejam plantadas.

C. Presbíteros

A CIELB tem como Missão servir as Igrejas Evangélicas Livres brasileiras para que estas: sejam saudáveis e multiplicadoras; tenham liderança compartilhada e capacitadora; e, promovam a expansão do Reino no contexto local e global. E o primeiro ponto da Visão da CIELB é “igrejas conduzidas por equipes de liderança saudável”.

O NT mostra como essa liderança em equipe deveria ser, embora não em detalhes sobre como deve ser o governo da igreja. Assim poderá haver divergências como afirma Wayne Grudem:

“Há um padrão neotestamentário de governo para a igreja? Há uma forma de governo que deve ser preferida à outra? ... Entretanto, de início deve-se dizer que a forma de governo da igreja não é uma doutrina central como a trindade, a divindade de Cristo, a expiação vicária, ou autoridade das Escrituras. Embora eu creia, após examinar os dados do Novo Testamento, que uma forma particular de governo seja preferível a outras, todas elas têm prós e contras. E a história da igreja atesta que formas diferentes têm funcionado muito bem por séculos. Além disso, enquanto alguns aspectos do governo da igreja são razoavelmente claros no Novo Testamento, outros (tais como a forma de escolha dos oficiais da igreja) são menos claros, principalmente porque os dados do Novo Testamento sobre eles não são conclusivos, e assim nossas conclusões a partir deles são mais incertas. Dessa maneira, parece-me que deve haver espaço para divergência amigável entre os cristãos evangélicos sobre essa questão, na esperança de que uma compreensão mais profunda seja alcançada.”⁴

Quando falamos de “igrejas conduzidas por equipes de liderança saudáveis” temos que primeiro ver quem, segundo o Novo Testamento, pode fazer parte de uma equipe assim. Temos no NT apenas dois tipos de oficiais na igreja: presbíteros e diáconos. Há diferentes dons, é claro, mas funções, ou cargos definidos, temos só estes dois. Iremos focar nos presbíteros. Lembrando que os diáconos têm seu ministério mais voltado para a parte estrutural, material, financeira e social da igreja.

a) Termos do NT — outros títulos para “Presbítero”

Em At 20 vemos palavras de exortação aos *presbíteros* (v.17). Paulo os chama de *bispos*, e os desafia a *pastorearem* (*pastores*) a igreja de Deus (v.28). A Tito Paulo escreve dando orientação para instituir (constituir) presbíteros e depois os chama de bispos (Tt 1.5,7).

É importante notar que presbíteros e apóstolos são diferentes (At 15.22). Estes, como oficiais, foram únicos: os apóstolos viram a Cristo ressuscitado e foram por ele chamados. Por isso pronunciaram palavras que são Palavra de Deus, doutrina dos Apóstolos (At 2.42) — nós temos hoje o NT no lugar desses apóstolos. O dom de apóstolo continua hoje, mas com um sentido de plantador de igrejas, missionário, acompanhamento de igrejas. Enfim, alguém com um ministério que se estende além da igreja local.

Em Efésios 4.11 temos a menção de cinco dons específicos para conduzir a plantação e edificação de igrejas: apóstolos, profetas, evangelistas, pastores e mestres. São dons importantíssimos para o fortalecimento e crescimento da igreja.

Sobre o ministério de mulheres temos esses textos: 1Tm 2.11-15; 1Co 14.33b-35. Estes dois textos aplicam-se ao ensino e exercício de autoridade na igreja. (Vd artigo sobre Ministério Feminino na CIELB — Liderança feminina no NT). Não podemos entender nestes textos que nenhuma forma de “falar” na igreja seja a questão aqui, pois em 1Co 11.5 Paulo fala de mulheres que profetizam (At 21.9 fala das filhas de Filipe que profetizavam). Mesmo que haja argumentos que estes textos devam ser interpretados levando em consideração o contexto cultural da época, entendemos que o exercício da autoridade de condução da igreja e a responsabilidade pelo ensino das Escrituras é de uma liderança da igreja definida em termos masculinos, ou seja, mulheres não fazem parte do presbitério da igreja.

b) Pluralidade dos presbíteros

Os textos do NT (At 14.23; 20.17; Tt 1.5; 1Tm 4.14; Tg 5.14; 1Pe 5.1,2; Hb 13.17) apontam para uma realidade bem clara: pluralidade de presbíteros. Cada igreja, por menor que fosse tinha mais de um presbítero, que eram responsáveis pela condução espiritual da igreja e zelavam por ela.

c) Funções dos presbíteros

⁴ GRUDEN, Wayne. *Teologia Sistemática: Atual e Exaustiva*. São Paulo: Vida Nova, 1999, pg. 758.

Textos que falam das funções dos presbíteros: At 20.28; 1Pe 5.1,2 — pastorear, cuidar, olhar; Hb 13.17 — cuidar como quem vai prestar contas; 1Tm 3.12; 5.17, Tt.1.9 — ensinar (apto), pregação e ensino, convencer; 1Tm 3.4,5; 5.17 — governar, presidir.

Vemos os presbíteros como responsáveis pela condução espiritual da igreja. Palavras como governar, presidir, velar e pastorear, mostram claramente que a condução espiritual é a função principal dos presbíteros. A melhor forma de fazê-lo, sem dúvida, é ensinar o povo, por isso o ensino e a pregação são destacados por Paulo.

Especialmente no texto de Paulo a Timóteo sobre os presbíteros (1Tm 5.17) vemos que há uma diversidade de atuações. Nem todos presidem, nem todos ensinam e pregam, e pelo que vemos, nem todos são de tempo integral (dignos de duplos honorários). Entre os presbíteros há aqueles que estão mais diretamente envolvidos na liderança, no ensino e na pregação. Estes são os que chamamos de pastores, de tempo integral ou parcial, na igreja local, ou em outra estrutura da igreja do Senhor Jesus. Assim temos os presbíteros de um modo geral e temos os presbíteros que se separam mais especificamente à liderança, ensino e pregação. Os demais presbíteros servem com seus dons, mas compõe o colegiado, a equipe, nas mesmas condições e posição. A diferença está tão somente na questão da remuneração.

Fica claro que essa equipe de presbíteros é responsável pela condução espiritual da igreja. A condução administrativa, financeira e social não necessariamente é atribuição dessa equipe. Para isso pode ser constituída uma diretoria executiva, com as funções exigidas pela legislação. Importante é que haja plena harmonia e sinergia entre esses colegiados quando distintos.

d) Qualificações dos presbíteros

Os presbíteros são apresentados como exemplos para o rebanho em todos os sentidos. Isso significa que devem ter um caráter que se reflete na vida e no ministério. As qualificações apresentadas não significam um histórico completo da pessoa, mas que na situação atual ela se apresenta como alguém irrepreensível. (1Tm 3.1-7; Tt 1.5-9; 1Pe 5.1-4; 1Tm 4.12; Tt 2.7)

Veja artigo sobre Casamento, Divórcio e Novo Casamento — Casamento e Liderança da Igreja.

e) Escolha e ordenação dos presbíteros

A eleição (democrática) de pessoas para exercerem cargos na igreja não é algo estranho ao NT (diáconos — At 6.3; cooperadores — 2Co 8.19; representantes — At 15.22). Contudo, quando se trata de presbíteros, temos um conjunto de palavras que dão um significado um pouco diferente a este processo. Em At 14.23 diz que *“designaram-lhes presbíteros”* (nomear, escolher, apontar — com o levantamento de mãos). Paulo escreve a Tito dizendo-lhe para *“constituir presbíteros”* — Tt 1.5. A Timóteo Paulo escreve sobre os presbíteros e diz no final que ele não deveria se precipitar em impor as mãos, dando a entender que está falando ainda de presbíteros — 1Tm 5.17-21.

Wayne Grudem nos ajuda a entender isso mais facilmente em nossos dias:

“...embora a Bíblia não ordene explicitamente um sistema específico de escolha dos oficiais da igreja, parece muito sábio ter um sistema no qual toda a igreja tenha um papel expressivo na seleção e no reconhecimento dos oficiais da igreja — talvez através do voto da congregação ou por algum outro processo pelo qual o reconhecimento congregacional seja exigido antes que os oficiais da igreja possam assumir o cargo”.⁵

Em At 14.23 vemos Paulo e Barnabé designando presbíteros. Eram igrejas recém-plantadas e subentende-se que nesse caso há uma ação mais diretiva e unilateral. Quando a igreja local já está mais desenvolvida, já tem uma equipe de presbíteros, pode haver uma ação conjunta dessa equipe com a igreja

⁵ Ibid, pg. 773.

como um todo. Os presbíteros já constituídos podem avaliar e indicar candidatos e a igreja então escolhe ou confirma esses candidatos por meio de um processo de escolha a ser definido previamente.

Entendendo que pessoas recebem um chamado de Deus para se dedicarem ao ministério vocacionado, estas pessoas poderão ser ordenadas de forma vitalícia. Mas ao mesmo tempo haverá pessoas que poderão servir como presbíteros por um determinado tempo. Nesses casos pode ser feita uma ordenação, na igreja local, para um mandato específico. Cada igreja pode definir o tempo adequado para esse mandato.

f) Liderança da equipe e liderança da igreja como um todo

A questão de liderança e autoridade é bastante clara na Bíblia. A igreja será conduzida por esse colegiado. Mas deve haver uma clara definição de quem será o líder dessa equipe, o coordenador. Muitas igrejas definem que seja o pastor coordenador, também visto como pastor presidente, ou pastor sênior. Assim ele será considerado o responsável também pela condução da igreja como um todo. Deve-se, contudo, entender que essa pessoa faz parte de uma equipe e que a ela está sujeita. Como diz Grudem sobre isso:

“A força desse sistema de governo (pluralidade de presbíteros na igreja local) vê-se no fato de que o pastor não tem autoridade própria sobre a congregação; essa autoridade pertence coletivamente ao grupo inteiro de presbíteros (que pode ser chamado de presbitério). Além disso o próprio pastor, como qualquer presbítero, está sujeito à autoridade do presbitério como um todo. Isso pode ser de grande benefício para evitar que o pastor cometa erros e para prestar apoio na adversidade, protegendo-o ainda de ataques da oposição”.⁶

Outra forma de organização é constituir uma diretoria administrativa e executiva além dessa equipe de presbíteros, não presidida por um presbítero ou pastor. Como essa diretoria trata mais das questões financeiras, patrimoniais e sociais, poderia ser constituída por pessoas que seriam consideradas diáconos e diaconisas.

g) Nome para essa equipe de presbíteros

Vendo que a igreja deve ser dirigida, conduzida por uma equipe, e que as pessoas que a compõe são os presbíteros, poderia ser denominado de Presbitério. É claro que esta palavra tem conotações diferentes de acordo com as interpretações de cada grupo denominacional. Também não é um nome de fácil compreensão fora do meio eclesial. Outros nomes possíveis são: Conselho, Conselho Pastoral, Conselho Ministerial etc. Importante é que a igreja local aprenda a valorizar essa equipe e cada membro como autoridade instituída por Deus para cuidado e direção da igreja.

h) Conclusão

Instituir um presbitério, ou um conselho na igreja é um grande desafio e grande responsabilidade. Isso deve envolver a igreja em oração. E, nas igrejas que já têm esse colegiado instituído deve haver oração para que Deus os capacite e para que Deus abençoe sempre que houver necessidade de renovação.

D. Termo ético

O obreiro deve zelar por cumprir o compromisso ético firmado diante da Assembleia Geral da CIELB, portandose como obreiro aprovado, que maneja bem a Palavra da Verdade (2Tm 2.15), apresentando-se dignamente conforme a santa vocação para a qual foi chamado (Ef 4.1), mantendo o bom testemunho da fé e da piedade conforme nos orienta a Sagrada Escritura.

Termo de Compromisso Ético com a CIELB

O contexto cultural, sob a influência pós-moderna, relativiza valores éticos da fé cristã, levando à banalização do sagrado, à infidelidade e à fragmentação institucional, ao pluralismo de opções no que concerne à devoção, à fé e à sua vivência cotidiana. Como CIELB não estamos isentos e nem imunes a essas influências.

⁶ Ibid, pg.783.

Diante disso, como Diretoria da CIELB, sentimos de redigir o Termo de Compromisso Ético da CIELB, de suas instituições (CONRIEIS, AMEGLOBAL, SETIEL, SPI) e igrejas filiadas, que ajude a normatizar nossas relações e condutas de caráter no âmbito convencional. Desejamos que esse compromisso possa de alguma forma nos proteger de possíveis desgastes relacionais, emocionais e até patrimoniais, no âmbito de nossa convenção.

Assim, como membro da Convenção das Igrejas Evangélicas Livres no Brasil CIELB — assumo diante de Deus, o Pai Eterno, Criador e Provedor da Vida, de Jesus Cristo, o Filho, nosso Senhor e Salvador, e do Espírito Santo, a presença viva de Jesus em nossos corações e na Igreja, o Compromisso Moral e Ético de:

- A. Zelar pela minha vida pessoal, marcada por uma conduta espiritual de integridade e santidade diante de Deus e dos homens, sendo exemplo para o rebanho.
- B. Zelar por uma vida familiar exemplar de acordo com os valores da Palavra de Deus, cuidando da esposa e filhos, e valorizando a instituição do casamento e o núcleo familiar como sagrados, vivendo em fidelidade, amor e integridade relacional.
- C. Zelar pelo ministério pastoral dirigido por um espírito de serviço, abnegação e amor ao próximo na igreja e na sociedade, assumindo a atitude de servo, considerando os outros superiores a mim mesmo e rejeitando toda busca de poder e posição por meios ilegítimos e sem o desejo de dominar sobre o rebanho ou pastorear por interesse financeiro e vantagens materiais e de influência.
- D. Zelar pela formação de uma identidade Evangélica Livre, respeitando e priorizando a estrutura e os programas da CIELB.
- E. Zelar pela promoção da unidade na CIELB, por sua integridade e progresso como convenção em nosso país e por sua relação saudável, harmoniosa e de cooperação com as instituições nacionais bem como com as instituições estrangeiras coirmãs, promovendo o progresso, amor e unidade na fé, e rejeitando toda e qualquer forma de sectarismo, seja doutrinário, relacional ou de outra forma, que comprometa essa unidade convencional.
- F. Como pastor local, caso mude as minhas convicções teológicas de forma a contrastar de modo irreconciliável com a doutrina básica da CIELB, me comprometo a deixar a igreja local sem proselitismo e divisão, deixando intacto o patrimônio da igreja local, bem como a integridade moral da mesma.
- G. Zelar pela promoção da Declaração de Propósito da CIELB: “A Convenção das Igrejas Evangélicas Livres no Brasil é uma entidade religiosa, por natureza jurídica em forma de associação, sem fins lucrativos e tem por objetivo treinar líderes cristãos, plantar igrejas interdependentes e promover missões cristãs com o fim de tornar conhecida a salvação eterna oferecida por Deus aos seres humanos por intermédio unicamente do nosso Senhor Jesus Cristo”.

Diante do acima exposto e em concordância com o conteúdo, com a graça de Deus, sua misericórdia e amor em Cristo, bem como na dependência do poder do Espírito Santo, assumo e assino esse Termo de Compromisso Ético. Que Deus, em Cristo Jesus Senhor nosso, e na provisão e consolo do Espírito Santo nos abençoe!

SEÇÃO V

INTEGRAÇÃO

1. De novos obreiros (pastores e missionários)

Processo de Integração de Pastores e Missionários (CIELB/AMEGLOBAL)

A. Fase de recrutamento

- a) Igreja local solicita, por escrito, à CONRIEL, a avaliação do candidato (casal) para pastoreio (ou outro ministério vocacional) antes de assumir qualquer compromisso com o candidato ou consagrá-lo como pastor na igreja local.
- b) A CONRIEL informa a CIELB e encaminha o pedido para o SETIEL.
- c) O SETIEL envia ao candidato a “Carta de introdução ao processo de integração”, o “Guia CIELB para Pastores e Igrejas”, o “Compromisso Ético” e as “diretrizes do conselho de ética e doutrina”.
- d) O SETIEL envia uma carta à igreja com orientações e objetivos sobre o processo de integração (Vide modelo no final desse ponto.)
- e) A comissão de avaliação agenda e realiza a entrevista de avaliação com o casal.
- f) Após a aprovação pela comissão de avaliação, o candidato inicia o ministério na igreja local como pastor em integração para um período de 2 anos.
- g) No culto de ordenação local, o candidato assina o “Termo de Compromisso Ético” da CIELB com a presença do representante da CONRIEL e coordenador regional do SETIEL.

B. Fase de acompanhamento

- a) Durante o período de integração o candidato se compromete a fazer o estudo do Guia CIELB para Pastores e Igrejas no primeiro ano e no segundo ano a participar dos dois cursos anuais oferecidos pelo SETIEL, bem como módulo de integração, workshops regionais e dos congressos do SETIEL, visando a interação e alinhamento ministerial e acadêmico.
- b) Durante o período de integração, o pastor recebe um mentor (coordenador regional ou alguém indicado por ele) que o acompanhará através de um procedimento planejado e intencional.
- c) Após o primeiro ano, haverá uma avaliação intermediária com a liderança da igreja local, pastor em integração, representante da CONRIEL e representante do SETIEL para avaliar a compatibilidade entre o candidato e a igreja local. Em caso negativo, não havendo nenhuma situação que desabone sua continuidade por parte da igreja local e haja interesse por parte das instâncias superiores (SETIEL/CONRIEL), o candidato poderá ser redirecionado para outra igreja da CIELB, onde será reiniciado o processo de integração a partir do novo ministério local e o mesmo só será ordenado como pastor da CIELB após ser reconhecido em uma igreja da convenção.

C. Fase de consolidação

- a) Durante o segundo ano desse período, o pastor em integração será acompanhado pelo mentor de acordo com as necessidades de desenvolvimento identificados na avaliação intermediária.
- b) Ao concluir o período de dois anos de integração, o pastor passará pela avaliação final e, após aprovação, assinará o documento de conclusão do período de integração. O pastor em integração será recomendado para o rol de pastores e ordenado na assembleia da CIELB.

D. Carta de introdução ao processo de integração de obreiros

“Prezado pastor ...

Recebemos a solicitação para realizar a entrevista inicial (com o casal) que dá início ao processo de integração de obreiros na Convenção das Igrejas Evangélicas Livres no Brasil (CIELB)

Este processo visa os seguintes objetivos:

- a) Ter um conhecimento mais profundo da história e cultura pessoal e familiar;
- b) Avaliar o nível de compatibilidade de convicções teológicas e doutrinárias em relação à identidade doutrinária da IEL no Brasil;
- c) Obter uma compreensão clara sobre experiências, práticas e padrões ministeriais e pastorais;
- d) Identificar o perfil pessoal e ministerial (chamado, dons, personalidade, competências, preferências, áreas fortes e necessidades de desenvolvimento); em caso de candidatos casados avaliar compatibilidade do casal para o ministério;
- e) Conhecer o estilo e conceitos de influência (liderança) predominantes na vida e prática ministerial;
- f) Fazer uma leitura do nível de compatibilidade entre perfil de obreiro e perfil de igreja local;
- g) Apresentar quem somos como IEL no Brasil (história, identidade, filosofia, visão, infraestrutura).

A igreja local solicitou ao SETIEL, através da convenção regional, a realização da entrevista inicial. Diante desta solicitação, ela será realizada baseada no “Guia CIELB Para Pastores e Igrejas” por uma comissão. Essa comissão é constituída por representantes da CIELB, CONRIEL e do SETIEL, que ocorrerá antes do culto de ordenação local e terá como base o questionário respondido pelo pastor candidato.

Com a aprovação do pastor candidato nesta entrevista, se inicia o “processo de integração de obreiros na CIELB” de 2 anos com acompanhamento por um mentor regional (veja anexo “Processo de Integração de Obreiros”).

Após a entrevista, o candidato será oficializado como pastor em integração na igreja local em um “culto de ordenação local”, no qual assinará o “Compromisso Ético” com a presença de representantes da CONRIEL.

Durante o período de integração de 2 anos, o pastor em integração se compromete a fazer parte ativa da comunidade de obreiros regionais, dos programas e eventos regionais e nacionais, particularmente do “Congresso SETIEL” e do “Módulo de Integração de Obreiros”.

Na conclusão de 2 anos será realizada a entrevista final com indicação para a “Ordenação Pastoral” na AGO da CIELB e com isso concretiza-se a integração do pastor no rol de pastores da CIELB.

Este processo serve para que as partes (pastor em integração, igreja e CIELB) possam engajar em um processo de familiarização e alinhamento, de desenvolvimento de um relacionamento de confiança (companheirismo), gerando assim, naturalmente, uma crescente integração, unidade e identidade relacional, ministerial, eclesiológica, teológica e missional.

É um prazer ter a oportunidade de conhecê-lo melhor nesta entrevista. Pedimos que responda o questionário de forma objetiva e sucinta e envie para o e-mail setiel@setiel.org.br. Ao receber o questionário preenchido entraremos em contato para agendar a entrevista com o casal e darmos início a esta jornada.

2. De obreiros e obreiras ou missionários e missionárias

Obreiros/as e/ou Missionários/as que se candidatam a uma carreira na CIELB

Entendemos que no ministério possa haver pessoas com chamados específicos que não o chamado pastoral. Essas pessoas com sua vida e dons podem, e devem, ser muito úteis na obra do Reino. Podem ser homens ou mulheres que terão seu espaço e reconhecimento no âmbito da CIELB.

Usaremos os termos “missionários” e “missionárias” já que estes são bem familiares na denominação. O entendimento é que as igrejas são conduzidas por um presbitério, conselho, ou então uma diretoria.

I. Definições

a) Missionárias são irmãs em Cristo, solteiras ou viúvas, que se sentem chamadas a exercer ministério de apoio nas igrejas da CIELB. Poderão exercer seu ministério de tempo integral ou não, remuneradas ou não, ou em sistema bi vocacional, tendo algum trabalho remunerado por tempo parcial para que possibilite atuação na igreja.

b) Missionários são irmãos em Cristo, casados, solteiros ou viúvos, que se sentem chamados a exercer ministério de apoio nas igrejas da CIELB. Poderão exercer seu ministério de tempo integral ou não, remunerados ou não, ou em sistema bi vocacional, tendo algum trabalho remunerado por tempo parcial para que possibilite atuação na igreja.

II. Atribuições

a) Será sempre um ministério de apoio, estando sob a liderança da igreja local através de sua estrutura de liderança, seja um presbitério, um conselho, ou diretoria.

b) Poderão exercer seus dons em atividades com o objetivo de suprir necessidades da igreja: evangelismo, aconselhamento, visitação nas casas e ou nos hospitais, louvor, ministério infantil, ensino e pregação (especialmente em caso de falta de pastor e/ou presbíteros na condução da igreja em um tempo de transição).

c) As missionárias poderão participar da diretoria da igreja local por se tratar de um trabalho diaconal de apoio à condução espiritual da igreja. Em casos de transição, na ausência de um pastor e/ou responsável na condução da igreja, a missionária poderá atuar também como apoio no Conselho desta igreja para auxiliar na condução da mesma.

d) Os missionários poderão participar na condução da igreja, seja no presbitério (ou conselho, conforme a estrutura de cada igreja) ou na diretoria e demais ministérios.

III. Supervisão institucional

Como esses irmãos e irmãs terão um reconhecimento na CIELB a supervisão de seu ministério junto às igrejas será feita pela respectiva CONRIEL, em conjunto com a igreja local.

A questão de apoio institucional e busca de sustento será estudada e apresentada em futuro próximo.

IV. Requisitos para o reconhecimento e integração na CIELB:

a) Curso Fundamentos da Liderança Cristã do SETIEL (concluído ou estar cursando), em casos de não haver graduação em Teologia.

b) Estudo do Guia CIELB, das disciplinas Ministério Quíntuplo e Desafios da Liderança, como os pastores em integração.

c) Resposta do questionário de integração, mais específico.

d) Em caso de uma carreira missionária com ministério de pregação quando necessário por falta de pessoas especialmente em casos de transição pastoral, será necessário ter cursado ou estar cursando o curso de especialização nessa área oferecido pelo SETIEL (com algumas disciplinas da teologia).

e) 2 anos de prática supervisionada por um mentor (nos mesmos moldes da integração de obreiros para ordenação ou consagração).

V. Certificação

Tendo cumprido todos os requisitos do item IV será concedido um Certificado de Licenciamento Ministerial.

3. De outras igrejas e seus pastores

A. Iniciar o processo de integração de igrejas a CIELB:

- a) A igreja apresenta à CONRIEL responsável (ou à CIELB em caso de nova região) uma carta de solicitação de filiação à CIELB.
- b) Em caso de uma igreja vinculada a uma estrutura denominacional, a CONRIEL fará contato com as lideranças/representantes dela antes de ser iniciada qualquer processo formal ou intencional de integração.
- c) A CONRIEL inicia reuniões com a liderança da igreja com a finalidade de avaliar o nível de compatibilidade entre igreja e IEL:
 - i. Estabelecer clareza sobre a identidade da igreja;
 - ii. O motivo, intenção e expectativas para a filiação;
 - iii. O histórico, as bases doutrinárias, a realidade e a situação atual (condições, necessidades, desafios) da igreja;
 - iv. O perfil, os conceitos e a estrutura (governo) de liderança;
 - v. Em caso de igreja constituída apresentar Estatuto e Regimento Interno;
 - vi. Apresentar as Certidões Negativas de Débitos.
- d) Em seguida a CONRIEL apresentará o Guia para Pastores e Igrejas da CIELB.

B. Realizar uma avaliação final para a decisão sobre a integração ou não da igreja.

- a) Estabelecer os requisitos necessários para o início do processo de integração;
- b) Confirmação final sobre a solicitação de filiação à CIELB.

C. A CONRIEL apresentará um relatório de análise com recomendações para a CIELB e decisão sobre a filiação com orientações específicas sobre a condução do processo. A CONRIEL acompanhará a igreja no processo de integração da igreja e dos eventuais pastores.

D. Integração da Igreja à CIELB

a) Procedimentos

- i. A igreja é apresentada à comunidade de igrejas da CONRIEL;
- ii. A igreja e liderança participam de eventos oficiais e de atividades e projetos da comunidade CONRIEL;
- iii. As entidades de apoio (SETIEL, SPI e AMEGLOBAL) são apresentadas à igreja em eventos específicos;
- iv. A liderança participa de eventos nacionais (Congresso SETIEL e CIELB);
- v. Avaliação do período de apresentação e confirmação de filiação.

b) Período de integração da igreja à CIELB

- i. Aceitação da igreja e filiação como membro da CONRIEL durante AGO CONRIEL;
- ii. Apresentação da igreja e filiação à CIELB na AGO CIELB;
- iii. Futuramente existe a possibilidade de integrar as propriedades da igreja à MEIB, se assim desejado;
- iv. O nome social e logo não necessariamente precisam ser alterados, desde que neste não conste indicação de uma outra denominação. Deve sim constar a filiação à CIELB. A igreja pode ter nome fantasia específico.

E. Processo de Integração de pastores da igreja recebida no rol de pastores da CIELB

- Os pastores da igreja completam o processo de integração com a realização do estudo do Guia CIELB Para Pastores e Igrejas, a realização do trabalho de conclusão de acordo com as diretrizes do SETIEL, bem como participar do módulo de integração para novos obreiros.
- Após a conclusão, o pastor terá sua ordenação reconhecida tornando-se membro do ROL de pastores da CIELB.

4. De seminaristas

- A. Igrejas devem dar prioridade à formação de seus próprios líderes e à contratação de obreiros da CIELB antes de “importar” um seminarista ou obreiro externo (fora da CIELB).
- B. Igrejas devem informar ao SETIEL quando pretendem encaminhar um líder a um curso de teologia.
 - a) Recomendamos que os candidatos a um curso teológico devem concluir um curso técnico ou de graduação antes de (ou enquanto) cursar um curso teológico. Essa recomendação tem como fundamento uma avaliação do atual momento histórico da igreja e os novos desafios ministeriais impostos por ele;
 - b) O candidato deve evidenciar potencial e qualificação para o ministério vocacional, ou seja, ser aprovado no exercício ministerial no contexto da igreja local (exercer liderança na área de vocação);
 - c) O candidato vocacionado deve ter concluído o curso Fundamentos da Liderança Cristã do SETIEL como base para ingressar em um curso de teologia externo.
- C. A igreja deve fazer a mentoria do candidato através do seu pastor ou alguém indicado por ele, para o acompanhamento deste seminarista de acordo com sua orientação vocacional, no contexto de um estágio na igreja local ao longo do período de seminário. Podendo contar com o apoio da SPI, SETIEL e AMEGLOBAL, com a finalidade de fortalecer o processo de mentoria.
- D. Após a conclusão do curso de teologia o seminarista deve iniciar o “processo de integração de obreiros” na CIELB. Candidatos ao ministério pastoral, plantação de igreja ou missionário serão encaminhados de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo SETIEL/AMEGLOCAL/SPI.

5. Redirecionamento de obreiros

O SETIEL tem procurado servir à CIELB e às CONRIEIS da melhor forma possível. Nos esforçamos para desenvolver uma infraestrutura cada vez mais funcional, eficaz e eficiente. Vemos a possibilidade de prover uma assistência mais integrada na seleção e colocação de obreiros em nossas igrejas (e ministérios de plantação de igreja e missões).

- A. A igreja local deve encaminhar seus candidatos internos ao ministério vocacional (pastoreio, missões ou plantação de igreja) ao SETIEL para que sejam avaliados quanto à teologia e preparados e acompanhados em seu ministério junto a igreja de acordo com seu chamado e perfil, visando sua integração como obreiro à CIELB.
- B. Ao iniciar o processo de sondagem de um candidato externo para o ministério pastoral (seja em igrejas da convenção ou não, como também em seminários), a igreja local deve comunicar este fato à CONRIEL que comunicará ao SETIEL, traçando o perfil desejado para receber apoio neste processo.

- C. Quando houver uma perspectiva de redirecionamento de um obreiro, a igreja e/ou o pastor deve informar a CONRIEL, que solicitará o apoio do SETIEL em forma de uma breve análise de situação e acompanhamento de caso para identificar:
- a) os motivos para o desejo/pedido de redirecionamento;
 - b) a necessidade de sucessão (perfil de novo obreiro para a igreja);
 - c) as oportunidades ministeriais existentes na CIELB onde haja melhor compatibilidade/encaixe entre o perfil do obreiro e o novo ministério;
 - d) o procedimento de transição (amparo às igrejas e obreiros envolvidos).
- D. Em caso de conflitos internos na liderança onde seja recomendável uma mediação ou intervenção, a igreja e/ou pastor deve informar a CONRIEL, que, se necessário, solicitará a intervenção/mediação do Conselho de Ética e Doutrina (CED) de acordo com as diretrizes estabelecidas.
- E. O CED terá como objetivo buscar uma solução para a situação conflitante, mas em caso de não haver um acordo de redirecionamento do obreiro, o CED fará a recomendação à diretoria para que esta tome uma decisão sobre a permanência ou não do respectivo pastor no rol. Decisão a ser referendada na assembleia geral ordinária no momento da atualização do rol de pastores da CIELB. Isso se aplica também quando um obreiro se encontrar em situação irregular sem a devida mudança de atitude e comportamento.

6. De novas igrejas

Princípios de plantação de igrejas

A. Por que SPI (Secretaria de Plantação de Igrejas)?

A Secretaria de Plantação de igrejas da CIELB é motivada pelo movimento bíblico de plantio de Comunidades do Reino e serve no plantio contínuo de igrejas para esta e próximas gerações. De maneira organizada e saudável, fazemos isso servindo, apoiando e assessorando as igrejas no despertamento, planejamento e treinamento de plantação de igrejas; desafiando cada igreja a desenvolver pelo menos um projeto de Plantio de Igreja; coordenando esforços conjuntos para atingirmos alvos nacionalmente; e por meio do Missio Dei Movement, buscamos encorajar um coração missional e de evangelismo em cada igreja.

B. O foco

Nosso foco maior é manter sempre a Visão de Reino e assim repensar uma eclesiologia prática e contextual orientada para a saúde da igreja que planta, do plantio e do plantador e sua família. Tudo o que a SPI pretende tem a ver com a saúde da igreja local. Trabalhamos sempre para que os papéis de cada um SPI/CIELB/CONRIEL/IGREJA LOCAL/PLANTADOR/CAMPO sejam bem definidos, a fim de ter maior clareza em cada passo no processo; sempre com um DNA relacional para multiplicar discípulos no plantio. Como SPI seguiremos servindo e sendo cooperadores de Deus, dependendo sempre da capacitação do Espírito.

C. Estratégia

Na prática, além de acompanhar cada plantio, a SPI promove consultas, pois nunca foi tão necessário concentrarmos nossas forças e caminharmos juntos no plantio de novas igrejas e na revitalização de igrejas em dificuldade com integridade e relevância. Os novos tempos e novos desafios nos levam a procurar uma reinvenção, repensando nossos papéis e efetividade na missão.

Junto ao plantio de igrejas, a SPI busca caminhar cuidando e acompanhando cada plantador e projeto, trabalhando na avaliação das iniciativas de plantação de igrejas na CIELB, projetando as perspectivas para os próximos anos, alinhando a visão, conceitos, linguagem, etc., pretendendo criar uma rede de interação

e desenvolvimento para encorajar plantadores, líderes e igrejas e, identificar catalisadores de plantação de igrejas em cada região.

D. Alinhamento dos estágios no plantio de igrejas:

Pensando em estágios, queremos compartilhar aqui uma sugestão de alinhamento dos estágios no plantio de igrejas da SPI:

- a) Retirar as pedras:** Pré-evangelismo — Nesse estágio precisamos limpar o solo, retirar os impedimentos ao trabalho, conhecer bem o contexto (o solo onde plantaremos), os costumes locais, as expressões e idiomas se necessário for. A boa semente precisa encontrar um solo fértil. A mensagem do Evangelho de Cristo precisa ser comunicada e entendida com clareza e por completo pelo que a recebe.
- b) Lançar a semente:** Evangelismo Relacional - Após a terra estar limpa é necessário lançar a semente para que ela toque o solo e tenha o espaço ideal para germinar e crescer. Lançar a semente é proclamar o Evangelho claramente, e acontece em um contexto de evangelismo relacional, ou seja, baseado em relacionamentos, um a um, no dia a dia, nas atividades habituais da vida. Não esqueça de viver continuamente e simultaneamente o estágio anterior.
- c) Regar continuamente:** Proclamação do Evangelho — Regar é como uma chuva constante onde devemos proclamar o evangelho com perseverança e continuidade, a fim de que as sementes possam realmente germinar e crescer; e que novas sementes possam brotar. Às vezes, a semente é lançada e, por falta de um novo contato para regar, ela seca e morre. Regar é trazer vida! Não esqueça de viver continuamente e simultaneamente os estágios anteriores.
- d) Colher os frutos:** Salvação de Vidas - Este estágio nos traz grande alegria porque os frutos começam a aparecer. Vidas começam a ser salvas e todo o trabalho exaustivo de limpar a terra, lançar a semente e regar, agora trazem sua recompensa. É um tempo marcado pelo milagre do Senhor. Não esqueça de viver continuamente e simultaneamente os estágios anteriores.
- e) Produto da colheita:** Iniciar o Discipulado - Agora se dá início aos discipulados, sim os primeiros discípulos! Discipular é ensinar os novos convertidos o que Jesus nos ordenou, sendo um exemplo de vida, de cuidado, e de amor a Deus. Não esqueça de viver continuamente e simultaneamente os estágios anteriores.
- f) Produzir:** Desenvolver Líderes — Aqui começamos a treinar os primeiros líderes e discipuladores. Pessoas dignas de confiança, capazes de ensinar a outros. Assim, descentralizamos a liderança, compartilhamos as responsabilidades e multiplicamos o impacto do ministério nas vidas. Desenvolver e treinar líderes é algo contínuo que perdurará por toda a jornada, bem como o fazer discípulos. Não esqueça de viver continuamente e simultaneamente os estágios anteriores.
- g) Reproduzir:** Desenvolver Estruturas Funcionais — Neste estágio, se faz necessário desenvolver estruturas funcionais. Uma organização não necessariamente física, mas que serve os propósitos e tem os estágios anteriores para o avanço e reprodução do evangelismo, salvação, discipulado e treinamento de novos líderes. Não esqueça de viver continuamente e simultaneamente os estágios anteriores.
- h) Multiplicar:** Desenvolver Movimentos — Agora que já temos essas experiências, precisamos vivê-la em um outro contexto, recomeçando tudo outra vez e multiplicando os pequenos começos sempre! Até que o início de vários plantios se torne um movimento de plantio de igrejas que começa aqui e se espalha por toda a Terra. Não esqueça de viver continuamente e simultaneamente os estágios anteriores.

Conclusão:

É muito importante que cada projeto de plantação saiba em qual estágio o plantio se encontra. Toda iniciativa de plantio de igreja deve ser intencional e organizada.

SEÇÃO VI

QUESTÕES DOUTRINÁRIAS

1. Aborto

A. Introdução

Esse texto não tem a intenção de ser uma discussão exaustiva sobre o assunto, mas um mero norteador sobre princípios básicos da fé cristã no que concerne a valoração da vida humana, mesmo nas situações mais desconfortáveis e caóticas que esse mundo caído pode proporcionar àqueles que nele existem e nele tentam percorrer a jornada da vida. O texto leva em consideração a complexidade do tema e não nega as excepcionalidades, que devem ser consideradas caso a caso, observando sempre as questões éticas e morais da vida cristã, a fé em Jesus Cristo, autor, doador e mantenedor da vida, mas ao mesmo tempo oportunizando o diálogo entre o ambiente da fé e o universo científico, com a finalidade de apoiar, com o devido respeito e solidariedade, casos difíceis e controversos que podem e devem ser discutidos com a devida maturidade cristã e o comprometimento verdadeiro com aquele que sofre, para uma tomada de decisão adequada sobre a viabilidade ou não de um aborto. Sobretudo, insistimos em responsabilizar a igreja, como sinal do Reino de Deus, a priorizar a vida, manifestando sabiamente a solidariedade e o apoio cristão àqueles que enfrentam esse dilema, portando-se como amparo e consolo e não como condenação.

B. O que diz a lei:⁷

O aborto é considerado crime no Brasil, exceto pelas condições excepcionais tratadas na lei de 1940 do código penal brasileiro que instrui da seguinte forma:

“Art. 128 — Não se pune o aborto praticado por médico:

Aborto necessário

I — Se não há outro meio de salvar a vida da gestante;

Aborto no caso de gravidez resultante de estupro

II — Se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal”.⁸

Mesmo contando claramente os casos de exceção, o texto frio da lei, não significa uma autorização do aborto, mas uma flexibilização à punição em casos específicos, sendo estes, quando existe risco claro de morte para a mãe ou em caso de estupro. Até o ano de 2020 apenas sete hospitais se propunham a realizar o aborto dentro das medidas legais. Porém, no dia vinte e sete de agosto de 2020, o ministro da saúde interino no uso das suas atribuições, sancionou por meio da portaria Nº 2.282 a obrigatoriedade do SUS em prol da realização dos casos de aborto previstos na lei; o que foi publicado no diário oficial da união no dia vinte e oito de agosto de 2020, edição 166 / seção 1 / página 359. É importante ressaltar, que a lei obriga as instituições do sistema único de saúde à realização do procedimento, no entanto, fica desobrigado da realização do aborto, por questão de consciência, qualquer médico que se opuser ao procedimento.

Esse simples fato já nos mostra a complexidade do tema e as diferentes percepções sobre o assunto tanto no meio forense quanto na medicina. Isso porque, o aborto envolve muito mais do que meros procedimentos mecânicos e técnicos para sua realização. Por exemplo: “o juiz que autoriza o aborto é coautor do crime. Isso fere o direito à vida”, disse o desembargador José Geraldo Fonseca, do Tribunal de Justiça de São Paulo, em entrevista

⁷ <https://cutt.ly/VWNu7NE> (Acessado em 11/09/2021)

⁸ Disponível online: <https://cutt.ly/jWNySe5>. (Acessado em 08/02/2021)

ao jornal Estado de São Paulo (22/09/97). Já Carlos Albuquerque, ministro da Saúde (12/96 — 03/98), disse ser contrário à lei e comparou o aborto a um assassinato”.⁹

Em 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF) legalizou a interrupção da gravidez de feto anencefálico (má-formação rara do tubo neural). Mas antes de tomarmos uma rápida posição a favor dessa decisão é necessária uma ponderação ética sobre o descarte de um ser humano, mesmo este em estado embrionário e com indícios de má formação cerebral. Algo a se pensar neste caso, trata-se da terrível ideologia preconceituosa chamada eugenia. Eugenia foi um movimento que defendeu o conjunto de conhecimentos e práticas que visavam a melhoria das características genéticas de uma população. Para conseguir isso, adeptos da eugenia acreditavam que era preciso excluir grupos indesejáveis e impedir a sua reprodução. A eugenia defende que raças superiores e de melhores estirpes conseguem prevalecer de maneira mais adequada ao ambiente, sendo assim o descarte de uma vida por um problema de má formação pode ser contado como uma incoerência em uma sociedade que defende os direitos humanos e ao mesmo tempo age de modo discriminatório.

C. O que diz a Bíblia¹⁰

Mesmo sendo um assunto um tanto ácido entre os cristãos por não termos uma proibição explícita ao aborto nas Escrituras, podemos entender com clareza suficiente o conceito da importância da vida e o porquê não era necessária uma abordagem explícita quanto a esse assunto. Na palavra de Deus, percebemos que o aborto não era uma opção para uma mulher israelita, isso era tão inconcebível que não havia necessidade de se colocar explicitamente uma lei referente ao aborto. Bastava uma lei geral como “Não Matarás” (Êx 20.13), para que um entendimento objetivo fosse criado e a retirada de um filho fosse considerada como assassinato. Na cultura israelita e bíblica, as crianças eram consideradas um presente de Deus, uma herança do Senhor (Gn 33.5; Sl 113.9; 127.3). Toda gravidez era vista como uma ação de Deus, somente ele podia abrir a madre (Gn 29.33; 30.22; 1Sm 1.19-20) ou fechar a madre (Dt 25.6; Rt 4.5), o que era visto como uma maldição. Porém, conceitos diferentes sobre filhos e o valor da vida formam a mentalidade da sociedade moderna ocidental. Filhos são vistos como dificultadores para realização de sonhos, em especial para as mulheres, sendo eles fortes empecilhos para alcançar o sucesso pessoal e profissional. A igreja de Jesus, no entanto, não é regida pelos valores éticos e morais da sociedade onde está inserida, mas guiada pela Palavra de Deus infalível e inerrante.

D. O feto como ser humano¹¹

Essa questão tem a ver com a pergunta: quando é que no processo de concepção, gestação e nascimento, o embrião se torna um ser humano com direito pleno à vida? Em 1973 a Suprema Corte dos Estados Unidos aprovou uma lei permitindo o aborto. O texto argumenta que uma criança não nascida não é uma pessoa no sentido pleno do termo, e, portanto, não tem direito constitucional à vida, liberdade e propriedade. Existem também países como a Inglaterra, que decidiu permitir o aborto até a vigésima quarta semana de gestação, porém casos de riscos para a mãe ou indícios de má formação podem ser exceções para interrupção após esse período. Portanto, a discussão sobre quando o embrião se torna um ser humano é longa e existem várias interpretações sobre isso. Uma abordagem que deve ser levada em consideração é a que muitos biólogos, geneticistas e médicos entendem que a vida se inicia plenamente desde a concepção. Uma perspectiva bíblica confirma esse conceito mostrando que Deus considera importante a vida, mesmo de crianças não nascidas (Êx 4.11; 21.21-25; Jó 10.8-12; Sl 139.13-16; Jr. 1.5; Mt 1.18; e Lc 1.39-44). Fica claro nas Escrituras que o homem é dotado de corpo, vida e faculdades desde a concepção.

“Os Pais da Igreja, que vieram logo após os apóstolos, reconheceram esta verdade, como aparece claramente nos escritos de Tertuliano, Jerônimo, Agostinho, Clemente de Alexandria e outros. No Império Romano pagão, o aborto

⁹ Apud. Os Dois Pontos Cruciais. disponível online: <https://cutt.ly/MWNvHkE>. (Acessado em 10/02/2021)

¹⁰ <https://cutt.ly/AWNioLF>. (Acessado em 11/09/2021)

¹¹ <https://cutt.ly/YWNijvu>. (Acessado em 11/09/2021)

era praticado livremente, mas os cristãos se posicionaram contra a prática. Em 314, o concílio de Ancira (moderna Ankara) decretou que deveriam ser excluídos da ceia do Senhor durante 10 anos todos os que procurassem provocar o aborto ou fizessem drogas para provocá-lo. Anteriormente, o Sínodo de Elvira (305-306) havia excluído até a morte os que praticassem tais coisas. Assim, a evidência biológica, histórica e bíblica é que crianças não nascidas são seres humanos, são pessoas, e que matá-las é assassinato.”¹²

E. A preeminência e santidade da vida¹³

É importante lembrar que a queda do homem no pecado, marcou indelevelmente a humanidade escravizando a todos e conduzindo os seus pensamentos e desejos para uma aberta oposição aos valores divinos. Nesse sentido, a própria vida tem sido esvaziada de seu valor na sociedade moderna. O conceito da primazia e santidade da vida, como um princípio bíblico fundamental que nos orienta sobre a preeminência da raça humana sobre todas as demais formas de vida, como único ser criado à imagem e semelhança de Deus e que possui uma alma imortal, tem sido substituída pela noção moderna radicada no evolucionismo, o que iguala todos os seres, transformando o ser humano em apenas mais uma consequência de processos físicos, químicos e biológicos aleatórios. Desta maneira, todos nos tornamos apenas Homo Sapiens, em nada diferentes dos demais seres. A humanidade assim, é esvaziada do seu valor essencial que é determinado pelo próprio Deus e creditado ao homem ao criá-lo em distinção dos demais seres, compartilhando conosco da sua imagem. Em uma nova maneira de entender o valor humano, hoje, esse é medido por fatores financeiros, sociológicos e de conveniência pessoal, geralmente utilitaristas e egoístas.

F. Conclusão¹⁴

O tema do aborto é um assunto que deve ser criteriosamente encarado por todos os cristãos. Não negamos que existam situações de alta complexidade para serem pensadas e acolhidas pela igreja, pois exigirão um posicionamento coerente com uma cosmovisão bíblica. Partimos do pressuposto de que nossa opção deve ser sempre pela manutenção e preservação da vida. “C. Everett Koop, ex-cirurgião geral dos Estados Unidos (maior autoridade em saúde pública na administração Reagan) escreveu: *“Nos meus 36 anos de cirurgia pediátrica, nunca vi um caso em que o aborto fosse a única saída para que a mãe sobrevivesse”*. Sua prática nestes casos raros era provocar o nascimento prematuro da criança e dar todas as condições para sua sobrevivência.”¹⁵

Como igreja, nosso papel é acolher, instruir, dar apoio e acompanhamento àqueles que estão passando por esse dilema. É preciso também deixar claro que em casos de abuso, um aborto não serve como fuga para consolar a ofendida, nem resolverá a dor, a revolta e o sofrimento inerentes de uma situação terrível como esta.

Em casos que tomam vulto de polêmicas públicas, repudiamos todo ato de expressão violenta, seja por escrito, seja verbalizado ou por manifestações de grupos, mas orientamos a todos os crentes a manterem-se em oração, expressando sua cosmovisão no cenário público com sensatez, moderação e sensibilidade.

2. Batismo e plenitude com Espírito Santo

A. Introdução

Sem dúvida um dos assuntos mais controversos da igreja moderna tem sido o batismo com o Espírito Santo. Isso acontece não porque a Bíblia não trate claramente o seu ensino sobre o assunto, mas porque a experiência e não as Escrituras têm ditado o entendimento dessa doutrina. Nosso objetivo é tratarmos, mesmo que não

¹² Apud. Os Dois Pontos Cruciais, disponível online: <https://cutt.ly/YWNvXIA>. (Acessado em 10/02/2021)

¹³ <https://cutt.ly/eWMTrVQ>. (Acessado em 10/02/2021)

¹⁴ <https://cutt.ly/PWNIaeI>. (Acessado em 11/09/2021)

¹⁵ Apud. Os Dois Pontos Cruciais, disponível online: <https://cutt.ly/6WNY1ze>. (Acessado em 10/02/2021)

exaustivamente esse assunto, clareando o tema, para uma prática dentro das Igrejas Evangélicas Livres do Brasil, coerente com a Sagrada Escritura.

B. Batismo

Batismo com o Espírito Santo ocorreu sobre a igreja de Jesus no Pentecoste. Batismo com o Espírito Santo é ato divino que nos insere no corpo de Cristo. O Espírito Santo foi prometido à igreja, como selo, guia e santificador dos crentes em Cristo. A igreja precisa manter a chama da promessa do derramar do Espírito diante dos seus olhos, lembrando que é a identificação dos atos do Espírito no meio da comunidade que confirma a legitimidade da identidade em Cristo dos seus membros. O Espírito fala, consola, conduz ao arrependimento, regenera, conduz à verdade, convence do pecado do juízo e da justiça etc. O Espírito é uma promessa para a igreja católica (universal). Não se restringe a um povo, cultura ou etnia, mas toda igreja de Cristo receberá o Espírito que é, de fato, quem faz dessa comunidade uma verdadeira família e habitação de Deus.

C. Teologia pentecostal

A tradição pentecostal entende como evidência do batismo com o Espírito Santo o ato de falar em línguas. Apesar de crermos na ação do Espírito que concede dons aos homens, não compactuamos com este pensamento, devido ao entendimento estar mais ligado a uma questão empírica legado ao surgimento do movimento pentecostal que de fato a uma perspectiva bíblica. Sendo assim, cremos que o recebimento do Espírito Santo pelo crente acontece como registrado nas Escrituras:

a) O Espírito Santo habita àquele que crê em Jesus Cristo e sua obra redentora, assumindo de forma pessoal e pública o senhorio de Cristo sobre sua vida. Ele aplica a obra da redenção produzindo a regeneração do pecador. Assim, o crente é selado com o Espírito Santo imediatamente ao ser conduzido pelo mesmo à fé em Jesus. Concomitantemente é por ele justificado dos seus pecados e transformado em filho de Deus, fato este testificado subjetivamente no coração do convertido pelo consolador. O mesmo Espírito é aquele que conduz os filhos de Deus guiando-os a toda verdade e iluminando seu entendimento para a compreensão da sã doutrina, capacitando-o a uma vida de santificação e de testemunho do poder do evangelho. (Jo 7.38-39; 14.17; At 19.2; Rm 5.5; 8.9-11 e 14, 1Co 12.3; Ef 1.13, 2Tm 1.14; 1Jo 3.24 e 4.13.)

b) Situações específicas no livro de Atos apontam a ação graciosa e indiscriminada de Deus entre todas as etnias:

Conforme registro bíblico dos casos relatados no livro de Atos dos Apóstolos, cremos que eles não têm a intenção de normatizar o batismo com o Espírito Santo, mas de elucidar a ação igualitária e sem acepção de Deus entre todos os povos, Judeus (2.1-4); Samaritanos (8.14-19); Gentios (10.44-48); Discípulos de João (18.2 a 19.7).

Em cada uma dessas situações, Deus, em sua graça maravilhosa, agiu demonstrando a universal e atemporal salvação provida por Cristo Jesus ao doar sua vida na cruz, salvando os pecadores arrependidos e crédulos em todos os tempos e em todos os povos da terra.

D. Dons e Fruto do Espírito Santo

Dons estão relacionados como ferramentas para o serviço cristão. Precisamos deles e devemos buscá-los com zelo; (Vd seção Uso dos dons do Espírito). Já o fruto do Espírito está relacionado com a vida ética/santificação.

E. Plenitude do Espírito Santo

a) Orientamos a buscar Ef 5.18-21: Evidenciada pela comunhão, cânticos e submissão. Entendemos que o fruto do Espírito é uma evidência da presença de Cristo em nós (Gl 5.22-23.)

b) Sobre a Imposição de mãos para recebimento do Espírito Santo ou não:

Entendemos que, sendo o Espírito Santo uma pessoa e o responsável pela distribuição dos dons, regeneração, convencimento, consolidação da comunhão no corpo de Cristo e outras ações competentes a ele por sua eterna divindade, infinito poder e soberana vontade, o recebimento do Espírito não está condicionado à imposição de

mãos de algum obreiro sobre o convertido. Mas se entende que soberanamente o Espírito atua de forma autônoma a qualquer criatura, em perfeita comunhão com Deus Pai e Deus filho para, de acordo com a vontade da Trindade Santa cumprir a obra de salvação e santificação da igreja.

A Palavra de Deus nos ensina que a presença do Espírito Santo em nossa vida tem um sentido eminentemente prático e visível; apoiando o crente na perseverança em fazer a vontade de Deus, em seguir os valores eternos registrados nas Escrituras, confessando Cristo, verbal e vivencialmente, como O Senhor de nossa vida (1Co 12.3). Alguns aspectos registrados por Paulo são:

a) Testemunho

O Espírito Santo é quem capacita a igreja para testemunhar Cristo de forma fidedigna e poderosa (At 1.8). Desta forma a Igreja, mesmo diante de grandes obstáculos que tentam pará-la, calá-la e desanimá-la, continua avançando. Ela persevera no poder e na sabedoria do Espírito, no cumprimento de sua missão imperativa e incondicional de testemunhar Cristo. A igreja não pode deixar de testemunhar, visto que ela não pode abandonar sua vocação. Sendo assim, como igreja, somos levados a testemunhar sobre a realidade de Cristo, seu amor e o poder de sua graça. (At 1.8; 4.8-13,31; 6.10; 7.55; 9.17-20; 11.21-25; 13.9-12).

b) Andar no Espírito (Rm 8.2,4-6; Gl 5.16,17,25; Ef 5.8-10; 1Jo 3.24)

Subscrevemos a compreensão que o Espírito Santo conduz o pecador a vida genuína e paz verdadeira, por ser o mesmo o Espírito da vida. Andar no Espírito significa, antes de tudo, viver sob a direção dele, sendo capaz de agir, decidir, planejar e viver em conformidade com a vontade do Espírito de Cristo e conforme nossa nova condição de filhos da luz. (Ef 5.8). Neste contexto de nova vida, encontramos no Espírito a capacitação para cumprimos a Lei de Deus. Esta Lei nos mandava cumprir seus preceitos e assim revelava nosso pecado. O Espírito demonstra graça através de nossa obediência com um coração alegre, libertando-nos do pecado e da morte. Portanto, andar no Espírito é viver não à revelia da Lei de Deus, que é a “lei da liberdade” (Cf. Tg 1.25; 2.12). Essa é justamente a vitória sobre o pecado (Gl 5.1-12,18). A figura bíblica do “andar é significativa e aponta para nossa realidade cotidiana de caminhar, nos deparando com situações desafiadoras, para as quais o Espírito nos conduzirá de maneira segura conforme as Escrituras. Andar no Espírito aponta para um novo itinerário e uma nova qualidade de vida. A Palavra de Deus é o Livro que regulamenta os princípios desse caminhar; o Espírito não nos dirige à parte da Palavra.

c) Enchimento do Espírito (Ef. 5.18)

A Bíblia é a fonte e norma de todo o conhecimento e prática cristãs, ela apresenta os princípios de Deus que se adequam a todas as nossas necessidades, em quaisquer épocas e circunstâncias. Conforme as Escrituras Sagradas o enchimento do Espírito pressupõe o selo e o batismo definitivos do Espírito; sendo assim, não se confunde com eles (Ef 1.13; 4.30; 1Co 12.13). O batismo e o selo do Espírito são realidades efetivas para todos os crentes em Cristo; todavia o enchimento deve ser percebido como um dever de cada cristão que reconhece a sua salvação em santificação (Ef 1.4; 2Ts 2.13). A ideia expressa em Ef 5.18, é a de ter o Espírito em todas as áreas da nossa vida, de forma plena e abundante.

d) Santa comunhão (Ef. 5.19)

Nossa comunhão não é partidária, antes é gerada pelo Espírito, manifestando-se numa conversa santa que produz a edificação mútua (Cl 3.16 / Ef 4.29; Tt 2.8 / Sl 141.3 / Cl 3.8). Essa é a realidade produzida pelo Espírito Santo da união mística com Cristo, que torna todos os regenerados em corpo de Cristo, família de Deus, pedras vivas na construção da casa espiritual. Todos esses aspectos refletem a comunhão santa do povo de Deus e a importância do viver comunitário. *“Quando o Espírito de Deus está presente, os crentes amam-se uns aos outros e não há lutas entre nós, a não ser a luta que cada um tem, por desejar amar cada vez mais”* disse Spurgeon (1834 — 1892).¹⁶

¹⁶ SPURGEON, C. H. Firmes na Verdade. São José dos Campos/SP: Fiel, 1987, p. 77.

e) Adoração

O cântico comunitário é uma expressão da adoração cristã marcada pela plenitude do Espírito Santo. É o mesmo Espírito que opera a adoração genuína no convertido. É importante mantermos a consciência de que o mesmo Espírito que inspirou Davi a escrever e falou através dele nos salmos, é o Espírito que nos ilumina, para adoração genuína e pura a Deus (At 4.25). *“E não vos embriagueis com o vinho, no qual há dissolução, mas enchei-vos do Espírito, falando entre vós com salmos, entoando e louvando de coração ao Senhor, com hinos e cânticos espirituais.”* (Ef 5.18-19). A vida cristã pressupõe uma relação de fidelidade com a sã doutrina e não pode existir sem ela. Se queremos adorar a Deus genuinamente através do nosso culto, devemos saber através de sua Palavra, como ele deve ser cultuado.

f) Gratidão a Deus (Efésios 5.20)

A Expressão “dai graças” tem o sentido, conforme traduzido, de “agradecer”. A sua raiz é a mesma do substantivo (Eucaristia), que pode ser traduzido por “gratidão” (Cf. At 24.3). Concluímos com isso que o ato de dar graças só pode ser verdadeiro se proceder de um coração agradecido.

Paulo escrevendo a Igreja de Tessalônica disse: “Em tudo dai graças, pois essa é a vontade de Deus em Cristo Jesus para convosco” 1Ts 5.18. Desta forma, entendemos que a vontade de Deus é que lhe sejamos agradecidos. Todas as vezes que reconhecemos os feitos de Deus, e o agradecemos sinceramente por isso, estamos cumprindo o “seja feita a sua vontade” ...

A nossa gratidão a Deus é o resultado da convicção de que Ele sempre cuida dos seus filhos e que, de fato, não existem casualidades, sorte, azar ou fatalismo. Deus é quem guarda o seu povo! Portanto, Deus é o Senhor da história, nada acontece sem sua permissão governativa e tudo o que ocorre tem um sentido proveitoso para o desenvolvimento da nossa vida: física, psíquica e espiritual. *“Sabemos que todas as coisas cooperam para o bem daqueles que amam a Deus, daqueles que são chamados segundo o seu propósito”* Rm 8.28. Não existe outro “bem” maior para os filhos de Deus que uma identificação cada vez maior com o seu Senhor. (Rm 8.29-30).

Essa parece ser a perspectiva do salmista: *“Foi-me bom ter eu passado pela aflição, para que aprendesse os teus decretos”* (Sl 119.71).

Confiantes na ação soberana de Deus e no seu controle absoluto da história, nossa atitude de ação de graças revela nossa confiança em Deus, no seu paternal cuidado, por isso, mesmo sem entender a totalidade dos fatos, devemos, por fé, agradecer a Deus: *“Dando sempre graças por tudo a nosso Deus e Pai, em nome do nosso Senhor Jesus Cristo”* (Ef 5.20). Algumas razões indicadas pela Palavra de Deus que nos conduzem à gratidão sincera:

- i. O caráter de Deus: (Sl 118.27-29)
- ii. Sua bondade e misericórdia: (Sl 118.1; Sl 106.1; 107.1, etc.), (Vd. Lc 6.35, 36).
- iii. Seu socorro: (Sl 28.7; Sl 118.21).
- iv. Firmeza de nossos irmãos na fé em Cristo: (Rm1.8; Ef.1.16; Fp 1.3,5).
- v. Pelas suas maravilhosas obras (Sl 75.1; Sl105.1; Cl 3.17).

g) Submissão a Deus no temor de Cristo (Ef 5.21)

O enchimento do Espírito é uma experiência vertical que toca e transforma nossa relação com Deus, no entanto, essa realidade se manifesta também em nossos relacionamentos horizontais, moldando nossa vida e relações com o próximo.

O cristão cheio do Espírito está pronto para o serviço em atitude humilde, sem pretensões de grandeza ou de honra, pois tem como princípio que norteia seus atos e decisões o “temor de Cristo”, cõscio de que tudo o que somos e temos vem de Deus (1Co 4.7; 2Co 3.5; 2Pe 1.3).

O princípio expresso por Paulo no texto de Efésios, pode ser visto no desenvolvimento de sua argumentação nos versículos seguintes. Ele mostra que a submissão humilde no temor de Cristo deve se objetivar do seguinte modo:

i. Na vida familiar:

Sem dúvida o fundamento de qualquer sociedade é a família; quando ela sofre toda a sociedade se destrói. Hendriksen (1900—1982) disse acertadamente: *“Nenhuma instituição sobre a face da terra é tão sagrada quanto a família. Nenhuma é tão básica. Segundo a atmosfera moral e religiosa, assim será na igreja, na nação e na sociedade em geral”*.¹⁷

A redenção que temos em Cristo, restaura todas as nossas relações, sendo que o mediador de todo esse processo de restauração é o Espírito Santo que atua na vida do cristão, conduzindo-o a toda verdade, por isso Paulo faz a ligação direta entre o enchimento do Espírito e o relacionamento familiar.

• Esposas — submissão e respeito

Ao iniciar com as esposas em seu texto, Paulo compara cada uma delas com a igreja. *“As mulheres sejam submissas aos seus maridos, como ao Senhor”* Ef 5.22. Diferente do que muitos pensam, não estamos aqui diante de uma mera manifestação cultural daquele período histórico. Mas o apóstolo nos mostra como o enchimento do Espírito é capaz de recriar todos os nossos relacionamentos, produzindo neles e através deles equilíbrio, que promove a glória do Seu Nome, além de saúde familiar na definição dos papéis no lar.

• Maridos — amor sacrificial e preservador

Os maridos são comparados a Cristo, que por amor sacrificial e preservador entregou sua vida pela igreja. Cristo socorre, cuida e auxilia na santificação da sua amada igreja. Cabe ao marido cuidar do bem-estar de sua amada e caso for necessário se sacrificar por ela, para que o objeto do seu amor seja preservado em qualquer que seja a circunstância. Veja o que disse o Dr. Martin Lloyd-Jones: *“É somente quando descobrimos a verdade sobre a relação de Cristo com a Igreja, é que podemos realmente agir como maridos cristãos devem agir”*.¹⁸

• Filhos — obediência e honra

Filhos cheios do Espírito Santo, revelam sua condição espiritual no seu relacionamento com seus pais, obedecendo e honrando-os “no Senhor”. É importante lembrar que a autoridade paterna está subordinada a autoridade que Deus, como nosso Soberano Pai, exerce sobre todos nós. Isso é importante, para que em casos de conflitos de autoridades, seja garantida a primazia da autoridade divina.

• Pais — educando filhos na disciplina do Senhor

Os pais devem educar os filhos nos princípios bíblicos. As Escrituras se mantêm como verdade também na área educacional, servindo de material formativo para todo nosso viver e pensar.

Como pais, não devemos provocar-lhes a ira, seja com predileções, falta de apoio, menosprezo, provocações, ironias, excesso de proteção etc. (Cl 3.21; Gn 25.28; 37.3,4; 2Sm 14.13,28; 1Rs 1.6; Hb 12.9-11). Portanto, homens e mulheres, cheios do Espírito buscam, através da Palavra, em oração, discernimento para poderem aplicar os princípios bíblicos às situações concretas na sua tarefa de educar os filhos. Mantendo sempre a consciência que as responsabilidades com a educação de seus filhos, podem ser compartilhadas com a escola e a igreja, porém nunca devem ser substituídas.

ii. Na vida profissional:

• Servir aos senhores com sinceridade

¹⁷ HENDRIKSEN, William. *Comentário do Novo Testamento: Efésios e Filipenses*, (Ef. 5.22). São Paulo: Cultura Cristã, 2013, p. 308

¹⁸ LLOYD-JONES, D. Martyn. *Vida no Espírito: no casamento, no lar e no trabalho — Exposição sobre Efésios 5.18 – 6.9*. São Paulo: PES, p. 108.

Uma outra esfera de nossas vidas que apresenta o enchimento do Espírito é a área profissional. Um homem ou mulher cheio do Espírito deve ser um profissional competente, zeloso, pontual, exemplar entendendo em primeiro lugar que seu serviço é uma ação de graças ao Senhor. Nesse sentido o Cristianismo produziu uma verdadeira revolução social.

Deus, em seu escrutínio perfeito e eterno é quem julgará nossas obras e pedirá conta de nosso trabalho, por isso a recomendação de Paulo, descrita no texto, ganha todo sentido na vida do cristão. Por isso, não existem justificativas para fugir do trabalho, mesmo que as tais venham supostamente com um tom religioso. (1Ts 4. 9-12; Ef 4.28; 1Tm 5.11-13).

O comentarista William Barclay capturou bem o espírito cristão do trabalho ao afirmar: *“O trabalhador deve fazê-lo como se fosse para Cristo. Nós não trabalhamos pelo pagamento, nem por ambição, nem para satisfazer a um amo terreno. Trabalhamos de tal maneira que possamos tomar cada trabalho e oferecê-lo a Cristo”*.¹⁹ (Vd. 1Tm 6.1-2). É a Deus que prestamos contas. Por isso todo nosso esforço e trabalho é uma oferta de ação de graças à sua soberana majestade, graça, salvação e glória.

- *Tratar os empregados com dignidade*

Assim como os servos, os patrões e os chefes estão sujeitos à autoridade superior de Deus. Nesse sentido todos estão à serviço do grande Rei e Senhor dos Senhores. Desta forma, um patrão cheio do Espírito Santo, por certo, não se aproveitará de sua posição e autoridade para pressionar os que estão sob suas ordens, usando a argumentação da falta de emprego para oprimir seus funcionários, ameaçando, menosprezando e tratando indignamente como se fossem apenas uma ferramenta descartável. (Vd. Cl 4.1). A base para o relacionamento profissional é a consciência de que temos um Senhor no céu, a quem todos prestamos conta igualmente e que julga com retidão todas as causas. A prática cristã da justiça no trabalho, seja ela do patrão-empregado ou empregado-patrão, depende do fato de ambos serem cheios do Espírito, sendo guiados e capacitados por ele.

F. Conclusão

A nossa fé professada em Cristo, baseada na sã doutrina e nosso progresso espiritual em submissão a Deus, transforma todas as áreas da existência humana, manifestando a presença sobrenatural do Espírito Santo, capacitando o crente a tornar-se um marido amoroso, cuidadoso e preservador; uma esposa submissa e respeitosa; ambos são pais zelosos na educação de seus filhos; os filhos tornam-se pessoas obedientes e honram seus pais, os empregados trabalham com dignidade cumprindo seu papel com o devido zelo; os patrões valorizam os seus empregados, respeitando e valorizando seu trabalho. Assim, os crentes em Cristo demonstram seu aperfeiçoamento espiritual e a plenitude do Espírito em suas vidas.

3. Casamento, divórcio e novo casamento

A. Introdução

Mais do que nunca na história, a civilização ocidental é confrontada com a necessidade de definir o significado dos termos “casamento” e “família”. (1) As implicações são profundas. O que foi assumido e entendido sobre casamento e família por milênios foi desafiado e trouxe um tsunami de mudanças sociais. O que isso significa para a igreja? Como definimos casamento e família? Como nos relacionamos com as crenças e práticas alternativas sobre casamento e família que são cada vez mais aceitas hoje? Quais são as implicações para a liderança da igreja e a concessão de credenciais ministeriais a líderes vocacionais para a igreja?

B. Casamento

¹⁹ BARCLAY, William. *El Nuevo Testamento Comentado*. Buenos Aires, La Aurora, 1973, Vol. 11, p. 176.

O casamento é uma relação de aliança sexualmente complementar, monogâmica, vitalícia, entre um homem e uma mulher e é a instituição fundamental da família para o florescimento de todas as pessoas — homens, mulheres, crianças e toda a sociedade.

O casamento não foi inventado pelo homem, mas projetado por Deus. *“Então Deus criou o homem à sua imagem, à imagem de Deus o criou; homem e mulher, Ele os criou”* (Gênesis 1.27; 2.18-24).

Deus instituiu o casamento:

- a) Como um relacionamento exclusivo, um homem e uma mulher em uma parceria inviolável. *“Por esta razão, o homem deixará seu pai e sua mãe e se unirá à sua esposa, e eles se tornarão uma só carne”* (Gênesis 2.24a).
- b) Como um relacionamento íntimo monogâmico expresso por meio da união sexual, refletindo a unidade complementar física, social e espiritual. Devendo ser realizado unicamente entre cristãos ou entre não cristãos, excluindo-se qualquer possibilidade de celebração de união mista (jugo desigual). *“... e eles se tornarão uma só carne. O homem e sua esposa estavam nus e não sentiram vergonha.”* (Gênesis 2.24b,25, Malaquias 2.15; 2Coríntios 6.14).
- c) Como um relacionamento de aliança, um compromisso sagrado para a vida. Devidamente efetivado pelas autoridades civis constituídas na presença de testemunhas arroladas, negando-se o reconhecimento de outras formas como por exemplo, a união estável. Recomendamos a celebração da cerimônia religiosa no contexto da igreja local como uma prática saudável. (Malaquias 2:14,15; Hebreus 13.4).
- d) Para gerar e criar filhos. *“Seja frutífero e aumente em número ...* (Gênesis 1.28); *“Porque Ele estava procurando uma descendência piedosa”* (Malaquias 2.15).
- e) Para refletir o relacionamento mais amplo de Deus com Seu povo; Deus e Israel; Cristo e a Igreja (Isaias 62.4; Efésios 5.22-33).
- f) Para ser uma relação amorosa e cuidadosa de submissão e serviço para a bênção de cada pessoa pela outra e junto com os outros (1Coríntios 7.2-5; Efésios 5.21-33; 1Pedro 3.1-7).
- g) Para ser um relacionamento permanente que termina com a morte do homem ou da mulher. Também Mateus 22.29,30; Romanos 7.2,3; 1Coríntios 7.39).
- h) Para ser um relacionamento de aliança que pode (esgotadas todas as tentativas de reconciliação) terminar excepcionalmente, (1) por infidelidade conjugal, (Mateus 19.4-9); (2) por abandono (1Coríntios 7.12-15).

C. Divórcio e novo casamento

Até a segunda metade do século 20, o divórcio era relativamente raro nas igrejas evangélicas, e a rara ocorrência era comumente considerada desqualificante. Os poucos divórcios que havia entre os líderes da igreja eram considerados pela maioria como o fim da liderança de alguém como pastor credenciado ou obreiro cristão. Assim, não foi considerado uma opção para uma pessoa divorciada exercer a função de liderança na igreja.

Creemos que Deus falou por meio das Escrituras, a autoridade suprema pela qual todos os domínios do conhecimento e esforço humano devem ser julgados. Assim, afirmamos a respeito do casamento e da família o que entendemos que a Bíblia ensina.

Por causa do desígnio de Deus de que o casamento seja honrado até a morte, algumas das palavras mais fortes em todas as Escrituras abordam o mal do divórcio. Deus odeia o divórcio. (Malaquias 2.16). Jesus afirmou a permanência do casamento em sua aplicação do relato da criação: *“Portanto, o que Deus uniu, não separe o homem”*. (Mateus 19.6).

Existem exceções? O divórcio é permitido? É permitido novo casamento?

Existem diversas conclusões sobre esses assuntos dentro da comunidade evangélica, entre aqueles que levam as Escrituras a sério. Mas isso não significa que deve ser deixado a critério da interpretação individual. Entendemos que as seguintes conclusões, são consistentes com a maioria dos estudiosos evangélicos:

A primeira posição defendida por vários teólogos sérios e refletida em vários documentos relevantes da história da igreja é a possibilidade (não mandamento) do divórcio com novo casamento dentro de algumas situações excepcionais.

a) O divórcio é permitido em dois casos: adultério (porneia) (Mateus 5.32; 19.9); e abandono por um incrédulo (1Coríntios 7:15). Outras situações a serem ponderadas são: divórcio pré-conversão; casamento fraudulento (em que o casamento poderia ter sido anulado); e casamento abusivo (verbal, físico e psicológico).

b) Nesse entendimento o divórcio que é bíblicamente permitido pressupõe o direito de novo casamento.

A segunda posição igualmente defendida por teólogos tão capazes quanto os primeiros, afirma a possibilidade (não o mandamento) do divórcio nos dois casos: adultério (porneia) (Mateus 5.32; 19.9); e abandono por um incrédulo (1Coríntios 7:15), mas negam a possibilidade de o divorciado contrair um novo casamento.

a) Marcos 10.2-9 e Mateus 19.3-8 ensinam que Jesus rejeitou a justificativa dos fariseus para divórcio. Em Deuterônimo 24.1 reafirma o propósito de Deus na Criação, de que nenhum ser humano separe o que Deus uniu.

b) Marcos 10.11-12 chama todo novo casamento após o divórcio de adultério, seja o marido ou a esposa quem se divorcia.

c) 1Coríntios 7:15 O abandono por um incrédulo, não aponta o recasamento como uma possibilidade.

Com a finalidade de promover a unidade, mesmo diante das diferenças de pensamentos sobre o tema, resguardando a consciência das lideranças locais, este guia orienta que cada igreja, por meio do seu presbitério, ou outro modelo de liderança local, com maturidade, com espírito de quebrantamento e zelo pela sã doutrina, opte por uma das perspectivas acima apresentadas, instruindo o rebanho de Deus no temor do Senhor, ensinando a santificação do matrimônio rogando para a preservação dos casamentos e apoiando as famílias quando estas passam por desafios que fragilizam os relacionamentos, atuando pastoralmente para a superação das crises e promoção da continuidade e saúde do matrimônio.

Esse guia é diretivo quando determina que, nenhum entendimento ou prática além desses deve ser difundido nas igrejas da CIELB.

D. Implicações para a cultura contemporânea

As relações sexuais são um projeto de Deus para um homem e uma mulher em uma relação de aliança monogâmica chamada casamento. Todos os outros atos sexuais estão fora do que as Escrituras ensinam. Assim, fora do casamento entre um homem e uma mulher, os seguidores de Cristo são chamados ao celibato.

Por causa da severidade da tentação e da aparência do mal, rejeitamos a prática da coabitação, um homem e uma mulher que não são casados compartilhando uma residência.

Como o sexo é um presente sagrado para expressão no casamento, rejeitamos a aceitação de todo material pornográfico ou o uso de linguagem grosseira ou obscena relacionada à sexualidade (Efésios 5.3-4; 1Tessalonicenses 4.3-7).

O casamento é a união de um homem e uma mulher, assim rejeitamos a prática e aceitação da poligamia. Isso viola o desígnio da criação (Gênesis 1; 2) e é instruído aos líderes da igreja que devem ser marido apenas de uma esposa (1Timóteo 3.2).

Como o casamento é a união de um homem e uma mulher, rejeitamos a prática homossexual. Além disso, rejeitamos a visão de que relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo podem ser legitimamente chamados de casamento. Reconhecemos a existência de orientação não heterossexual, como uma realidade desafiadora. No entanto, as Escrituras consistentemente restringem a expressão sexual ao casamento heterossexual; toda e qualquer outra prática sexual, bíblicamente, é definida como pecado. (Levítico 18.22; 20.13; Romanos 1.24-27; 1Coríntios 6.9-11; 1Timóteo 1.9-10)

E. Casamento e liderança na Igreja

Visto que o casamento e os relacionamentos familiares são uma parte vital das qualificações bíblicas de um líder, um foco particular deve ser dado ao compromisso do líder com o ensino bíblico sobre a condição de solteiro, casamento e família. Espera-se que todos os Pastores/Presbíteros deem evidências de um testemunho (vida e prática) confiável de fidelidade bíblica.

Entre os requisitos bíblicos está a diretriz de que o pastor/presbítero seja marido de apenas uma esposa (1Timóteo 3: 2 Tito 1: 6). Ele deve administrar bem sua própria família e zelar para que os filhos, que moram com seus pais, obedeçam e demonstrem o devido respeito. (1Timóteo 3: 4, 5).

As questões-chave desta discussão são: Qual é o impacto da história conjugal na elegibilidade para servir como presbítero ou ser credenciado como pastor ou qualquer outro papel de liderança na igreja? O divórcio é um desqualificador? Ser casado com alguém que já teve um divórcio é um desqualificador? Em caso afirmativo, existem exceções? Como as Escrituras abordam essas questões?

A primeira perspectiva teológica diz que: Ao selecionar líderes para a igreja local, a avaliação do compromisso de alguém com o casamento é essencial. As instruções de Paulo a Timóteo e Tito incluem uma variedade de qualidades de caráter e convicções e práticas necessárias, incluindo o marido de apenas uma esposa (1Timóteo 3.2; Tito 1.6. Este não é um padrão superior ao de outros cristãos, mas sim uma ênfase de que os líderes da igreja devem ser provados como fiéis para viver de acordo com o padrão esperado de todos os crentes.

Alguns entendem que a expressão “casado apenas uma vez”, desqualificaria qualquer pessoa com histórico de divórcio. No entanto, a consistência exigiria aplicação a qualquer pessoa que se casasse novamente após a viuvez, e até mesmo para a desqualificação dos solteiros e viúvos.

Portanto, 1Timóteo 3.2 não está se referindo ao histórico conjugal, mas à situação conjugal atual. Toda a lista de qualificações é governada pelo infinitivo presente de “ser”, portanto, a tradução “deve ser” é a ideia controladora, não “sempre foi”.

Na prática, isso significa que um pastor/presbítero não deve ter experimentado uma falha recente na fidelidade aos padrões bíblicos. Sempre que um crente que pecou de tal forma que não esteja mais à altura das qualificações bíblicas dos líderes, requeremos um tempo para cura, restauração, renovação, responsabilidade, validação de arrependimento e fidelidade, e a recuperação de uma boa reputação antes da colocação ou restauração da liderança.

Se todas as qualificações fossem baseadas no histórico da pessoa, ninguém poderia se qualificar. Todas essas qualidades vêm por crescimento e maturidade. Muito provavelmente, o que está em vista com o marido de apenas uma esposa é poligamia, o que é um desqualificador, e que os anciãos casados devem ter um histórico, durante um período razoável, de estar em um relacionamento monogâmico fiel. Wayne Grudem declara: *“Os versículos não dizem nada sobre divórcio e novo casamento no que diz respeito às qualificações para o cargo na igreja”*.

Assim, a saúde do casamento e a fidelidade conjugal são qualificações essenciais. A questão de um divórcio anterior e/ou casamento com alguém anteriormente divorciado não é um desqualificador automático para uma credencial de ministério, mas o caso deve ser analisado de forma criteriosa e cuidadosa. O foco da Escritura é principalmente na vida e caráter e na saúde conjugal atual da pessoa, mas o histórico conjugal deve ser considerado.

Os pastores/presbíteros devem cumprir e concordar com as Escrituras e com as posições de política da CIELB sobre ética sexual, particularmente o compromisso com a abstinência sexual fora do casamento e a fidelidade dentro de um casamento sancionado pela Bíblia entre um homem e uma mulher.

Qualquer casamento anterior deve ser informado e avaliado. No caso de divórcio ou casamento com uma pessoa previamente divorciada, as circunstâncias que levaram ao divórcio devem ser analisadas. Deve ser analisado se o divórcio foi concedido por motivos bíblicos, se foram feitos esforços de reconciliação e se há evidência de maturidade espiritual e emocional. Todos os fatos cruciais devem ser levantados para avaliar se o histórico de divórcio específico é, ou não, um obstáculo para o exercício da liderança.

No caso que um pastor/presbítero passe pela experiência de separação/divórcio, esteja em uma situação de crise no casamento ou em um casamento com uma pessoa previamente divorciada, e os padrões bíblicos foram violados, isso pode implicar em ação disciplinar, afastamento temporário do ministério para o acompanhamento e restauração e/ou então exclusão do rol de pastores da CIELB. Todo o processo disciplinar ou exclusão de pastores/presbíteros é exclusivamente parte das competências do CED.

Em resumo, nessa perspectiva, não há evidência nas Escrituras de que um histórico de divórcio seja um desqualificador automático, permanente e absoluto para a liderança no Corpo de Cristo. Afirmamos um compromisso inabalável com os padrões de liderança que são apresentados na Bíblia. Devemos examinar todos os candidatos a pastor/presbítero, missionário e qualquer pessoa que deseje credenciais ministeriais de acordo com esses padrões bíblicos. O estado civil e o histórico devem ser uma das questões analisadas para determinar se há questões não resolvidas ou desqualificantes relacionadas ao casamento.

Uma segunda perspectiva teológica sobre a questão aponta para a impossibilidade de um recasado assumir o ofício episcopal. Seus adeptos variam desde os que creem que nem mesmo um viúvo que tenha se casado possa assumir o cargo e aqueles que veem a limitação apenas aos que se divorciaram e se casaram novamente. Basicamente uma posição mais equilibrada, nessa perspectiva, argumenta sobre o fato de que o Pastor/Presbítero/Episcopo, deve ser marido de uma só mulher, entendendo que tal instrução paulina vai além das questões referentes a poligamia, mas se relaciona também a indivíduos com histórico de divórcio e recasamento, sendo esse fato um desqualificador para o exercício do episcopado. Uma leitura bíblica nessa abordagem de Mateus 5.31-32, Mateus 19.9, Marcos 16.18, Lucas 16.18 e Romanos 7.2-3 argumenta que nenhuma dessas passagens permite o novo casamento, a menos que o cônjuge morra. Para os mesmos, o ponto é que, não há opções em qualquer destes versículos para apontarmos o recasamento como uma hipótese. Mas há aqueles que acreditam que 1Coríntios 7.15 permite o novo casamento se existiu um divórcio. Mas não há tal permissão indicada. O versículo diz: “Mas, se o descrente se apartar, aparte-se; porque neste caso o irmão, ou irmã, não está sujeito à servidão; mas Deus chamou-nos para a paz”. Aliás, um estudo do contexto mostra que a resposta apropriada para divórcio ou deserção é um dos dois permanecer solteiro ou a reconciliar-se. 1Coríntios 7.10-11 salienta isso: “Todavia, aos casados mando, não eu mas o Senhor, que a mulher não se aparte do marido. Se, porém, se apartar, que fique sem casar, ou que se reconcilie com o marido; e que o marido não deixe a mulher”. Assim, o pastor/presbítero como modelo para comunidade, deve apresentar-se como um padrão bíblico de relacionamento conjugal, ficando o mesmo desqualificado em caso de divórcio e novo casamento para o exercício do ministério.

Com a finalidade de promover a unidade, mesmo diante destas diferentes linhas de interpretação, resguardando a consciência das lideranças locais e reconhecendo sua capacidade em lidar com questões difíceis, este guia orienta que cada igreja, por meio do seu presbitério ou outro modelo de liderança local, com maturidade, com espírito de quebrantamento e zelo pela sã doutrina, opte por uma das perspectivas acima apresentadas, instruindo o rebanho de Deus no temor do Senhor, ensinando a santificação do matrimônio, instando para que os líderes locais desenvolvam seus relacionamentos como modelo para a igreja de Cristo.

Esse guia é diretivo quando determina que um Pastor/Presbítero quando recasado, assumirá o ministério na igreja local somente após análise criteriosa do histórico de vida e do relacionamento anterior, além de se enquadrar nas cláusulas excepcionais tratadas anteriormente como as únicas possibilidades para o novo casamento, incluindo-se o novo casamento por viuvez, contando como desqualificante qualquer novo casamento que seja por outros motivos.

4. Dons espirituais

Prática e uso de dons na igreja

A. Introdução

Nós somos o povo de Deus chamado por Deus para vivenciar o Seu Reino e anunciá-lo ao mundo. Somos chamados para servir ao Senhor e aos outros. Somos servos de Deus. Para servir a Deus e viver a realidade do Reino de Deus, Ele nos deu a promessa de recebermos o poder do Espírito Santo: *“Porém, quando o Espírito Santo descer sobre vocês, vocês receberão poder e serão minhas testemunhas em Jerusalém, em toda a Judeia e Samaria e até nos lugares mais distantes da terra”*. (Atos 1:8). Esse poder do Espírito Santo manifesta-se também através dos dons espirituais. Desde o início, desde o Pentecostes, os dons acompanham a igreja na sua missão. São instrumentos de Deus para o crescimento e fortalecimento da igreja. Mas também e desde o princípio, vemos que há dificuldades e desafios na correta compreensão e prática dos dons na igreja. Vemos isso na igreja de Corinto como também nos dias de hoje.

Há sem dúvida, nessa jornada da história da igreja, diferentes perspectivas sobre o tema, contudo temos de nos esforçar e achar um caminho sempre baseados numa boa e sadia interpretação dos textos bíblicos específicos, mas também necessitaremos de uma devida flexibilidade em questões não tão claras nas Escrituras.

Temos vários textos que falam de dons espirituais, mas em 1 Coríntios 12-14, temos uma apresentação muito clara e abrangente sobre a importância dos dons e sua aplicação, sobre a diversidade e sobre o doador dos dons. Por isso, é importante estudar estes capítulos para ter uma boa base sobre o assunto.

B. A verdade sobre os dons — 1Co 12.1-3

O apóstolo começa o assunto e nos adverte sobre a importância de não sermos ignorantes sobre os dons — v.1. Ser ignorante é igual a não saber a verdade (NTLH). É inútil saber algo que não é verdade. Somente o conhecimento da verdade pode nos ajudar.

O Espírito Santo nos conduz em nossa vida cristã. No passado, diz o apóstolo Paulo, *éramos como os gentios, levados para os ídolos mudos, mas agora chegamos a Cristo, nosso Senhor e Salvador*, e isso por ação do Espírito Santo. A questão dos dons espirituais tem a ver com a direção do Espírito Santo em nossas vidas. Por isso é tão importante saber sobre os dons. Ao saber mais sobre os dons e sobre nossos dons, poderemos perceber melhor o que Deus quer de nós. Infelizmente temos muito engano e erro exatamente quando se trata de dons espirituais. Assim, não devemos ser ignorantes sobre os dons. Precisamos conhecer a verdade da Escritura sobre os dons!

C. O doador dos dons — 1Co 12.4-6

Mais importante do que conhecer os dons é conhecer aquele que é o doador dos dons. De quem recebemos os dons? Os dons espirituais são dons maravilhosos, mas eles devem nos levar a um relacionamento mais próximo com o doador. Quem é esse Doador?

Em 1Co 12.4-6, vemos três expressões diferentes para dons relacionadas à revelação de Deus: v.4 — dons (*carisma*) e Espírito; v.5 — serviço (*diakonia*) e Senhor (Jesus) e v.6 — realizações (*energema*) e Deus.

A Bíblia nos ensina que Deus se revelou de três maneiras: Pai, Filho e Espírito Santo (Mateus 28:19,20). Do ponto de vista do relacionamento de Deus conosco, poderíamos também dizer que Deus se revelou a nós como Criador, Salvador e Espírito.

- a) O *Criador* se revela através de sua criação — Romanos 1.20; Salmo 19.1. A natureza nos mostra Deus. A criação reflete o Criador, que se manifesta como Deus, especialmente em conhecimento e sabedoria — Provérbios 3.19: *“O Senhor com sabedoria fundou a Terra, com inteligência estabeleceu os céus”*.
- b) O *Salvador*, Jesus Cristo — Morreu na cruz, derramou seu sangue para que sejamos salvos — Efésios 1.7: *“No qual temos a redenção, pelo seu sangue, a remissão dos pecados, segundo a riqueza da sua graça”*. Jesus

se entregou por nós e nos convida a segui-lo (Mateus 16.24,25). O sangue derramado na cruz ajuda-nos a lembrar do Deus Salvador.

- c) O *Espírito* de Deus torna-se amplamente conhecido no dia de Pentecostes — Atos 2.1-4. Um som como de um vento forte e impetuoso, e o que parecia ser línguas de fogo, repousou sobre cada um dos presentes, e eles todos foram cheios do Espírito Santo. A partir desse dia todos os que começam um relacionamento com o Salvador recebem o dom do Espírito Santo (Atos 2.38). O Espírito Santo age com poder (Atos 1:8).

D. O propósito dos dons — 1Co 12.7

Antes de fazer uma lista de dons e citar o nome de vários dons, precisamos entender o propósito, ou seja, para que os dons foram dados. Eles foram dados para o bem comum. Deus nos dá os dons para a edificação da igreja (1Co 14.4,12,26).

É para o bem do outro. É claro que quando colocamos os nossos dons em operação, nós mesmos somos edificados. Mas o objetivo dos dons é servir aos outros (1Pedro 4:10).

E. A diversidade de dons — 1Co 12.8-11

Agora, temos uma lista de dons. O texto bíblico enfatiza que os dons são distribuídos a cada um: para uma pessoa..., para outra..., para outra... Cada pessoa acrescentada ao Corpo de Cristo tem pelo menos um dom. E, as pessoas não têm todas o mesmo dom. Há uma grande diversidade de dons. Aqui temos um total de 9 dons. No final do capítulo temos outra lista (v.28). Adicionando estes, temos 13 dons diferentes.

São estes todos os dons? Não, nós temos outras passagens bíblicas que falam de dons e vamos encontrar mais de 20 dons diferentes. Esta diversidade toda é criada e administrada por Deus através do Espírito Santo — v.11. Só mesmo este grande Deus, poderoso e sábio, poderia derramar esta variedade de dons sobre sua igreja e produzir o bem comum, o crescimento do corpo, a edificação da igreja.

F. O fundamento dos dons — 1Co 12.12-13

O apóstolo agora usa uma imagem para nos ajudar a entender toda esta questão de dons: o corpo humano. A vida com Cristo é como um corpo. Há muitos membros, mas eles formam um só corpo. Este corpo tem muitos membros, mas uma só cabeça. A fundação, a base para o bom funcionamento dos dons é o corpo, a igreja. É na Igreja e através da Igreja que os dons são exercidos. Os dons podem e devem também ser utilizados com outras pessoas que não são membros da igreja, não somente para os cristãos, mas é claro que tudo tem que ser ligado à igreja, ligado ao corpo.

G. A interdependência dos dons — 1Co 12.14-26

O corpo, que somos nós, não é um só membro, mas muitos — v.14. É, portanto, claro, que precisamos uns dos outros. Devemos servir uns aos outros. Nossa identificação como membros do corpo é definida pelo dom que temos. E isso nos mostra a ligação que temos uns com os outros na igreja. Estamos mais ligados do que pensamos. Se um sofre, todos sofrem, se um é honrado todos são honrados.

Essa interdependência leva a respeitarmos uns aos outros, a valorizarmos os dons uns dos outros. Assim, não iremos nos sobrepor aos outros, achar que nosso dom é mais importante ou achar que os outros têm de fazer as coisas do mesmo jeito que eu faço com meu dom.

H. Dom da profecia

O que entendemos como dom de profecia atualmente?

Uma posição, afirma a continuidade de todos os dons, mas que tanto o dom de profecia quanto o de apóstolado têm uma dinâmica no tempo apostólico e outra diferente após esse período. O aspecto da predição do futuro, sem dúvida, é uma característica muito forte da profecia, mas não a única. A profecia tem, acima de tudo, a ver com anunciar a vontade de Deus, transmitir uma mensagem de Deus em uma situação concreta em nome de Deus. O

profeta expõe a revelação divina, ou, como diz Grudem, poderíamos definir profecia como “dizer algo que Deus traz de modo espontâneo à mente”. (GRUDEM, 1999, p. 892).

Suas principais tarefas eram transmitir coragem e ânimo para ensinar e edificar a igreja (1Co 14.3, 31) e trazer revelação de Deus (1Co.14.26), talvez no sentido de predizer situações especiais tanto na vida de uma pessoa (At 21.10,11), como em um contexto mais amplo (At 11.28).

Os profetas tiveram papel importante no fortalecimento das novas igrejas (At 13.1; 15.32). E, “advertências contra falsos profetas nos Evangelhos Sinóticos (Mt 7.15. 22-23; 24.24 par. Mc 13.22) permitem a conclusão de que deve ter havido grande número de profetas cristãos na área da Síria e da Palestina”. (PEISCKER, 1983, p. 768).

Mesmo com todo o peso que a palavra profética tinha, e talvez por causa disso, ela podia e devia ser avaliada. “A pessoa que tem o dom da profecia não está acima de toda crítica. Ao contrário, a Bíblia diz que os profetas devem ser testados pela igreja.” (SCHWARZ, 2003, p. 132). Diz o apóstolo Paulo que deve haver julgamento do que é dito como profecia (1Co 14.29). Esse julgamento é feito, em princípio, pelos outros profetas, mas também a igreja deve participar desse processo (1Ts 5.19-22).

Não são apresentados parâmetros mais específicos, mas como temos a Escritura, esta deve ser o padrão. Aqui, mais uma vez é necessário que se faça constar a lembrança daquilo que já ficou definido em nossa Confissão de Fé — seção VI, art. 14A: Que as Escrituras Sagradas são plenamente inspiradas por Deus e infalível, inerrante, autoritativa no original. Que elas foram escritas por homens inspirados pelo Espírito Santo, que usou as personalidades destes para compor e registrar a revelação única e concreta de Deus. cremos que as Escrituras Sagradas constituem a única e suprema Regra de Fé e Prática para os cristãos, e que, portanto, nunca serão substituídas, nem acrescentadas por novas revelações, sendo o cânon definitivamente fechado e capaz de servir plenamente ao povo de Deus para suprir-lhes nas demandas espirituais e conduzi-los em total segurança em seu relacionamento com a trindade santa, com o corpo de Cristo (Igreja) e totalmente capaz de instruir o crente nas questões de foro íntimo. Sendo essas e mais nenhuma outra revelação a plena palavra de Deus para condução do seu povo.

É o que GRUDEM enfatiza em seu desafio de dar mais espaço a esse dom em nossas igrejas: Caso isso seja permitido, os que profetizam devem ser mantidos sob a orientação das Escrituras (1Co 14.29-36), devem buscar genuinamente a edificação da igreja e não o prestígio pessoal (1Co 14.12,26) e não devem dominar a reunião ou ser demasiadamente dramáticos ou emocionais em seu discurso (atraindo assim a atenção para si mesmos e não para o Senhor). As profecias devem, com certeza, ser avaliadas de acordo com os ensinamentos das Escrituras (1Co 14.29-36; 1Ts 5.19-21). (GRUDEM, 1999, p. 902).

Os profetas nos dias de hoje continuam sendo muito importantes. “A orientação profética chama missionários (At 13.1ss), encontra soluções para problemas difíceis (At 15.28ss), concede orientação e convicção pessoal no serviço missionário (At 16.6-13; 18.10) e prevê o futuro pessoal (At 20.24; 21.4,11). Em cada um destes atos a vontade imediata de Deus é um importante pré-requisito.” (REIMER, 2011, p.101).

A outra posição postula que os dons cessaram, pelo menos os citados em 1Co 13.9-10, conhecimento e profecia. Também o dom de apóstolo, especialmente no sentido de ofício, tem seu término com o tempo apostólico. “Essa posição diz que os dons não existem mais, mas não diz necessariamente que Deus não realiza milagres” (ANTONIO DE LIMA, Leandro, RAZÃO DA ESPERANÇA — Editora Cultura Cristã, 2006, p.462). A posição “cessacionista clássica” ensina que os dons de sinais como milagres, curas, línguas e profecias cessaram quando o cânon foi completado com o Apocalipse.

O papel dos profetas do Novo Testamento era de interpretar os escritos do AT à luz dos novos acontecimentos e assim serem uma força contra os falsos profetas que se levantavam. Podiam também anunciar eventos futuros (At 11.27-28) e levar palavras de ânimo e fortalecimento (At 15.32; 1Co 14.3).

Como podemos entender a profecia sob essa ótica nos dias de hoje? Como o cânon do NT já está formado, a profecia é o anúncio do Evangelho com base no NT. A Palavra de Deus é a palavra profética, ou como diz João,

“...O testemunho de Jesus é o espírito da profecia” (Ap 19.10). Assim, sempre que o Evangelho de Jesus é anunciado e a Palavra é pregada acontece a profecia. Além disso, temos a ação do Espírito Santo que ilumina as pessoas no entendimento da Palavra afim de discernir a vontade de Deus para suas vidas.

Também nesta questão, como Evangélicas Livres no Brasil, levando em consideração essas possibilidades de interpretação expostas acima, temos a liberdade de adotar uma das posições. A profecia pode ser tanto uma manifestação espontânea de anúncio da vontade de Deus, como o anúncio do Evangelho e pregação da Palavra. De qualquer forma, fica claro que o que for proferido deverá ter o devido julgamento com base nas Escrituras.

I. A ordem dos dons — 1Co 12.27-31

Olhando para o corpo humano, podemos ver um corpo muito bem estruturado e organizado. Cada membro tem o seu lugar, a sua função. Quando algo não está certo, vemos como cada parte é importante e tem o seu lugar no corpo. Deus não é um Deus de desordem, mas de paz — 1Coríntios 14.33. E, para que tudo funcione em ordem, Deus dá os dons.

Nosso texto diz que Deus colocou tudo no lugar certo e colocou os apóstolos em primeiro lugar, em segundo lugar profetas e mestres em terceiro lugar. Depois aqueles que realizam milagres etc. Existe uma ordem estabelecida. Isso não quer dizer que alguns são mais importantes do que outros, mas isso mostra que há uma estrutura na igreja com base nos dons. Aos Efésios, Paulo fala de forma semelhante (4.11-13). Paulo diz que estes dons foram dados à igreja para que os santos sejam aperfeiçoados (equipados), para crescerem e atingirem a maturidade.

E Deus colocou tudo em ordem para que cada um tenha o seu lugar. Cada um é especial, é único para Deus. Cada membro do corpo recebeu pelo menos um dom do Espírito. Portanto, nem todos são apóstolos, nem todos são profetas ou mestres, nem todos operadores de milagres, e assim por diante. Cada um de nós é único e especial em seu lugar na igreja, o corpo de Cristo.

Se Deus colocou tudo em ordem, porque diz o texto (v.31) que devo me esforçar para ter os melhores dons? O versículo 18 deixa muito claro que quem coloca os membros no corpo é Deus. Uma forma de entender essa exortação de Paulo no v.31 é ver que Paulo escreve à igreja como um todo, uma comunidade reunida. Essa comunidade deve buscar os melhores dons. No capítulo 14 ele vai mostrar que já tinha muito dom de línguas e por isso era melhor que tivessem mais profecia, ou seja, buscando os melhores dons. O versículo 31 termina dizendo que a caminhada continua. Os dons não são um fim em si mesmo.

J. Só o amor justifica e efetiva o uso dos dons para a verdadeira edificação — 1Co 13

Depois de apresentar o doador dos dons e uma definição dos dons quanto a seu fundamento, propósito e interdependência, temos no capítulo 13 o caminho maior, mais sublime: o amor. Só através do amor é que os dons cumprirão com seu propósito de edificar as vidas ao redor.

O amor, em contraste com os dons, permanece para sempre. O amor é atributo eterno de Deus, os dons são ferramentas que Deus nos dá para a edificação de sua igreja enquanto está a caminho da plenitude, da concretização da esperança, da realização da perfeição. Assim, os dons, mesmo os mais espetaculares, cessarão, pois na eternidade não mais haverá necessidade deles. Por isso, *“Ainda que eu fale as línguas dos homens e dos anjos, se não tiver amor, serei como o sino que ressoa ou como o prato que retine. Ainda que eu tenha o dom de profecia e saiba todos os mistérios e todo o conhecimento, e tenha uma fé capaz de mover montanhas, mas não tiver amor, nada serei. Ainda que eu dê aos pobres tudo o que possuo e entregue o meu corpo para ser queimado, mas não tiver amor, nada disso me valerá. ... Assim, permanecem agora estes três: a fé, a esperança e o amor. O maior deles, porém, é o amor”*. 1 Coríntios 13.1-3,13

K. Deus é um Deus de paz — 1Co 14

Tendo deixado um bom fundamento sobre os dons no contexto do amor, Paulo passa então a dar orientações sobre como os dons devem ser usados e praticados na igreja, especialmente quando reunida para adoração e culto.

A ênfase é novamente na edificação da igreja (v.4, 5, 12, 17, 26). Edificação pressupõe um ambiente seguro e harmonioso. Edificação pressupõe claro entendimento, por isso, pode haver manifestação em outras línguas, mas estas precisam ser interpretadas. A profecia é bem-vinda, mas deverá ser julgada.

Tudo deve ser feito com decência e ordem (v.40), afinal *“Deus não é Deus de desordem, mas de paz”* (v.33). Por isso, as manifestações devem acontecer de forma ordeira e não tudo ao mesmo tempo.

Paulo conclui dizendo: *“Portanto, meus irmãos, busquem com dedicação o profetizar e não proibam o falar em línguas”*. 1 Coríntios 14:39.

L. Conclusão e aplicação

Vemos a diversidade de dons para a edificação da igreja em direção à maturidade. A ênfase está sempre na edificação que acontece em um ambiente de ordem e sobriedade, mas de ampla liberdade para ação do Espírito Santo. O desafio é alcançarmos o equilíbrio nesse tema tão controverso, mas importante. Precisamos avaliar onde estamos, para então nos dirigirmos ao equilíbrio bíblico apresentado.

Se há pouca manifestação carismática devemos nos abrir para que haja mais liberdade para isso. Por exemplo: se não temos manifestações do dom de línguas, como teremos quem intérprete? Assim, teremos de dar espaço para a manifestação até que tenhamos também a devida interpretação. Isso pode levar um tempo, mas temos de estar abertos para essa transição.

Por outro lado, se há manifestação carismática sem um ambiente harmonioso e sóbrio, teremos de aplicar a orientação de mais ordem na reunião. Conduzindo para que toda manifestação em línguas seja interpretada e que profecias compartilhadas sejam devidamente julgadas.

Enfim, o que deve nos reger é o amor conforme 1Co 13. Este é dom supremo.

5. Homossexualidade

A. A sexualidade na criação — Gênesis 1.26-31

Ao lidarmos com esse tema e irmos para os relatos bíblicos e mais especificamente para a Criação, temos de levar em conta que há um conflito entre a perspectiva teológica e a materialista. Esta, por não reconhecer a possibilidade de um Criador não aceitará, sob hipótese alguma, qualquer consideração da parte bíblica e da perspectiva da Criação de Deus.

Fica claro no relato bíblico da criação, que o homem, o ser humano, foi criado à imagem (e semelhança) de Deus, com o claro propósito de glorificar o Criador. Homem (macho) e Mulher (fêmea) os criou, numa diversidade específica e bem definida.

Este relato deixa claro também que dessa forma, homem e mulher, foram abençoados por Deus com propósitos definidos: frutificar, que implica em maturidade; multiplicar, que tem a ver com preservação; povoar, ou seja, completar o mandato; e dominar, que é manter o controle como jardineiros, como cuidadores do jardim. E então temos a conclusão: e tudo ficou muito bom!

Do ponto de vista científico existem somente macho e fêmea. Fatores genéticos não podem provar a homossexualidade. (TAY, John S.H. *Nascido Gay? Existem evidências científicas para a homossexualidade?* 2011 — Central Gospel — Rio de Janeiro — RJ, pg 20)

B. A homossexualidade aparece em Sodoma — Gênesis 19.1-11

Os homens conterrâneos de Ló querem ter relações homossexuais com os visitantes dele — v.4-5. Estavam dispostos a tudo em seu intento — v.9. Vemos, nesse texto e neste evento, a homossexualidade ligada a atitudes de violência.

C. O que dizia a lei mosaica — Levítico 18.22; 20.13

A lei é muito severa e vê a relação sexual homoafetiva como repugnante e passível de pena de morte! É marcante que a introdução a esse tema tem como base o fato de Deus ser o Senhor. No Egito, tinham sido escravos e conviveram em meio a práticas totalmente contrárias ao propósito de Deus. Tinham diante de si Canaã onde também se praticavam coisas contrárias à vontade de Deus, o Senhor — Gn 18.2-6. A lei mosaica, portanto, não deixava dúvida alguma: a prática homossexual é pecado.

D. E Jônatas e Davi? — 1Samuel 20.17; 2Samuel 1.26

A expressão usada aqui, *“Sua amizade me era mais preciosa que o amor das mulheres!”*, não pode ser lida com a perspectiva que temos nos dias de hoje. Hoje é claro que se alguém usasse uma expressão assim seria considerado homossexual. Mas naquela época não. Era apenas uma forma de expressar a força dessa amizade.

A Bíblia não dá margem para a prática da homossexualidade, como vimos claramente expresso na lei mosaica. Davi tinha suas dificuldades com a lei, mas não na área da homossexualidade, pelo contrário, exagerava na heterossexualidade. Teve várias esposas e ainda adulterou. Assim sendo, vemos nesse relacionamento uma grande amizade, que é expressa em termos muito fortes, se vistos da perspectiva de nossos dias, mas não indicativos de uma relação homoafetiva.

E. E o Novo Testamento?

Nos Evangelhos não temos nenhuma menção ao assunto, nem direta, nem indiretamente. Nada no ensino e vida de Jesus dá margem para a prática da homossexualidade. Paulo, contudo, é muito claro e contundente ao tratar do assunto.

a) Consequências da idolatria — Romanos 1.18-32

Paulo aponta para o desastre que é a idolatria. Começa dizendo que ninguém é desculpável, porque Deus se revelou pela consciência e pela criação — v.18-22. Insiste que aconteceu uma rejeição da revelação natural e uma opção pela idolatria — v.23. Isso tem como consequência a rejeição de Deus que os entrega a uma imoralidade sem freios, como destaque para a relação sexual homoafetiva — v.24-28.

Alguns dizem que Paulo tão somente reflete o espírito da época de rejeição da homossexualidade. Mas temos de levar em consideração que o espírito da época era de total permissividade. Nero era casado com outro homem. Outros afirmam que Paulo tão somente se opõe ao homossexualismo religioso ou sem limites. Paulo fala claramente sobre todo tipo de relação homossexual — homossexualidade e lesbianismo. Deixa claro que são desejos pecaminosos (v.24), paixões vergonhosas (v.26), paixões inflamadas (v.27), prática antinatural (v.27) e atos indecentes (v.27). Não há a menor dúvida nesse texto que a prática da homossexualidade é pecado diante de Deus.

b) Justificados — 1Coríntios 6.9-11

Nesse texto Paulo ressalta a obra da redenção em Cristo pelo Espírito. Diz ele que antes haviam sido pecadores, perversos que não herdariam o Reino. A homossexualidade, tanto ativa quanto passiva, seja masculina ou feminina faz parte de uma lista dessa perversidade. Está junto com imoralidade, idolatria, adultério, roubo, avareza, alcoolismo, calúnia e trapaça. Por isso, nada de discriminação de pecados. É tudo perversão, afronta a Deus. Mas o texto diz “assim foram...” e aponta para a poderosa transformação operada por Cristo. Todas essas práticas pecaminosas podem ser abandonadas pelo poder de Cristo. A vitória vem da graça.

F. Conclusão

Por que a prática da homossexualidade é bíblicamente tratada como pecado? Porque é contra a natureza da sexualidade que se expressa no casamento monogâmico heterossexual. Na Criação fala de fêmeas e de machos, apontando para uma ordem natural. A Bíblia vê que a homossexualidade não é genética, portanto, não irresistível. Pode ser tratada, é uma questão de decisão. Há perdão de Deus para a prática, libertação e possibilidade de mudança.

A prática homossexual precisa ser tratada como pecado. Mas o crente precisa distinguir entre a tentação e o pecado propriamente dito. As pessoas já envolvidas precisam saber que tem perdão e que é possível experimentar uma mudança mediante arrependimento e fé no Senhor Jesus. Claro que para viver em vitória, é necessário ter comunhão constante com Deus e com o seu povo. Os pais precisam ficar atentos no cuidado e orientação de seus filhos. Nunca fechar a porta, mas deixar claro que é pecado e essa prática não será permitida na casa.

É necessário deixar clara a diferença entre a tendência e tentação homossexual da prática homossexual. Esta considerada pecado nas Escrituras, mas a tendência e a tentação não são tratadas assim. Uma pessoa pode até não superar essa tendência, mas decidir viver em santidade optando por uma vida celibatária. Como igreja, precisamos dar acolhimento a pessoas nessa condição.

Pessoas que vivem nessa luta precisam de muito amor e compreensão por parte da igreja. O sofrimento pelo que passam é terrível. Cabe a nós orar intensamente por elas e oferecer aceitação e acolhimento amoroso para amparo. A busca por mudanças cabe a cada um. Mesmo quando nos posicionamos em relação ao comportamento pecaminoso, devemos sempre agir com base no amor.

6. Igreja e política

Artigo 1. Deus como Soberano

Creemos que Deus estabeleceu em sua criação várias instituições para a ordem social: Estado, Educação, Família, Artes, Igreja; cada qual com sua própria esfera de atividade e missão e responsável por promover a sua glória.

A visão cristã da sociedade não deve se centralizar meramente no indivíduo e nem na instituição, mas na soberania de Deus sobre cada esfera da criação, nas quais variadas instituições encontram-se debaixo do reinado de Deus. Assim, podemos compreender os valores primários de uma sociedade e as relações de poder nela distribuídas existindo debaixo das premissas: (1) a soberania derradeira pertence somente a Deus; (2) toda soberania terrena é subsidiária da soberania de Deus, portanto, não há nenhum foco último (ou penúltimo) de soberania neste mundo do qual todas as demais soberanias sejam derivadas”.

Essa posição destaca que “todos os homens vivem numa rede de relacionamentos divinamente ordenada”. Nesse sentido, “as pessoas não encontram sentido ou propósito quer em sua própria individualidade, quer como parte de um todo coletivo”. Na verdade, “elas atendem a seus chamados dentro de uma pluralidade de associações comunais, como família, escola e Estado”, portanto, “Deus ordenou cada uma dessas esferas de atividade como parte da ordem original. Juntas, elas constituem a comunidade da vida”.

Nessa posição, a família, a educação, o indivíduo e a igreja são esferas independentes do Estado, pois existem independentes deste, derivando sua autoridade somente de Deus. O papel do Estado deve ser o de mediar possíveis diferentes conflitos entre as demais esferas ou para defender os fracos contra o abuso dos poderosos. Deste modo, a convicção que está por trás desta posição foi assim expressa por Abraham Kuyper: “Na extensão total da vida humana não há nenhum centímetro quadrado acerca do qual Cristo, que é o único soberano, não declare: Isto é meu!”.

Artigo 2. A relação entre o cristão e a política

Afirmamos a distinção entre Igreja e Estado, lembrando que toda autoridade procede de Deus. As tarefas da Igreja e do Estado são distintas e não devem ser confundidas. Deus instituiu o governo civil para nosso benefício a fim de refrear o mal e promover o bem (Rm 13.1-7; 1Pe 2.13-17). Além disso, é necessário o entendimento sobre a diferença entre aquilo que é governado pela igreja e aquilo que está sob a autoridade do governo civil (Mt 22.21). A existência do Estado deve ser reconhecida como um dom e uma ordem de Deus. Portanto, os que assumem cargos públicos devem reconhecer que sua autoridade é delegada e derivada de Deus como único Soberano. O governo estabelecido por Deus é mediado pelo povo, que elege seus governantes. Os eleitos têm o papel de servir

ao povo e cumprir suas tarefas com senso de dever, pois sabem que prestarão contas de seus atos perante uma autoridade maior.

Artigo 3. Sobre a soberania do Estado

Rejeita-se o conceito de soberania absoluta do estado e o conceito de soberania absoluta do povo. Para a fé cristã, o poder reside em Deus e em Cristo, que é o Senhor de todo poder e autoridade (Ef 1.21,22) e “o Soberano dos reis da terra” e “REI DOS REIS E SENHOR DOS SENHORES” (Ap 1.5; 19.16), comandando todas as esferas sociais. Somente Deus detém o poder absoluto: “Porque o SENHOR é o nosso juiz; o SENHOR é o nosso legislador; o SENHOR é o nosso rei; ele nos salvará”²⁰ (Is 33.22). Portanto, Deus é a fonte final da lei e de toda autoridade.

Artigo 4. Sobre as autoridades constituídas e seus limites

Deus delega autoridade tanto ao governante quanto às pessoas. Ao ocupar um cargo de autoridade, nenhum homem tem poder sobre outro, a não ser quando essa capacidade é delegada por Deus. Mas essa autoridade é relativa e revogável. Por isso, os cristãos devem opor-se a todo sistema político totalitário. Mais do que um direito, isto é um dever (Êx 1.17,21; Dn 3.18; 6.10; Et 4.16; Mt 2.8,12; At 4.18,20; 5.29). A fé cristã honra as autoridades, embora negue ao Estado o direito de intervir em matérias de culto, doutrina e ética. O respeito à autoridade é necessário, mas jamais ao custo da liberdade de consciência, pois somente Deus é o único Senhor.

Artigo 5. Sobre as ideologias políticas e a igreja

Nenhuma ideologia é absoluta nem pode ser confundida com o evangelho. Com acerto, a *Declaração Teológica de Barmen* afirma: “Rejeitamos a falsa doutrina de que à Igreja seria permitido substituir a forma da sua mensagem e organização, a seu bel-prazer ou de acordo com as respectivas convicções ideológicas e políticas reinantes”. Sempre que cristãos identificam determinada ideologia com o reino de Deus ou com a mensagem bíblica, essa mensagem não apenas foi distorcida, como também acabou sendo obliterada. Por outro lado, a igreja deve manter vigilância sobre o Estado. Não se pretende com isso substituir o sermão baseado na Escritura pelo discurso político. Adorar a Deus, proclamar sua Palavra, ministrar as ordenanças, orar e interceder pelos governantes, é a principal tarefa da igreja. Ao proclamar com fidelidade a Palavra de Deus, a Igreja influencia o Estado, fazendo com que suas leis se conformem com a vontade de Deus. De tal fidelidade ao chamado primário da comunidade cristã decorrem consequências políticas e sociais na sociedade.

Artigo 6. Sobre a influência do pecado na política

O realismo cristão ressalta que a corrupção na política tem origem primariamente no coração dos seres humanos. Se a doutrina da criação afirma a dignidade humana, o ensino bíblico sobre a queda afirma a corrupção humana. Os pecados individuais se tornam pecados estruturais, tais como idolatria, egoísmo, violência, despotismo, corrupção; estes acabam por afetar as estruturas do poder constituído. Por isso, a igreja cristã “prega uma conversão interior dos governantes e dos governados a Deus”, crendo que, a partir do arrependimento e quebrantamento pessoal, as estruturas serão limpas de iniquidades. Um ponto importante que se deve destacar aqui é que a “corrupção da chamada classe política” deve ser interpretada como “um reflexo da sociedade, pois toda sociedade é corrupta como uma consequência dos efeitos devastadores do pecado.

Por outro lado, a revelação geral e a graça comum ensinam que “há princípios que, se aplicados, produzirão a ética na política”. Essas são as doutrinas que proporcionam a base dos valores éticos em pessoas que não são cristãs. Portanto, “o caminho para a ética na política” não passa pela conversão de todos ao cristianismo, nem consiste “em colocar em cargos políticos quem se professa cristão”, mas em “contribuir para que a lei de Deus seja reconhecida” por todos.

Artigo 7. Conclusão

²⁰ Apud. Os Dois Pontos Cruciais. Disponível em: <https://cutt.ly/XWNY7Ve>. (Acessado em 10/02/2021)

Como igreja devemos nos posicionar politicamente, mas não partidariamente. Não devemos ser apolíticos, mas ao mesmo tempo não devemos assumir uma ideologia como sendo esta a representante das causas do Reino de Deus aqui na terra ou expressão da sua vontade. Cremos que todas elas estão marcadas pela ação do pecado, por isso, nenhuma delas representa, através do seu viés ideológico, os valores cristãos e bíblicos. Mesmo que em determinados pontos haja similaridades e que em determinados momentos façamos uso da cobeligerância para atingir pontos de comum acordo, isso não significa que haja coadunação entre as mesmas e os postulados cristãos. A igreja deve posicionar-se como sinal do Reino de Deus fazendo valer sua voz no cenário político, no entanto, não ao custo da sua moral e ética, mas por meio delas demonstrar os valores bíblicos que devem ser os norteadores das relações de um povo. Não ao custo do evangelho, mas por meio deste, compreendendo que qualquer esfera da criação está manchada pelo pecado e que somente o evangelho de Jesus Cristo é o poder de Deus e verdade única pela qual o ser humano e toda as ordens criacionais podem ser restauradas das terríveis mazelas do pecado. Não ao custo da nossa independência do estado, mas por causa dessa devemos fazer nossa voz audível no campo público, fiscalizando o estado e denunciando quanto aos desvios e desmandos dele, com toda sabedoria e prudência, com linguagem adequada e por meios eficazes. Nunca trocando nosso direito à voz denunciante por barganhas e apoios políticos que tentam, através de benefícios temporais, amordaçar a igreja e imiscuir-se em nossa responsabilidade como proclamadores do Reino de Cristo. Não ao custo dos nossos púlpitos, mas através desses, ensinar a comunidade sobre uma cosmovisão genuinamente cristã aplicada à esfera política. De forma nenhuma cedendo nossos púlpitos como palanques políticos e marqueteiros para promoção da campanha eleitoral de um indivíduo. Nunca ao custo da nossa vocação, mas por meio dela aparamentar os membros com a moral e ética bíblicas, bem como, uma sólida formação na cosmovisão cristã de maneira que através de pessoas bem equipadas e formadas, a igreja ganhe voz no cenário político e público, no entanto, nunca abrindo mão do chamado e vocação para o santo ofício pastoral para uma atuação no cenário político, ou pelo menos, não misturando as duas esferas de atuação. Cumprindo sempre o papel de orar pelas autoridades, respeitá-las enquanto no uso de suas prerrogativas enquanto não firam os valores do evangelho. Trabalhando sempre para o bem e para o desenvolvimento social, como um apoio para uma sociedade em caos e como aquela que têm a resposta para a salvação do homem, Jesus Cristo.

7. Ministério feminino na CIELB — Oportunidade para mulheres com seus dons

A. Introdução

Atualmente vemos mulheres assumindo posições de destaque em todas as áreas da vida humana. Temos mulheres em praticamente todas as profissões. Também na política elas se destacam cada vez mais. Nas famílias assumem protagonismo não só no cuidado dos filhos, mas também na administração geral. E na igreja então? As mulheres sempre foram maioria nas igrejas locais, talvez devido à maior dificuldade de conversão dos homens, mas nos últimos tempos elas têm assumido ainda mais responsabilidades, inclusive em posições de liderança.

Várias denominações reconhecem esposas de pastores como pastoras. Além disso, não poucas igrejas ordenam mulheres para o ministério pastoral de condução da igreja.

Como podemos lidar com essa questão? Que resposta temos para as mulheres nas Igrejas Evangélicas Livres quanto a seu ministério? O que a Bíblia tem a nos mostrar sobre o tão importante envolvimento das mulheres na igreja e missão?

B. Igualitarismo e complementarismo

Quanto à condição da mulher e seu papel em relação ao homem, há duas posições defendidas no meio evangélico: o igualitarismo e o complementarismo. Em resumo, o igualitarismo defende que homem e mulher são iguais em todos os aspectos, sem distinção de papéis, enquanto o complementarismo reconhece as diferenças entre homem e mulher na criação, com implicações para seus papéis, como sendo complementares.

O igualitarismo advoga que na criação não houve distinção entre homem e mulher, feitos ambos à imagem e semelhança de Deus (Gn 1.26,27). O mesmo afirma que a queda criou uma desordem como consequência que afetou a relação entre homem e mulher (Gn 3.16). Desordem plenamente restaurada na redenção em Cristo (Gl 3.28). Isso implica em nenhuma distinção entre homem e mulher na atribuição de papéis na igreja. Mulheres podem ser ordenadas pastoras e assumirem posição de liderança e condução da igreja.

O complementarismo afirma que a criação de homem e mulher foi igual em sua essência, mas distinta em seus papéis. Homem e mulher têm o mesmo valor, natureza e dignidade diante de Deus na criação, mas papéis diferentes (Gn 2.18) O homem foi criado primeiro e depois Deus fez a mulher para que o auxilie e complemente. O complementarismo entende também que a queda provocou uma alteração nos papéis de homem e mulher e que na redenção isso foi restaurado ao padrão inicial de complementaridade tanto na igreja como no lar (Ef 5.22-33). Essa complementaridade implica em atribuição distinta de papéis na igreja, não cabendo à mulher assumir posição de liderança, pelo menos não de condução da igreja.

C. Posição e função da mulher na criação — Gn 1.27,28; 2.18-23

O ser humano foi criado à imagem de Deus. Refletir a imagem indica o propósito da criação, especialmente do ser humano, de promover a glória de Deus. Paulo diz que o propósito da glória de Deus no ser humano vem desde a eternidade (Ef 1.3-6). É muito importante que este conceito esteja presente em toda nossa reflexão.

O ser humano foi criado homem e mulher. Ambos refletem a glória de Deus, especialmente no cumprimento de sua missão de frutificar, multiplicar, encher a terra e sujeitá-la. A glória de Deus manifestada na criação de homem e mulher implica em missão, em propósito. A realização de homem e mulher, portanto, é expressar a glória de Deus e cumprir com seu chamado.

A mulher foi criada de forma específica e especial. Da costela do homem para estar ao seu lado como ajudadora que lhe seja idônea, a mulher completa o homem. O homem sem a mulher não está bem, diz o texto (Gn 2.18). Da mesma forma, podemos inferir que a mulher sem o homem também não está bem. Foram criados um para o outro. Isso não significa que um homem ou uma mulher não possam estar bem vivendo sem um relacionamento conjugal. Ser ajudadora ou auxiliadora, em nada implica em uma posição inferior, pois, como vimos, ambos foram criados para estarem um ao lado do outro. A palavra “auxiliadora” vem de *ezer* no hebraico e é também atribuída a Deus (Êx 18.3, Sl 33.20). Deus é auxiliador, mas nem por isso está em posição inferior.

Vemos, portanto, perfeita harmonia na criação. Homem e mulher criados à imagem de Deus promovendo assim a sua glória e desafiados a cumprirem sua missão. Missão essa que é impossível de ser realizada individualmente. Só é possível frutificar na complementação.

D. Efeitos da queda sobre a mulher — Gn 3.1-24

Com a queda, com o advento do pecado, ocorre uma mudança nesta criação tão harmoniosa. A serpente seduz com independência e igualdade, “sereis como Deus” (v.5). O resultado não foi bem esse, embora seus olhos tenham sido abertos. Estavam longe de “ser como Deus”. A constatação da realidade (olhos abertos — v.7) não lhes garantiu discernimento para a busca da solução em Deus. Cozeram folhas de figueira e fizeram aventais para cobrir sua nudez (v.7). Esconderam-se de um Deus onipresente e onisciente.

O pecado traz suas consequências: dor e sujeição para a mulher — v.16; fadiga no trabalho pela subsistência para o homem — v.17. A própria criação é afetada. Esta, só será plenamente restaurada quando nós também o formos de forma definitiva (Rm 8.19-23). Enquanto isso, as consequências do pecado estão aí, afetando-nos mais ou menos conforme circunstâncias específicas. Mas da morte ninguém escapa: ao pó tornaremos (v.19). A sujeição ao marido na forma de dominação deste é, portanto, maldição da queda. Antes, era um estar ao lado sem falar em posição, agora, surge uma hierarquização do relacionamento conjugal (“e ele a dominará”. — v.16).

E. A vida da mulher sob a lei de Moisés

Deus é um Deus de alianças. A Lei é mais um pacto que Deus faz, agora com seu povo. A Lei é dada a Moisés a fim de organizar a vida do povo. A Lei aponta também, é claro, para a ineficácia do ser humano em produzir justiça. Sangue precisa ser derramado. Sangue inocente, para que haja perdão e vida.

A Lei não se propõe a remover as consequências e a maldição da queda. Ela propõe uma solução temporária e limitada e aponta para a solução perfeita e definitiva. Um exemplo daquele período histórico pode ser visto na seguinte questão: A proteção da virgem é garantida. Se for seduzida terá de ser desposada, mas com a permissão do pai. E nesses casos não poderá haver divórcio (Êx 22.16,17; Dt 22.29). Na vida social a mulher precisa do apoio do pai ou marido, mas tem oportunidade de participação (Ne 10.28). Nos livros sapienciais vemos a beleza feminina sendo exaltada e valorizada. Os profetas falam de Israel e sua terra como noiva ou esposa de Deus (Is 62.4).

F. Liderança feminina no povo de Israel

A história de Israel nos apresenta várias figuras femininas em ação e até na liderança. Temos Raabe e Rute que foram reconhecidas e lembradas na genealogia de Jesus (Mt 1.5) e Raabe mencionada entre os heróis da fé em Hebreus 11. Outras mulheres foram tremendamente influentes e mais especificamente temos Débora, a profetisa e juíza (Jz 4.4), Hulda a profetisa no tempo de Josias (2Re 22.14) e Ester a rainha hebreia na Pérsia e Média (Et 2.15-17; 7.3). Se temos esses destaques, é porque a atuação da mulher era perfeitamente viável e louvável, até mesmo em posição de liderança como Débora. Contudo, não vemos a mulher tomando espaço no culto. Ali temos apenas sacerdotes homens.

G. A Nova Aliança e a mulher

Como vimos, a Lei não se propôs a trazer uma solução definitiva para a condição humana. A Lei era vivenciada e praticada na expectativa da vinda do Messias e de uma redenção de Israel sob a condição de domínio em que viviam. Nos tempos de Jesus, a mulher perdeu ainda mais sua dignidade. Os fariseus e escribas, que procuravam aplicar a lei na sua literalidade, mas com parcialidade conforme seu interesse (no caso da mulher adúltera, a intenção era tão somente provar Jesus, e não um profundo senso de justiça), as menosprezavam. Na bênção matinal diziam: *“Oh, Senhor muito obrigado por não ter nascido gentio, escravo e nem mulher”* Mas o conteúdo do Sidur, livro de Preces, e seu significado não devem ser interpretados apenas em seu sentido literal.

Jesus trata as mulheres de forma especial. Nunca as despreza. Ele as recebe em seu convívio. Elas se dispõem a segui-lo e dar-lhe suporte material em sua jornada (Lc 8.1-3). *“No fato de que Jesus aceitava com toda a tranquilidade os préstimos dessas discípulas revelam sua humildade e sua majestade, manifestando assim também sua plena confiança na pureza e fidelidade dessas companheiras. Nessa comunhão constatamos a aurora de um novo mundo de amor que somente o Espírito de Cristo é capaz de suscitar.”* (Rienecker, 2005) ²¹

Também para Paulo, é evidente que na Nova Aliança não pode haver distinção, nem entre judeus e não judeus, escravos e livres, nem entre homens e mulheres (Gl 3.26-28); todos esses se encontram na condição de filhos de Deus. Mesmo assim, ficam algumas diferenças no caso dos papéis no casamento. O homem é cabeça e a mulher submissa a ele (Ef 5.21-33). Também há exortações para que as mulheres não atuem publicamente no ensino (1Co 14.33-40 e 1Tm 2.9-15). Fica implícito nestes textos que a questão é a autoridade sobre os homens (1Tm 2.12). Falar ou orar é permitido, no caso das profetisas (1Co 11.2-16), desde que com a cabeça coberta, o que indica uma prática social da época, expressando atitude de submissão. Talvez as exortações fortes contra as manifestações femininas em público se devam ao contexto religioso da época, especialmente em Corinto e em Éfeso, centros de cultos a deusas com suas sacerdotisas em destaque.

H. Liderança feminina na igreja do NT

Vemos, portanto, uma grande mudança na forma como as mulheres são tratadas no contexto judaico tradicional e agora por Jesus e na igreja.

²¹ RIENECKER, Fritz: *Comentário Esperança, Evangelho de Lucas*. Curitiba: Editora Evangélica Esperança, 2005; 2008, pg. 189.

Em Atos vemos a ação clara de mulheres. Elas estão sempre juntas no início da igreja. Oram e esperam junto com os demais discípulos a vinda do Espírito Santo (At 1.14). Mulheres se convertem e assumem destaque na igreja: Lídia — At 16.1-15, 40; Priscila — At 18.1,18,19,26; Rm 16.3; 1Tm 4.19.

Temos dois textos que fazem restrição ao ministério feminino, 1Co 14.33-35 e 1Tm 2.8-15. É importante fazer uma análise desses textos e ver que temos orientações normativas, ou seja, que se sustentam em outras partes das Escrituras e que se aplicam em todas as situações. Por outro lado, temos orientações que são de aplicação específica e local. Os textos falam do contexto de culto, de igreja reunida. Tratam principalmente de duas questões: exercício de autoridade e ensino. Quanto a “falar”, entendemos que se refere mais especificamente ao ensino dentro de um contexto de autoridade. Não se trata aqui de qualquer “falar”, pois não há restrições quanto a mulheres orarem e profetizarem em público (1Co 11.4-5, onde temos mais um exemplo de uma orientação não normativa quanto a ter a cabeça coberta). Portanto, o exercício da autoridade e a responsabilidade pelo ensino da igreja não cabe a mulheres. Contudo, outros ministérios podem muito bem ser exercidos por elas, conforme os dons dados por Deus.

I. Dons e funções de liderança na igreja no NT

Vimos que o ser humano, homem e mulher, foi criado à imagem de Deus para glorificá-lo. Esse propósito continua também na igreja, pois como filhos de Deus somos separados para o louvor da sua glória. A vida da igreja e na igreja deve promover a glória de Deus baseada em sua vontade (Ef 1.5,9). Para nos capacitar a viver a vida da Igreja, recebemos os dons que têm como propósito promover a edificação da Igreja (1Co 12.7; 14.12). Mas os dons têm também função de glorificar a Deus (1Pe 4.10,11). Isso é importante destacar para nos lembrar do propósito da criação de homem e mulher à imagem de Deus.

Nas instruções sobre os dons e seu uso na igreja, não temos qualquer indicação de alguma distinção de sexo, ou seja, podemos entender que os dons são dados indistintamente a homens e mulheres. Pedro lembra a profecia de Joel que enfatiza: *“o Senhor derramará do seu Espírito sobre todos, ‘seus filhos e suas filhas’ profetizarão... o Espírito será derramado sobre ‘meus servos e minhas servas’”* (At 2.17,18). Assim, se queremos ver edificação da igreja e a glória de Deus, os dons precisam ser colocados em prática, tanto por homens como por mulheres.

Há, contudo, uma confusão na questão de dons e das funções na igreja, especialmente quanto aos oficiais da igreja, ou seja, os que dirigem a igreja. No NT esses oficiais da igreja são chamados de presbíteros e ou bispos, que têm a função de pastorear a igreja (At 20.28). As palavras presbítero e bispo não se referem a dons, mas a cargos, a funções. A palavra pastor é usada para descrever a responsabilidade desses oficiais da igreja e designa também um dom de liderança (Ef 4.11). Nos últimos tempos a palavra pastor tornou-se a mais usada para descrever os dirigentes da igreja. As palavras presbítero e bispo ganharam outro sentido, que não o do NT. Se examinarmos o NT veremos que os dirigentes da igreja são os presbíteros e bispos (palavras usadas com o mesmo sentido). Veremos também que nunca se refere a mulheres, no sentido de condução da igreja. Como então entender que os dons são dados indistintamente a homens e mulheres, inclusive o de pastorear, mas as mulheres não podem ser as dirigentes (presbíteros e ou bispos)? O dom de pastor, pastorear, pode ser exercido sem estar na posição (no ofício) de dirigente da igreja. A pessoa com o dom de pastorear irá cuidar de pessoas, conduzir e nutri-las. Mas isso não implica em assumir o ofício de dirigente da igreja como ancião ou bispo. (Mais adiante uma proposta de aplicação).

Outro aspecto muito importante a ser considerado nessa questão é a comparação da igreja com a família e casamento. Há papéis claramente definidos. Estes papéis para o relacionamento conjugal continuam muito claros (Ef 5.22-33), embora às vezes, mal aplicados. O marido é definido como o (ou a) cabeça. Assim, com base no modelo familiar, na igreja, os líderes responsáveis pela condução da igreja (presbíteros, bispos) devem ser homens.

Assim como o marido (o cabeça) deve amar sua esposa como Cristo amou a igreja, os presbíteros devem amar a igreja, assim como Cristo a amou. Assim os membros, as mulheres inclusive, terão oportunidade e disposição de servir com seus dons.

J. Posição da denominação na Alemanha e nos EUA

É interessante que temos duas posições bem distintas na Igreja Evangélica Livre da Alemanha (FEG = Freie Evangelische Gemeinde) e dos EUA (EFCA = Evangelical Free Church of America). Nos EUA há uma outra convenção, a Covenant Church, com a qual não temos tanta ligação.

A partir de 2008 a convenção alemã adotou uma posição igualitária na condição da mulher, instituindo a ordenação de pastoras para o ministério com as mesmas funções que os homens, inclusive na condução da igreja. Foi estabelecido, contudo, que cada igreja tem liberdade de adotar essa posição ou não. Espera-se, e vê-se, pleno respeito nesse sentido.

Já nos EUA, a EFCA, adota uma posição complementarista, ou seja, as mulheres têm papel distinto no ministério, especialmente quanto à condução da igreja. Esta é conduzida por homens, no caso os presbíteros. As mulheres com dons na área de ensino, aconselhamento, cuidado de vidas e outros, podem servir e ser certificadas para o ministério cristão (Certificate of Christian Ministry = CCM). Para a ordenação pastoral apenas homens são admitidos (Certificate of Ordination = COO). Também a EFCA adota uma posição congregacionalista, ou seja, cada igreja pode ter sua própria posição nessa questão.

K. A experiência com as missionárias da Allianz Mission

Nos dias de hoje temos muitas pastoras exercendo o ministério de liderança e condução da igreja evangélica em geral. Temos também esposas de pastores que são automaticamente chamadas de pastoras, mas nem sempre com os dons necessários para tal função e responsabilidade.

Em nossa história, temos a atuação de missionárias da Allianz Mission que vieram ao Brasil servindo com seus dons nas mais diversas áreas. Servindo na liderança, mas não assumindo a liderança efetiva de uma igreja local. Muitas delas lideraram ministérios infantis, sociais, de mulheres etc. Exerceram seus dons e muitas delas o dom pastoral, ou seja, o cuidado de vidas. Cremos que seja uma excelente experiência da vivência do dom pastoral feminino em nossas igrejas. Mulheres com dom pastoral podem exercer ministério, inclusive de tempo integral ou parcial, sem, contudo, assumirem responsabilidade na condução da igreja local.

L. Conclusão e aplicação

Mulheres não são distintas dos homens quanto à sua salvação e posição no Reino de Deus. Mas há uma clara diferença de funções, tanto na família, quanto na igreja local. Na família o marido é o cabeça do casal. Claro que há exceções em que por motivo de alguma enfermidade ou condição social adversa em que o marido está impossibilitado de exercer sua função, a esposa precisa assumir a condução da própria casa. Na igreja, a condução é também reservada aos homens, os presbíteros (que são também chamados de bispos e que têm a função de pastorear a igreja). Mas é importante ter mulheres próximas para uma melhor condução da igreja. Assim poderia ser criado um conselho mais amplo com participação das mulheres para assessorarem os presbíteros na condução da igreja. Esse conselho poderia ser composto pelas esposas dos presbíteros ou também ainda por outras mulheres com os devidos dons e maturidade de fé. Importante dar espaço para outras mulheres que não as esposas de pastores e presbíteros, para não caracterizar que a esposa do presbítero é “pastora” e para deixar claro que é uma questão de dons e vocação. O ministério exercido com paixão e motivado por dons não precisa de credencial.

Vemos assim que a função, o ofício, de condução da igreja é de competência de presbíteros. Estes em colegiado formado de pastores (presbíteros de tempo parcial ou integral), e de outros presbíteros como cooperadores não remunerados, assumem a responsabilidade pela condução espiritual da igreja.

Pessoas com dons de pastoreio, de ensino, de profecia, de aconselhamento, podem servir na igreja, sejam elas do sexo masculino ou feminino. Na prática, isso significa que mulheres podem ensinar, pregar, aconselhar, profetizar, sempre sob a autoridade do presbitério. Mas como sabemos que há também nesse tema divergências na interpretação dos textos relacionados, entendemos que precisamos ter a devida flexibilidade, ou seja, igrejas

locais que não acharem conveniente esse tipo de atuação feminina, não precisam instituir essa prática, tão somente respeitar igrejas irmãs que assim praticam.

8. Ordenanças

A. Ceia

A Ceia, é vista por algumas tradições cristãs como *sacramento*, como um meio de graça, como expressão máxima da unidade do corpo de Cristo. Outros ainda a veem como ordenança, mas ainda outros a veem como uma experiência mística, por meio da qual o crente entra em uma relação mística com o próprio Cristo ao comer do pão e beber do vinho ou suco transformados em substância viva de Cristo.

A Ceia do Senhor é o sinal e o selo da participação na comunhão com Cristo e com aqueles que creem em Cristo. Conforme ensino do apóstolo Paulo, a Ceia tem três funções:

a) Funções da Ceia:

- i. Expressar a comunhão com Deus e com seu povo. A igreja de Corinto estava contrariando este princípio. (1Co 11.17-26).
- ii. Lembrar perpetuamente o sacrifício que Jesus fez uma vez para sempre pelos nossos pecados e sua ressurreição (1Co 11.23-25).
- iii. Reafirmar nossa esperança na volta de Cristo (1Co 11.26).

Quanto ao sentido espiritual do que acontece na Ceia do Senhor há diferentes formas de explicação que se desenvolveram na história da igreja:

a) Diferentes formas de explicações sobre a Ceia:

- i. **Transubstanciação:** é a doutrina católica que ensina que o pão (hóstia) se transforma no corpo e o vinho no sangue de Cristo.
- ii. **Consustanciação:** é a doutrina luterana que afirma que o pão e o vinho possuem a mesma substância do corpo e do sangue de Cristo.
- iii. **Memorial:** é a doutrina batista que ensina que pão e vinho são elementos memoriais.
- iv. **Presença Real:** é a doutrina reformada e presbiteriana, que ensina que pão e vinho são símbolos da presença real de Jesus Cristo na Ceia. Esta presença não é automática, depende da fé dos participantes.

Como se preparar para participar da ceia do Senhor? Todo participante deve ser convocado a fazer o exame pessoal (1Co 11.17), a restaurar relações caso tenha alguma desavença (Mt 5.23-24), fazer a confissão dos pecados (1Jo 1.9) e relembrar seu compromisso pessoal com Cristo apresentando a si mesmo e tudo que faz como culto a Deus (Rm 12.1).

A Igreja Evangélica Livre tem tomado o ensino da tradição cristã que entendeu nas Escrituras que a Ceia é um memorial, Cristo está presente simbolicamente na Ceia. Este é o texto mais usado pelos cristãos para ensinar sobre a Ceia e até mesmo utilizá-lo como amparo litúrgico:

“24 e, tendo dado graças, partiu-o e disse: “Isto é o meu corpo, que é dado em favor de vocês; *façam isto em memória de mim*”.

25 Da mesma forma, depois da ceia ele tomou o cálice e disse: “Este cálice é a nova aliança no meu sangue; *façam isto sempre que o beberem em memória de mim*”.

26 Porque, sempre que comerem deste pão e beberem deste cálice, vocês anunciam a morte do Senhor até que ele venha” (1Co 11.24-26).

Entendemos que a Ceia é aberta para o corpo de Cristo. O acesso à Ceia não está vinculado ao batismo, mas à decisão pessoal de andar com Jesus Cristo, condição para tornar-se parte do Corpo de Cristo. Sobre a ministração

da Ceia, entendemos que deve ser celebrada pelos ministros ordenados, o que inclui os presbíteros ou aqueles designados pelos presbíteros da igreja local.

Quanto à periodicidade da Ceia, o NT não estabelece uma ordenança ou um ensino. Mas baseado na exortação de Paulo aos irmãos de Corinto, quanto a não se abster da Ceia, mas examinar-se (1 Coríntios 11.17-34), pode-se afirmar que o texto aponta para a regularidade. Os documentos da igreja, nos dois primeiros séculos da era Cristã, apontam para a existência da Festa do Amor como uma celebração dominical finalizada com uma refeição, que tem sido identificado como a Ceia.

Com as mudanças sociais, econômicas e culturais, especialmente depois da Reforma, a Ceia foi tomando formas e contornos diferentes se apresentando como uma cerimônia mais litúrgica. A Igreja Católica seguiu realizando-a todos os domingos, na celebração principal. Entre os protestantes, houve variações ao longo dos anos. Alguns, como Anglicanos e Luteranos seguiram realizando a celebração da Ceia dominicalmente, enquanto outros grupos variavam na periodicidade.

Como CIELB, recomendamos que as Igrejas Locais celebrem a Ceia com periodicidade mensal, sem impedimento da realização semanal.

A CIELB manifesta por meio deste Guia o seu entendimento sobre o procedimento das Comunidades Locais em relação àqueles que se encontram em disciplina. Entendemos que a realidade de Corpo de Cristo é inviolável. Entendemos que a disciplina é um instrumento de Deus para santificação, correção e promoção do crente à maturidade. Portanto, não é encontrado nas Escrituras a ideia de limitar a participação do crente na Ceia, por questão de disciplina. Salvo, quando a disciplina inclui a exclusão, pois neste caso, conforme nos diz Mateus 18.17 diz, “E, se ele não os atender, dize-o à igreja; e, se recusar ouvir também a igreja, considera-o como gentio e publicano”. A Ceia é para todos do Corpo que, mediante exame pessoal, participam da Ceia como parte da provisão de Deus para a saúde dos crentes na sua Igreja.

B. Batismo

Alinhado ao propósito deste Guia, o objetivo deste pequeno, porém importante artigo, não é ser exaustivo, mas condensar as posições teológicas básicas das diferentes tradições cristãs e apontar como a Igreja Evangélica Livre no Brasil sustenta e recomenda para as igrejas locais o entendimento sobre esta importante prática eclesial e pastoral.

Resumidamente, quais são os principais ramos do entendimento teológico sobre o Batismo:

A Igreja Católica Romana — chama a cerimônia do batismo de “sacramento” — o ensino de que os sacramentos do Batismo e da Ceia em si, realmente dão a graça para as pessoas (sem a necessidade de fé das pessoas envolvidas nele).²²

Alguns protestantes (especialmente os batistas, Evangélica Livre, parte da Igreja Congregacional, entre outras) — recusaram-se a referir-se ao batismo e a ceia do Senhor como “sacramentos”. Têm preferido usar a palavra ordenanças pois foi pensado ser um termo mais apropriado, visto que o batismo e a ceia do Senhor foram “ordenados” por Cristo.²³

Outros protestantes, como nas tradições anglicana, luterana e reformada — usaram e ainda usam a palavra “sacramentos” para se referir ao batismo e a ceia do Senhor, sem endossar a posição católica romana.²⁴

Este é um assunto importante, faz parte da vida ordinária da igreja, ou seja, é praticado regularmente e sempre que as condições físicas, mentais e psicológicas permitirem e for uma decisão acompanhada de confiança na Pessoa e Obra de Jesus Cristo.

²² GRUDEM, Wayne. *Teologia Sistemática Atual e Exaustiva*. São Paulo: Vida Nova, 2009, p. 814.

²³ *Ibid.*

²⁴ *Ibid.*

a) Significado do batismo

A palavra batismo tem a sua origem nas palavras *baptismus* (latim tardio), oriundo da palavra grega *baptismós*, por sua vez relacionado ao verbo batizar, (*baptizāre*), baseado no grego βαπτίζω (*baptizo*), significando submergir, aplicado à limpeza religiosa e física, quase sempre relacionado a uma cerimônia de purificação.

No Novo Testamento, encontraremos, pela primeira vez o batismo para arrependimento para os ouvintes de João Batista:

*Marcos 1.4 apareceu João Batista no deserto, pregando batismo de arrependimento para remissão de pecados. 5 Saíram a ter com ele toda a província da Judeia e todos os habitantes de Jerusalém; e, confessando os seus pecados, eram batizados por ele no rio Jordão.*²⁵

Há muitas discussões de onde teria se originado o batismo de João Batista. Por questão de espaço e propósito, será apresentada a opinião majoritária que aponta para uma aplicação das cerimônias de purificação para os prosélitos e até mesmo para os oficiais do culto sacerdotal, antes de adentrarem à prática dos serviços sacerdotais no Antigo Testamento.

O Antigo Testamento, especialmente pelos profetas, apontou para a necessidade de arrependimento para que Israel recebesse o cumprimento das promessas messiânicas. João Batista entendeu o seu batismo com o significado, conforme indicado por LADD:

A fim de preparar o povo para o Reino vindouro, João os conclamava ao arrependimento e a que se submetessem ao batismo nas águas. O arrependimento (metanoia) é um conceito contido no Antigo Testamento e significa simplesmente voltar-se (sub) do pecado para Deus. Deus conclamou o povo apóstata de Israel: “Convertei-vos, e deixai os vossos ídolos, e desviái o vosso rosto de todas as vossas abominações” (Ez14.6; veja 18.30; Is 55.6-7). A ideia da conversão é expressa pela frase de voltar ou retornar ao Senhor (Is19.22; 55.7; Ez 33.11; Os 14.1; Jl 2.13). A palavra “conversão” expressa melhor a ideia do que a palavra arrependimento. A palavra “arrependimento” sugere basicamente tristeza pelo pecado; metanoia sugere uma mudança de pensamento; a concepção hebraica implica em dar uma volta completa em torno de todo seu corpo e voltar-se para Deus.²⁶

João aplica o batismo como uma manifestação de arrependimento e condição para receber o Messias. Usando uma metáfora, João Batista entendeu o seu batismo como uma vestimenta para adentrar à festa e receber o noivo.

A Igreja do Novo Testamento por meio dos Apóstolos e seus escritores, compreendeu o Batismo como um mandamento de identificação com a pessoa e com a obra de Jesus Cristo — Romanos 6.4-6.

Uma dificuldade tem sido levantada quanto ao sentido sacramental do batismo, ou seja, como meio de graça para a salvação, em virtude da interpretação de Marcos 1.4 e Lucas 3.3, onde apontam, segundo algumas tradições cristãs, para um batismo que efetua tanto a remissão de pecados quanto a conversão.²⁷ Ladd, recusa essa interpretação por entender que o batismo não é um ato formal chamado batismo de arrependimento que resulta no perdão dos pecados, mas o batismo de João é a expressão do arrependimento que tem como resultado o perdão dos pecados.²⁸

Brevemente será visto como as tradições cristãs, especialmente os católicos romanos, alguns protestantes de tradição reformada e não reformada e protestantes reformados têm compreendido as Escrituras neste tema.

b) A compreensão católica do batismo

Para a doutrina Católica Romana, o batismo é uma realidade sacramental, ou seja, efetua tanto a remissão de pecados quanto a conversão. No entendimento católico, o batismo como sacramento é mais importante do que a fé, pois quando é administrado pelo sacerdote, com a autoridade da igreja, a criança ou adulto experimenta a

²⁵ BÍBLIA ARA. Marcos 1.4,5.

²⁶ LADD, George Eldon. *Teologia do Novo Testamento*. São Paulo: Hagnos, 2003, p. 58.

²⁷ *Ibid.*, p. 59, 60.

²⁸ *Ibid.*, p. 60.

regeneração dos pecados originais, no caso das crianças e do pecado original e atuais, no caso do adulto. Essa compreensão justifica o uso da palavra sacramento, pois o seu significado literal é: fazer algo sagrado.

Segundo o Catecismo Católico,

O santo Baptismo é o fundamento de toda a vida cristã, o pórtico da vida no Espírito («*vitae spiritualis ianua* — porta da vida espiritual») e a porta que dá acesso aos outros sacramentos. Pelo Baptismo somos libertos do pecado e regenerados como filhos de Deus: tornamo-nos membros de Cristo e somos incorporados na Igreja e tornados participantes na sua missão. «*Baptismus est sacramentum regenerativum per aquam in Verbo* — O Baptismo pode definir-se como o sacramento da regeneração pela água e pela Palavra».²⁹

Deve ser observado o sentido da seguinte afirmação: “Pelo Baptismo somos libertos do pecado e regenerados como filhos de Deus”. Confirma aquilo que se afirmou acima sobre o ensino católico romano do batismo: “[...] o batismo é uma realidade sacramental, ou seja, efetua tanto a remissão de pecados quanto a conversão”.

c) A compreensão de alguns protestantes (Especialmente dos Batistas, Batistas Reformados, Evangélicos Livres, parte da Igreja Congregacional, entre outras)

Em sua maioria, esse grupo de igrejas professam a crença e o entendimento das Escrituras sobre o batismo como sendo ele parte das ordenanças, das quais faz parte também, a Ceia do Senhor.

O que vem a ser uma ordenança? Charles C. Ryrie define assim:

[...] “ordenança” (embora seja sinônimo de sacramento no dicionário) não incorpora a ideia de manifestar graça, mas apenas a ideia de símbolo. Assim, a ordenança não possui, em si mesma, um poder intrínseco para mudar aqueles que lhes obedecem, embora Deus possa usar isso para ministrar às pessoas.³⁰

Os protestantes que compreendem o batismo como ordenança atribuem o seu papel de identificar o crente com Jesus Cristo e uni-lo ao seu Corpo que é a Igreja universal. Tanto para sustentação teológica, como para a execução cerimonial ou litúrgica, usa-se textos provas como Romanos 6.3-5:

³ Ou, porventura, ignorais que todos nós que fomos batizados em Cristo Jesus fomos batizados na sua morte? ⁴ Fomos, pois, sepultados com ele na morte pelo batismo; para que, como Cristo foi ressuscitado dentre os mortos pela glória do Pai, assim também andemos nós em novidade de vida. ⁵ Porque, se fomos unidos com ele na semelhança da sua morte, certamente, o seremos também na semelhança da sua ressurreição...³¹

Para esta perspectiva, da qual compartilha a Igreja Evangélica Livre no Brasil, essa identificação com Cristo se dá na realização do batismo por imersão, compreendendo três atos com significados na obra de Jesus e sua exaltação: morte, sepultamento e ressurreição — refletindo o batismo nos mesmos atos com aplicações teológicas — imergir, enquanto imergido, levantando-se da imersão.

Nesta compreensão, o batismo deve ser resposta à confissão a Jesus Cristo como Senhor e Salvador, ou seja, é para quem já se arrependeu e confessou-se pecador ou pecadora e obtém de Deus, por meio da pessoa e obra de Jesus Cristo, o perdão dos seus pecados e o selo da promessa que é o Espírito Santo de Deus, como garantia que somos dele e que essa é uma realidade imutável.

d) Outros protestantes, como nas tradições Anglicana, Luterana e Reformada

O teólogo Louis Berkhof, defende o batismo de tal forma que poderia ser aplicado tanto como ordenança ou como sacramento. Esta última é que será defendida por ele, porém sem o peso sacramental católico romano:

O batismo foi instituído por Cristo depois que Ele consumou a obra de reconciliação e depois que esta recebeu a aprovação do Pai na ressurreição. É digno de nota que Ele prefaciou a grande comissão com as palavras: “Toda a autoridade me foi dada no céu e na terra”. Revestido da plenitude dessa autoridade mediatória, Ele instituiu o batismo cristão e, desta

²⁹ Disponível em: <https://cutt.ly/pWNunBG>. (Acessado em 14/09/2021)

³⁰ RYRIE, Charles C. **Teologia Básica**: ao alcance de todos. São Paulo: Mundo Cristão, 2008, p. 489.

³¹ BÍBLIA ARA. Romanos 6.3-5.

maneira, tornou-o obrigatório para todas as gerações subsequentes. A grande comissão foi colocada nas seguintes palavras: “Ide, portanto (isto é, porque todas as nações estão sujeitas a Mim), fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo; ensinando-os a guardar todas as coisas que vos tenho ordenado”, Mt 28.19-20. A forma complementar de Mc 16.15-16 tem esta redação: “Ide por todo o mundo e pregai e evangelho a toda criatura. Quem crer e for batizado será salvo; quem, porém, não crer será condenado”. Assim, nesta ordem repassada de autoridade estão claramente indicados os seguintes elementos: (a) Os discípulos deveriam ir por todo o mundo e pregar o Evangelho a todas as nações, a fim de levar as pessoas ao arrependimento e ao reconhecimento de Jesus como o Salvador prometido; (b) Os que aceitavam a Cristo pela fé deveriam ser batizados em nome do Deus triúno, como sinal e selo do fato de que tinham entrado numa nova relação com Deus e, nesta qualidade, estavam obrigados a viver de acordo com as leis do reino de Deus; (c) Deveriam ser colocados sob o ministério da Palavra, não meramente como proclamação das boas novas, mas como exposição dos mistérios, privilégios e deveres da nova aliança.³²

Para o mesmo autor, a tradição de fé reformada enxerga a questão com algumas diferenças:

A Reforma Luterana não se desfez inteiramente da concepção católica romana dos sacramentos. Para Lutero, a água do batismo não é água comum, mas uma água que, mediante a Palavra com seu poder divino inerente, veio a ser uma água da vida, cheia de graça, um lavamento de regeneração. Por esta eficácia divina da Palavra, o sacramento efetua a regeneração. No caso dos adultos, Lutero colocava o efeito do batismo na dependência da fé presente no participante.³³

No caso dos reformados Calvinistas, assim descreve o mesmo autor:

Calvino e a teologia reformada partiam da pressuposição de que o batismo foi instituído para os crentes, e não produz, mas fortalece a nova vida.³⁴

Essa palavra crentes era muito abrangente para eles, por isso, precisaram desenvolver a aplicação desse batismo para as crianças, filhos de crentes, considerados parte da família da aliança. Quando se tratar do subtema “quem deve ser batizado”, se apresentará melhor esta compreensão das Escrituras aplicada ao batismo infantil.

e) A forma do batismo

Não seremos exaustivos nesta descrição, colocando um foco maior sobre a posição defendida e praticada pela Igreja Evangélica Livre no Brasil.

Batismo por imersão — O teólogo Wayne Grudem apresenta um resumo da defesa na qual nos enquadra perfeitamente. Segundo ele, a prática do batismo no Novo Testamento foi feita por apenas um caminho: a pessoa que foi batizada foi imersa completamente na água e, em seguida, removida novamente. O batismo por imersão é, portanto, o “modo” pelo qual o batismo teve lugar no Novo Testamento. Segundo ele, isto é evidente pelas seguintes razões:

- i. A palavra grega *baptizo* significa “mergulhar, imergir” algo na água. Este é o significado comumente reconhecido e padrão na literatura grega antiga, tanto na Bíblia como fora dela.
- ii. O sentido de “imersão” é provavelmente apropriado e necessário para a palavra em diversas passagens do Novo Testamento. Em Marcos 1.5, João batizou “as pessoas no rio Jordão” (o texto em grego, “em”, “perto” ou “ao lado” ou “próximo” do rio). Marcos também nos diz que quando Jesus foi batizado “ele saiu da água” (Marcos 1.10). [...] O fato de que João e Jesus entraram no rio e saíram dele sugere enfaticamente imersão [...]. O Evangelho de João nos diz depois que João Batista “estava também batizando em Enom, perto de Salim, porque havia ali muitas águas” (Jo 3.23). [...] Quando Felipe compartilhou o evangelho com o eunuco etíope, “seguindo eles caminho afora chegando a certo lugar onde havia água, disse o eunuco: ‘Eis aqui água; que me impede que seja batizado?’” (Atos 8.36).
- iii. O simbolismo da união com Cristo em sua morte, sepultamento e ressurreição parece exigir o batismo por imersão. Paulo diz: Ou, porventura, ignorais que todos quantos fomos batizados em Cristo Jesus

³² BERKHOF, Louis. *Teologia Sistemática*. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2019, p. 621.

³³ *Ibid.*, p. 624.

³⁴ *Ibid.*

fomos batizados na sua morte? Fomos, pois, sepultados com ele pelo batismo na morte, para que, como Cristo foi ressuscitado dentre os mortos pela glória do Pai, assim andemos nós também em novidade de vida.³⁵ (p. 815).

Batismo por aspersão — A defesa do batismo por aspersão, não se dá na ideia de ser a única forma correta de realizar, como podemos atestar que se dá para nós imersionistas. Isso fica claro nas palavras do teólogo Berkhof, quando ele diz que,

A opinião geralmente predominante fora dos círculos batistas ou imersionistas é que, desde que a ideia fundamental, a saber, a de purificação, ache expressão no rito, o modo do batismo é deveras insignificante. Pode ser igualmente ministrado por imersão, derramamento, afusão ou aspersão. A Bíblia simplesmente emprega a palavra genérica para denotar uma ação destinada a produzir certo efeito, qual seja, limpeza ou purificação, mas em parte nenhuma determina o modo específico pelo qual o efeito há de ser produzido. Jesus não prescreve um determinado modo de batismo. Evidentemente, Ele não deu a isso tanta importância como a que os imersionistas dão. Tampouco os exemplos bíblicos de batismo acentuam algum modo em particular. Não há um único caso em que se nos diga explicitamente como se deve ministrar o batismo.³⁶

Para os aspersionistas, o sentido do batismo está apontando para aspectos internos e espirituais, por isso a forma incluindo muita ou pouca água não deve conferir significado e importância ao batismo. Berkhof, sobre este mesmo aspecto ainda diz que,

Esta ideia de purificação era a coisa pertinente em todas as abluções do Velho Testamento, e também no batismo de João, Sl 51.; Ez 36.25; Jo 3.25-26. E podemos admitir que, neste sentido, o batismo de Jesus estava em completa harmonia com os batismos anteriores. Se fosse Sua intenção que o batismo que Ele instituiu simbolizasse uma coisa inteiramente diferente, teria indicado isso com muita clareza, para evitar todo e qualquer mal-entendido. Além disso, a Escritura deixa muitíssimo claro que o batismo simboliza a limpeza ou purificação espiritual, At 2.38; 22.16; Rm 6.4, 5; 1Co 6.11; Tt 3.5; Hb 10.22; 1Pe 3.21; Ap 1.5. É este exatamente o ponto no qual a Bíblia coloca toda a ênfase, ao passo que ela nunca descreve o ir ao fundo e subir como algo essencial.³⁷

O que afirmamos nestas orientações, é que, de fato, não encontraremos base bíblica normativa para a forma do batismo, encontraremos sim, exemplos de práticas na igreja do Novo Testamento. Por entendermos que, uma vez que a prática em todos os exemplos do Novo Testamento aponta para o batismo por imersão, esta é a forma que adotamos e praticamos como Igreja Evangélica Livre no Brasil.

A Igreja do primeiro século resolveu essa questão com bom senso ao dizer, no primeiro documento de orientação sobre as práticas ordinárias das comunidades de fé, o *Didaquê*:

1 Quanto ao batismo, faça assim: depois de ditas todas essas coisas, batize em água corrente, em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo. 2 Se você não tiver água corrente, batize em outra água. Se não puder batizar com água fria, faça com água quente. 3 Na falta de uma ou outra, derrame água três vezes sobre a cabeça, em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo. 4 Antes de batizar, tanto aquele que batiza como o batizando, bem como aqueles que puderem, devem observar o jejum. Você deve ordenar ao batizando um jejum de um ou dois dias.³⁸

f) Quem deve ser batizado

As tradições de fé cristã se dividem em dois grupos quanto ao batismo: os de entendimento do pedobatismo e os de entendimento do credobatismo.

Será feita uma breve descrição sobre este assunto:

- *Pedobatismo*

³⁵ Cf. GRUDEM, *Teologia Sistemática Atual e Exaustiva*, 2009, p. 815.

³⁶ *Op. Cit.*, BERKHOF, Louis, 2019, p. 634.

³⁷ Cf. *Ibid.*, p. 634.

³⁸ *Didaquê*: A Instrução dos Doze Apóstolos. Disponível em: <https://cutt.ly/VWNuH18>. (Acessado em 11/09/2021)

De maneira resumida, Grudem diz que a Igreja Católica Romana ensina que o batismo deve ser administrado a crianças. Isto porque a Igreja Católica Romana acredita que o batismo é necessário para a salvação, e que o ato do batismo em si produz regeneração. Portanto, nessa visão, o batismo é um meio pelo qual a Igreja dá a graça que salva as pessoas.³⁹

Grudem diz que os protestantes pedobatistas, administram o batismo “a todas as crianças que sejam filhas de pais cristãos” (*Ibd.*, p. 821). Esta é uma visão comum em muitos grupos protestantes (especialmente Luterana, Episcopal, Metodista, Presbiteriana e Reformada). Esta noção é chamada às vezes de “o argumento do pacto ou Pedobatismo”. Ele é, também, chamado de argumento de “aliança” porque depende de considerar filhos de crentes, como parte da “comunidade da aliança” do povo de Deus. A palavra “Pedobatismo” significa a prática de batizar crianças (prefixo Paidos, que significa “criança” e é derivado da raiz grega, “criança”).⁴⁰

Berkhof apresenta a base bíblica para tal posição:

- (1) A aliança feita com Abrão era primariamente uma aliança espiritual, embora também tivesse um aspecto nacional, e desta aliança espiritual a circuncisão era um sinal e selo. Êx 2.24; Lv 26.42; 2Rs 13.23; 1Cr 16.16; Sl 105.9.
- (2) Esta aliança ainda está em vigência, e é essencialmente idêntica à “nova aliança” da presente dispensação At 4.12; 10.43; 15.10, 11; Gl 3.16; 1Tm 2.5, 6; 1Pe 1.9-12, a condição é a mesma, a saber, a fé, Gn 15.6 (Rm 4.3); Sl 32.10; Hb 2.4; At 10.43; Hb 11, e as bênçãos são as mesmas, quais sejam, a justificação, Sl 32.1, 2, 5; Is 1.18; Rm 4.9; Gl 3.6.
- (3) Pela determinação de Deus, as crianças participavam dos benefícios da aliança, e, portanto, recebiam a circuncisão como sinal e selo Mt 21.43; Rm 9.25, 26 (comp. Oseias 2.23); 2Co 6.16; Tt 2.14; 1Pe 2.9.
- (4) Na nova dispensação o batismo, pela autoridade divina, substitui a circuncisão como o sinal e selo iniciatório da aliança da graça At 15.1, 2; 21.21; Gl 2.3-5; 5.2-6; 6.12, 13, 15.⁴¹

Esta já foi uma prática majoritária da igreja cristã ao longo dos séculos, mas na atualidade, são maioria as igrejas que entendem o batismo para aqueles que podem responder com fé à pregação do Evangelho.

• *Credobatismo*

Os protestantes credobatistas são aqueles que confessam que o batismo deve ser praticado com aqueles que podem responder com fé pessoal na pessoa e na obra de Jesus Cristo, discernindo assim o ato de batismo como uma decisão de se identificar com Jesus, na sua morte, sepultamento e ressurreição.

Alguns argumentos negam a possibilidade do batismo infantil, pois o batismo de adulto já é entendido como a única aplicação bíblica. Esses argumentos são apresentados pelo teólogo Berkhof:

(1) A circuncisão era apenas uma ordenança carnal e típica, e, como tal, está destinada a extinguir-se. Colocar o batismo no lugar da circuncisão é simplesmente dar continuidade à ordenança carnal. Ordenanças carnis tais não têm lugar legítimo na igreja no Novo Testamento. [...] (2) Não há ordem explícita para que as crianças sejam batizadas. [...] (3) Não há exemplo de batismo de crianças no Novo Testamento. [...] (4) A objeção mais importante ao pedobatismo levantada pelos batistas é que, de acordo com a Escritura, o batismo está condicionado a uma fé ativa, que se revela numa profissão digna de crédito. Ora, é bem certo que a Bíblia apresenta a fé como um requisito do batismo, Mc 16.16; At 10.44-48; 16.14, 15, 31, 34. Se isto significar que todo aquele que recebe o batismo deve, em todos os casos, apresentar manifestações de fé ativa antes do batismo, naturalmente as crianças estarão excluídas.⁴²

³⁹ Cf. *Op. Cit.*, GRUDEM, 2009, p. 819.

⁴⁰ Cf. *Ibd.*, p. 817.

⁴¹ *Op. Cit.*, BERKHOF, 2019, p. 630-633.

⁴² *Ibd.*, p. 633-635.

Corroborando com a defesa do batismo para adultos, que é a posição defendida pela Igreja Evangélica Livre no Brasil, finalizaremos com uma defesa feita por Grudem, pois segundo ele, o padrão revelado em vários lugares no Novo Testamento é que apenas aqueles que dão uma profissão de fé devem ser batizados. Esta noção é frequentemente chamada de “batismo de crentes”, somente aqueles que creem em Cristo (ou, mais precisamente, aqueles que têm provas suficientes para crer em Cristo) podem ser batizados. Isso ocorre porque o batismo é um símbolo para iniciar a vida cristã e deve ser administrado apenas para aqueles que realmente começaram a vida cristã.⁴³

Grudem, segue dizendo que exemplos de histórias daqueles que foram batizados sugerem que o batismo foi administrado apenas para aqueles que fizeram uma profissão de fé. Após o sermão de Pedro no dia de Pentecostes diz: “Aqueles que aceitaram a sua mensagem foram batizados” (Atos 2.41). O texto especifica que o batismo foi administrado a aqueles que “receberam a mensagem” e, portanto, confiaram em Cristo para a salvação. Da mesma forma, quando Filipe pregou o evangelho em Samaria, lemos: “Mas, quando creram em Filipe, que pregou a Boa Nova do Reino de Deus e do nome de Jesus Cristo, homens e mulheres foram batizados” (Atos 8.12).⁴⁴

Da mesma forma, quando Pedro pregou para os gentios em casa de Cornélio, permitiu o batismo para aqueles que ouviram a palavra e receberam o Espírito Santo, isto é, aqueles que tinham dado provas convincentes de um trabalho interior de regeneração. Como Pedro pregou, “o Espírito Santo desceu sobre todos os que ouviram a palavra” e Pedro e seus companheiros “os ouviam falar em línguas e louvando a Deus” (Atos 10.44-46). A resposta de Pedro foi que o batismo é adequado para aqueles que receberam a obra regeneradora do Espírito Santo: “Pode alguém recusar a água do batismo aos que receberam o Espírito Santo como nós? E ordenou que fossem batizados em nome de Jesus Cristo” (Atos 10:47-48).⁴⁵

A afirmação destas três passagens é que o batismo é devidamente administrado apenas para aqueles que receberam o evangelho e aceitaram a Cristo para a salvação. Outros textos também sugerem isso: Atos 16.14-15 (Lídia e sua família, depois que “o Senhor abriu seu coração”, “crer”), Atos 16.32-33 (a família do carcereiro de Filipos, depois que Pedro pregou “a palavra de Deus para ele e todos os outros que estavam em sua casa”), e 1Coríntios 1.16 (a família de Estéfanos).⁴⁶

A Igreja Evangélica Livre não considera este assunto como algo que deve separar as nossas comunidades da comunhão com outros irmãos de tradições de fé diferentes, mas buscamos viver ancorados no amor, sempre tendo as Escrituras Sagradas como o nosso porto seguro.

Quanto a quem deve batizar, entendemos que o Novo Testamento não trata de um ensino claro sobre quem dever ser o oficiante. Entendemos que faz parte da missão da igreja e que esta, uma vez distinguindo os seus ministros (pastores, presbíteros), esses são responsáveis por oficializar o batismo ou designar quem assim possa fazê-lo.⁴⁷

Diante do exposto acima, este Guia aponta o seguinte:

É diretivo que a Igreja Evangélica Livre no Brasil entende o batismo como ordenança; crê e pratica o batismo para os que têm condições de confissão pessoal na Pessoa e na Obra de Jesus Cristo, portanto, uma posição de Credobatismo. Quanto à forma de batismo, as Igrejas da CIELB adotam a prática por imersão, mesmo não havendo um ensino definitivo sobre o tema no NT, mas é a forma praticada em todos os relatos registrados.

⁴³ *Op. Cit.*, GRUDEM, p. 815.

⁴⁴ *Ibd.*, p. 815.

⁴⁵ *Ibd.*, p. 816.

⁴⁶ *Ibd.*, p. 816.

⁴⁷ Se for observado, quase sempre utilizei as notas bibliográficas da obra de Grudem com a abreviação Cf., por se tratar de uma tradução feita eletronicamente, portanto nem sempre com uma tradução acertada, sendo necessária uma interação de textos meus com as citações.

Também é diretivo que as Igrejas Evangélicas Livres no Brasil receberão crentes, oriundos de outras igrejas, genuinamente evangélicas, que tenham sido batizados por imersão, sem a necessidade de rebatismo.

Levando em consideração que como imersionistas vamos sempre buscar essa prática, entendemos que quem foi batizado em outra igreja local, por outra forma que não a imersão, mas mediante fé e arrependimento consciente, poderá ter a oportunidade de experimentá-lo dessa forma (imersão) como uma melhor compreensão da forma de batismo praticada em todo o NT. Mas como entendemos que a forma não é determinante no significado do batismo, cada igreja local, através de seu presbitério, ou de acordo com as estruturas de liderança existentes na comunidade local, poderá definir se haverá necessidade ou não de um rebatismo.

Há casos em que pessoas que foram batizadas quando criança (pedobatismo) e na idade adulta tendo feito pública profissão de fé, oriundas de igrejas reconhecidamente evangélicas, procuram filiar-se a uma Igreja Evangélica Livre. Este Guia orienta que o procedimento de recebimento desses irmãos como membros da igreja fica sob análise e entendimento da liderança da igreja local, validando o seu batismo e confirmação ou rebatizando-os. Com a finalidade de preservar o entendimento teológico e consciência da liderança da igreja, a decisão da aceitação ou não do pedobatismo (como recebimento de novos membros) deve ser uma prerrogativa do presbitério local, de acordo com as estruturas de liderança existentes na comunidade local.

Como a CIELB orienta às comunidades locais quanto aos considerados incapazes físicos e mentais? A CIELB segue sua coerência de ser credobatista, ou seja, o batismo deve ser realizado para aqueles que respondem e confessam por si mesmos. Ainda, acrescentado a isso, tem o fato de não entendermos o batismo como sacramento ou meio de graça para a salvação. Com isso, afirmamos que não recomendamos o batismo de incapazes mentais.

Quanto aos incapazes físicos, com plena ciência dos seus atos, podendo livremente confessar a Jesus Cristo como o seu Senhor e Salvador e desejar o batismo, assim como o deve ser desejado por todos que nascem de novo, recomendamos que, mediante a impossibilidade de mobilidade para o batismo por imersão, que as igrejas locais, de livre consciência, batizem-nos por aspensão.

Quanto à idade mínima para o batismo do confesso, a exemplo do que algumas comunidades locais já praticam, mesmo sabendo que é de decisão das igrejas locais com seus respectivos presbitérios, recomendamos que a idade mínima deve ser de 10 a 12 anos, dependendo do desenvolvimento cognitivo das pessoas candidatas ao batismo.

9. Soberania de Deus e responsabilidade humana

Calvinismo, Arminianismo

A. O que é uma doutrina?

A palavra doutrina vem do grego *didaskalia*, mas também *didaxê*, que significa ensino, doutrina. O primeiro documento para catecúmenos (discipulado) da Igreja Cristã, no início do segundo século, recebia o nome de *didaquê* (*didaxê*), pois ali continha as primeiras instruções sobre a forma de batismo, da Ceia e outras importantes orientações para os santos daquele século.

Nos dias atuais, doutrina é confundida por usos e costumes ou debates intermináveis que geram brigas e divisões da Igreja de Cristo. A doutrina deve ser considerada meio de vida para a Igreja, sua base de viver e expressar o evangelho, sua sustentação de como Deus criou todas as coisas, providenciou sustentação para sua criação, como Deus tira o homem da morte e condenação espiritual, lhe redime e lhe faz a promessa da Redenção final — louvado seja Deus!

As questões relacionadas aos verbetes acima (Calvinismo e Arminianismo) tem atravessado os séculos. Não vamos tentar resolver esta questão, apesar de admitir como legítimas escolas do pensamento teológico cristão, que englobam muitas das doutrinas bíblicas; mas vamos apenas descrevê-las.

Devemos sempre ter em mente que, o entendimento das doutrinas da Igreja Cristã, está inserido dentro de um desenvolvimento histórico. Doutrinariamente, a Igreja não se entendeu sempre desta ou daquela maneira. Era suficiente entender as Escrituras para a sua salvação e piedade. No primeiro século, a igreja lia as Cartas dos apóstolos e evangelistas e confiava na autoridade das palavras ditas por quem andara com Jesus.

Mas a Igreja vai crescendo, tornando-se mais e mais influente na sociedade e seus vários níveis sociais e com isso a oposição a ela se torna mais elaborada, como vemos no livro de Celso,

A *Verdadeira* Palavra, conhecida como *Contra os Cristãos*, onde o autor elabora argumentos para tornar a fé cristã sem sentido razoável. Nega a divindade de Cristo, a providência, o monoteísmo, entre outros pontos da fé cristã. Foi preciso que um homem chamado Orígenes, um dos pais da Igreja do Oriente escrevesse uma resposta *Contra Celsus*.

Para que a Igreja afirmasse sua fé de maneira clara e sistemática, surgem os concílios, os resumos da crença cristã, chamados de *Credos*.

Surge um homem de nome Pelágio, que acreditava que o homem nasce neutro e se torna pecador, destoando daquilo que a Igreja tinha como certo — todos nascemos pecadores. Daí surge um grande pensador cristão, chamado Agostinho, que escreve contra as heresias de Pelágio e assim, livra a Igreja de caminhar para um rumo muito diferente.

Dando um salto histórico, nos deparamos com a Igreja Romana centrada no humanismo, onde apelava para uma salvação baseada nas obras e benefícios humanos. Enquanto isso, Lutero escreve *Nascido Escravo*, demonstrando que a salvação é obra divina, apenas.

Depois da Reforma Protestante, o mundo ficou dividido entre grandes religiões politeístas, especialmente asiáticas e as monoteístas, especialmente o Judaísmo, o Islamismo e o Cristianismo. O Cristianismo, contava com a Igreja Católica, a Igreja Luterana, Sabatistas, a Igreja Inglesa (Anglicana) e um resquício da Igreja Prúciana (os Hussitas e suas derivações). Quando a mensagem da Reforma foi alcançando mais países da Europa, surge um grupo de igrejas cristãs que são chamadas Igrejas Reformadas, especialmente na Suíça, se espalhando nos países bascos.

Um dos grandes líderes desse movimento de pregação e fundamentação da doutrina evangélica chamadas de mensagem da reforma ou Reformadas, é o pastor e pensador João Calvino. Daí vem o nome da escola de pensamento cristão, mas também escola de pensamento sociológico, econômico e político. O seu sistema de governo político e eclesiástico dará origem à Igreja Presbiteriana, sendo o nome derivado da organização da igreja que está fundamentada no governo de presbíteros.

Teodoro de Beza, discípulo de João Calvino, teve um aluno, chamado Jacob Arminius, que discordava de alguns pontos da teologia do seu mestre, apresentando pontos de divergência com a teologia de João Calvino. Dos pontos de divergências de Armínio surgiu a escola que deriva do seu nome.

Na história do pensamento cristão temos dois ícones que influenciarão fortemente estas duas escolas (Calvinismo e Arminianismo) que são, Agostinho influenciando decisivamente a João Calvino e Tomás de Aquino influenciando fortemente a Jacob Arminius.

B. Calvinismo

João Calvino foi pastor de Genebra e um dos principais líderes políticos da cidade ajudando a construir uma estrutura política de governo para a mesma. Foi um homem dotado de um intelecto privilegiado, pois desde muito cedo tinha domínio do grego e hebraico, uma formação em direito e escrevia com muita facilidade.

Isso lhe ajudou a escrever uma das maiores obras da tradição cristã — O Tratado da Religião Cristã, mais popularmente chamada de Institutas de Calvino. Nas Institutas, Calvino expôs seus principais pensamentos teológicos, eclesiológicos e da vida cristã. Com base nesse documento da igreja cristã surgiu essa escola — Calvinismo. Mas o que é o calvinismo?

É uma escola de um sistema de pensar a fé cristã a partir dos ensinamentos do Reformador Protestante João Calvino. É bom lembrar que o termo calvinismo surgirá muitos anos depois da morte do reformador de Genebra. O que caracteriza o calvinismo? O calvinismo é comumente caracterizado pelos chamados 5 pontos do calvinismo. Quem os escreveu? No resumo de algumas fontes bibliográficas feita pelo Rev. André do Carmo Silvério:

O contrário do que muitos pensam, não foi João Calvino quem escreveu “Os Cinco Pontos do Calvinismo”. Talvez algumas pessoas ficarão impressionadas com esta afirmação. No entanto, a magna pergunta que se faz é: Se não foi Calvino, quem foi então? “Estes cinco pontos foram formulados pelo Sínodo de Dort, Sínodo este convocado pelos estados Gerais (da Holanda) e composto por um grupo de 84 Teólogos e 18 representantes seculares, entre esses estavam 27 delegados da Alemanha, Suíça, Inglaterra e outros países da Europa reunidos em 154 Sessões, desde 13 de novembro de 1618 até maio de 1619”. [1] Portanto, peca por ignorância quem afirma ser João Calvino o autor destes cinco pontos, porque na verdade, a afirmação correta é que estes “pontos” foram fundamentados tão somente nas doutrinas ensinadas por ele. Aliás, este sistema doutrinário, se assim podemos chamá-lo, foi elaborado somente 54 anos após a morte do grande reformador (1509—1564) (SILVÉRIO. João Calvino e os “Cinco Pontos do Calvinismo”).⁴⁸

A partir desta citação, já fica claro que a ideia de uma escola que derivasse do seu nome não iniciou com o pensador francês. Mas, como revela a história do pensamento humano, os alunos e seguidores de um pensamento que marca um tempo ou uma área do conhecimento, decisivamente ganha esses contornos.

Ainda nos valendo da consideração do Reverendo Silvério, é bom pontuar o porquê dos cinco pontos do calvinismo:

Os Cinco Pontos do Calvinismo foram formulados em resposta a um “documento que ficou conhecido na história como ‘Remonstrance’ ou o mesmo que ‘Protesto’”, [2] apresentado ao Estado da Holanda pelos “discípulos do professor de um seminário holandês chamado Jacob Hermann, cujo sobrenome latino era Arminius (1560—1600). Mesmo estando inserido na tradição reformada, Arminius tinha sérias dúvidas quanto à graça soberana de Deus, visto que era simpático aos ensinamentos de Pelágio e Erasmo, no que se refere à livre vontade do homem”. [3] Este documento formulado pelos discípulos de Arminius tinha como objetivo mudar os símbolos oficiais de doutrinas das Igrejas da Holanda (Confissão Belga e Catecismo de Heidelberg), substituindo pelos ensinamentos do seu mestre. Desta forma, a única razão pela qual Os Cinco Pontos do Calvinismo foram elaborados era a de responder ao documento apresentado pelos discípulos de Arminius (SILVÉRIO, *Ibd.*).

Vamos deixar para apresentar os 5 pontos após descrevermos o verbete Arminianismo, pois assim são colocados lado a lado, para facilitar a observação das distinções.

C. Arminianismo

Armínio foi um pastor e teólogo na Holanda, com uma história de vida bem conturbada, em razão de ter passado por mãos de três tutores, após a morte de seus pais. Estudou em Genebra, na escola de João Calvino, orientado por Teodoro Beza, mas também realizou parte dos seus estudos em Marburgo e na Basileia.

Durante a sua formação, Armínio foi muito influenciado por grandes adversários do reformador João Calvino e por pensamento que recusava a ideia de Deus governar o destino dos seres humanos, o que o levou a fazer uma caminhada acadêmica com alguns distanciamentos da escola calvinista. No seu princípio as afirmações de Armínio estavam mais próximas do calvinismo do que distantes, mas ao longo da história os dois sistemas de pensamento teológico foram se distanciando, ao ponto de ter polarizado as discussões na teologia evangélica/protestante.

D. Quais são as diferenças fundamentais?

Vamos analisar essas diferenças através de um texto extraído de “Got Questions”, “*Calvinismo versus Arminianismo, qual das visões está correta?*”:

O Calvinismo e o Arminianismo são dois sistemas teológicos que tentam explicar a relação entre a soberania de Deus e a responsabilidade humana em relação à salvação. O Calvinismo recebeu este nome por causa de John

⁴⁸ Disponível em: <https://cutt.ly/JWNuV6S>. (Acessado em 06/08/2020)

Calvin (João Calvino), teólogo francês que viveu de 1509 a 1564. O Arminianismo recebeu este nome por causa de Jacobus Arminius, teólogo holandês que viveu de 1560 a 1609.

Ambos os sistemas podem ser resumidos com cinco pontos. O Calvinismo sustenta a depravação total do homem, enquanto o Arminianismo sustenta a depravação parcial. A doutrina calvinista da depravação total afirma que cada aspecto da humanidade é corrompido pelo pecado. Sendo assim, os seres humanos são incapazes de se aproximarem de Deus por sua própria vontade. A depravação parcial afirma que todos os aspectos da humanidade são contaminados pelo pecado, mas não ao ponto de incapacitar os seres humanos de colocarem a fé em Deus por vontade própria. Nota: O Arminianismo clássico rejeita a “depravação parcial” e mantém uma visão muito próxima da “depravação total” calvinista (embora a extensão e o significado dessa depravação sejam debatidos nos círculos arminianos). Em geral, os arminianos acreditam que há um estado “intermediário” entre a depravação total e a salvação. Neste estado, tornado possível pela graça preveniente, o pecador está sendo atraído para Cristo e tem a habilidade dada por Deus de escolher a salvação.

O Calvinismo defende a “eleição incondicional”, enquanto, o Arminianismo defende a “eleição condicional”. A “eleição incondicional” afirma que Deus elege pessoas para a salvação baseado inteiramente em Sua vontade, e não em nada inerentemente digno na pessoa. A “eleição condicional” afirma que Deus elege pessoas para a salvação baseado em sua pré-ciência de quem crerá em Cristo para a salvação.

O Calvinismo defende a “expição limitada”, e o Arminianismo defende a “expição ilimitada”. Este, dos cinco pontos, é o mais polêmico. A “expição limitada” é a crença de que Jesus morreu apenas pelos eleitos. A “expição ilimitada” é a crença de que Jesus morreu por todos, mas que Sua morte não tem efeito enquanto a pessoa não crê.

O Calvinismo defende a “graça irresistível”, enquanto o Arminianismo diz que um indivíduo pode resistir a graça de Deus. A “graça irresistível” defende que quando Deus chama alguém para a salvação, esta pessoa inevitavelmente virá para a salvação. A “graça resistível” afirma que Deus chama a todos para a salvação, mas muitas pessoas resistem e rejeitam este chamado.

O Calvinismo defende a “perseverança dos santos”, enquanto o Arminianismo defende a “salvação condicional”. A “perseverança dos santos” se refere ao conceito de que a pessoa que é eleita por Deus irá perseverar em fé e nunca negará a Cristo ou irá se desviar Dele. A “salvação condicional” é a visão de que um crente em Cristo pode, por seu livre arbítrio, se desviar de Cristo e, assim, perder a salvação. Observação: Muitos arminianos negam a “salvação condicional” e, em vez disso, adotam a “segurança eterna”.

A pergunta que um pastor, obreiro ou membro em geral de uma Igreja Evangélica Livre faz é: “Onde nos situamos?” A Igreja Evangélica Livre no mundo tem tomado o caminho de conviver com os dois sistemas de pensamento teológico. Temos convenções ligadas às Igrejas Evangélicas Livres que assumem uma posição abertamente confessional com a Reforma, assim como muitas convenções afirmam que possuem uma confissão arminiana, mas que estão ligadas historicamente a essa tendência de entendimento teológico.

A postura da IEL no Brasil é que não podemos marginalizar nenhuma das formas de pensar como não evangélica, mas buscar crescer na multiforme sabedoria e graça de Deus. Não buscarmos o caminho do isolamento porque a comunidade local tem adotado um desses caminhos teológicos.

Referência Bibliográficas

- A Declaração Teológica de Barmen”, in: **A Constituição da Igreja Presbiteriana Unida dos Estados Unidos da América**, Parte 1: Livro de Confissões. São Paulo: Missão Presbiteriana do Brasil Central, 1969, 8.18.
- BERKHOF, Louis. **Teologia Sistemática**. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2019, p. 621.
- BROWN, Peter. **O fim do mundo clássico: de Marco Aurélio a Maomé**. Lisboa: Verbo, 1972, p. 72. Para um desenvolvimento deste tópico, cf. KELLER, Timothy. **Justiça generosa: a graça de Deus e a justiça social**. São Paulo: Vida Nova, 2013.
- BUSCH, Eberhard. “Igreja e política na tradição reformada”, in: Donald McKim (ed.), **Grandes temas da tradição reformada** (São Paulo: Pendão Real, 1998), p. 160-175;
- CRAMPTON, W. Gary e BACON, Richard E. **Em direção a uma cosmovisão cristã**. Brasília, Monergismo, 2009, p. 76.
- FERREIRA, Franklin (Revisado e Ampliado), **Curso Vida Nova de teologia básica: Teologia sistemática**. São Paulo: Vida Nova, 2013, p. 212-218.
- GRUDEN, Wayne. **Teologia Sistemática: Atual e Exaustiva**. São Paulo: Vida Nova, 1999, pg. 758.
- GRUDEM, Wayne. **Negócios para a glória de Deus**. São Paulo: Cultura Cristã, 2006, p. 21
- HENDRIKSEN, William. **Comentário do Novo Testamento: Efésios e Filipenses**, (Ef. 5.22). São Paulo: Cultura Cristã, 2013, p. 308
- HÖPFL, Harro (ed.). **Sobre a autoridade secular: Lutero e Calvino**. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p. XXXIX.
- KOYZIS, David, **Visões e ilusões políticas: uma análise e crítica cristã das ideologias contemporâneas**. São Paulo: Vida Nova, 2014, p. 278.
- KUYPER, Abraham. “Sphere Sovereignty”, in: James D. Bratt, **Abraham Kuyper: A Centennial Reader**. Grand Rapids, MI: Eerdmans, 1998, p. 488.
- LADD, George Eldon. **Teologia do Novo Testamento**. São Paulo: Hagnos, 2003, p. 58.
- LLOYD-JONES, D. Martyn, **Vida no Espírito: no casamento, no lar e no trabalho — Exposição sobre Efésios 5.18 – 6.9**. São Paulo: PES, p. 108.
- LOPES, Augustus Nicodemus, **Ética na política e a universidade: Carta de princípios 2006**. São Paulo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2006.
- LEITE, Cláudio A. C., CARVALHO, Guilherme V. R. de, e CUNHA, Maurício J. S. (orgs.). **Cosmovisão cristã e transformação: espiritualidade, razão e ordem social**. Viçosa, MG: Ultimato, 2006, p. 274. O conceito de cobeligerância tem sua origem em Francis Schaeffer e sua obra *Um manifesto cristão*.
- Manual Litúrgico da Igreja Presbiteriana do Brasil**. São Paulo: Cultura Cristã, 2005, p. 127, 170, 185.
- RIENECKER, Fritz: **Comentário Esperança, Evangelho de Lucas**. Curitiba: Editora Evangélica Esperança; Curitiba, 2005; 2008, pg. 189.
- RYRIE, Charles C. **Teologia Básica: ao alcance de todos**. São Paulo: Mundo Cristão, 2008, p. 489.
- SPURGEON, C. H. **Firmes na Verdade**. São José dos Campos/SP: Fiel, 1987, p. 77.
- SPYKMAN, Gordon. “The principled pluralistic position”, in: Gary Scott Smith (ed.), **God and Politics: Four Views on the Reformation of Civil Government**. Phillipsburg, NJ: Presbyterian and Reformed, 1989, p. 79, citado em JOHNSON, Greg. **O mundo de acordo com Deus**. São Paulo: Vida, 2006, p. 93.

Sites consultados

https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529748/codigo_penal_1ed.pdf
http://www.monergismo.com/textos/etica_crista/abordo_pontos_cruciais_nicodemus.htm
<https://teologiabrasileira.com.br/a-relacao-entre-a-igreja-e-o-estado/>
http://www.vatican.va/archive/cathechism_po/index_new/p2s2cap1_1210-1419_po.html
<http://www.monergismo.com/textos/credos/didaque.htm>
http://www.monergismo.com/textos/jcalvino/joao_calvino_5pontos_silverio.htm
http://www.monergismo.com/textos/etica_crista/direito-aborto_rushdoony.pdf
http://www.monergismo.com/textos/etica_crista/abordo_pontos_cruciais_nicodemus.htm
http://www.monergismo.com/textos/etica_crista/macqa-aborto1_macarthur.pdf
<https://ebdweb.com.br/etica-crista-e-aborto-francisco-barbosa/>
<https://www.conjur.com.br/2013-mai-13/leia-acordao-stf-autoriza-interruptao-gravidez-anencefalo>
<https://teologiabrasileira.com.br/a-relacao-entre-a-igreja-e-o-estado/>
<http://conselhosparameninas.blog.br/blog/igualitarismo-e-complementarismo/#:~:text=Basicamente%2C%20o%20igualitarismo%20defende%20que,e%20seus%20pap%C3%A9is%20como%20complementares>
<https://www.gotquestions.org/Portugues/Calvinismo-Arminianismo.html>